

RELATÓRIO E CONTAS 2013

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

ÍNDICE

RELATÓRIO DE GESTÃO

1. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	6
2. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	8
2.1. OBJETIVOS DE GESTÃO , PREVISTOS NO ARTIGO 38.º DO DECRETO-LEI N.º 133/2013, DE 3 DE OUTUBRO, DE FORMA QUANTIFICADA, E METAS A ATINGIR EM CONFORMIDADE COM O PLANO DE ATIVIDADES E ORÇAMENTO APROVADO	9
2.2. GESTÃO DO RISCO FINANCEIRO , NOS TERMOS DO DESPACHO N.º 101/2009-SETF, DE 30 DE JANEIRO, E DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES MÁXIMOS DE ACRÉSCIMOS DE ENDIVIDAMENTO , DEFINIDOS PARA 2013, NO DESPACHO N.º 155/2011 – MEF, DE 28 DE ABRIL	10
2.2.1. Cumprimento do Despacho n.º 101/2009 – SETF, de 30 de janeiro	10
2.2.1.1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva	11
2.2.1.2. Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes	12
2.2.1.3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa ...	13
2.2.1.4. Evolução da taxa média anual de financiamento	13
2.2.1.4.1. BEI	13
2.2.1.4.2. BPI e BCP	13
2.2.3. Passivo Remunerado	13
2.2.4. Cumprimento do Despacho n.º 155/2011 – MEF, de 28 de abril	14
2.3. EVOLUÇÃO DO PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES , EM CONFORMIDADE COM A RCM N.º 34/2008, DE 22 DE FEVEREIRO, COM A ALTERAÇÃO INTRODUZIDA PELO DESPACHO N.º 9870/2009, DE 13 DE ABRIL, E DIVULGAÇÃO DOS ATRASOS NOS PAGAMENTOS (“ARREARS”), CONFORME DEFINIDOS NO DECRETO-LEI N.º 65-A/2011, DE 17 DE MAIO, BEM COMO A ESTRATÉGIA ADOTADA PARA A SUA DIMINUIÇÃO	14
2.4. DILIGÊNCIAS TOMADAS E RESULTADOS OBTIDOS NO ÂMBITO DO CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ACIONISTA EMITIDAS AQUANDO DA APROVAÇÃO DE CONTAS 2012	14
2.5. ORIENTAÇÕES LEGAIS DAS REMUNERAÇÕES	15
2.5.1. Mesa da Assembleia Geral	15
2.5.2. Conselho de Administração	15
2.5.2.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro	15
2.5.2.2. Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%, nos termos do artigo 12.º da Lei 12-A/2010	15
2.5.3. Fiscalização	17
2.5.3.1. Aplicação da redução remuneratória, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro	19
2.5.3.2. Aplicação da redução remuneratória, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro	19
2.5.4. Dos restantes trabalhadores	19
2.5.4.1. Redução remuneratória aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro	19
2.5.4.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro	19
2.6. APLICAÇÃO DO DISPOSTO NO ARTIGO 32.º DO ESTATUTO DO GESTOR PÚBLICO , CONFORME REPUBLICADO PELO DECRETO-LEI N.º 8/2012, DE 18 DE JANEIRO, NO QUE SE REFERE, DESIGNADAMENTE: .	19

2.6.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa..	19
2.6.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal	19
2.7. CONTRATAÇÃO PÚBLICA.....	20
2.7.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2013.....	20
2.7.2. Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização.....	22
2.7.3. Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)	22
2.8. MEDIDAS TOMADAS NO ÂMBITO DAS ORIENTAÇÕES PREVISTAS NA LEI N.º 66-A/2012, DE 30 DE DEZEMBRO, QUE APROVA AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2012-2015, AO NÍVEL DA ADESÃO DA EMPRESA AO SISTEMA NACIONAL DE COMPRAS PÚBLICAS (SNCP) E PARQUE DE VEÍCULOS DO ESTADO, BEM COMO A RESPECTIVA QUANTIFICAÇÃO	22
2.9. CUMPRIMENTO DAS MEDIDAS DE REDUÇÃO DE GASTOS OPERACIONAIS CONFORME OFÍCIO-CIRCULAR RELATIVO ÀS INSTRUÇÕES SOBRE A ELABORAÇÃO DOS INSTRUMENTOS PREVISIONAIS E GESTÃO (IPG) PARA 2013.....	23
2.9.1. Plano de Redução de Custos.....	23
2.9.2. Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações	24
2.9.3. Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações.....	24
2.9.4. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes.....	25
2.10. CUMPRIMENTO DO PRINCÍPIO DE UNIDADE DE TESOURARIA, CONFORME PREVISTO NO ARTIGO 124.º DA LEI N.º 66-B/2012, DE 31 DE DEZEMBRO.....	26
2.11. DIVULGAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DIRIGIDAS À EMPRESA RESULTANTES DE AUDITORIAS CONDUZIDAS PELO TRIBUNAL DE CONTAS, BEM COMO DAS MEDIDAS TOMADAS NA SUA ADOÇÃO E O RESPECTIVO RESULTADO	26
2.12. QUADRO RELATIVO À INFORMAÇÃO QUE SE ENCONTRAVA DIVULGADA A 31 DE DEZEMBRO DE 2013 NO SITE DO SEE	26
3. PRÁTICAS DE BOA GOVERNAÇÃO SOCIETÁRIA.....	28
4. ATIVIDADE PORTUÁRIA.....	32
4.1. MOVIMENTO DE NAVIOS.....	32
4.2. MOVIMENTO DE MERCADORIAS	33
4.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga	33
4.2.1.1. Carga Geral Fracionada.....	34
4.2.1.2. Granéis Sólidos.....	34
4.2.1.3. Granéis Líquidos.....	35
4.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal.....	36
4.2.2.1. Terminal Norte.....	36
4.2.2.2. Terminal Sul	36
4.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos.....	37
4.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos.....	37
4.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações	37
4.3. SETOR DAS PESCAS.....	39
4.3.1. Porto de Pesca Costeira	39
4.3.2. Porto de Pesca do Largo	39
5. INVESTIMENTOS	40
6. CONCESSÕES.....	42
6.1. EXISTENTES.....	42
6.1.1. De Prestação de Serviços	42
6.1.1.1. Socarpor – Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.	42

6.1.1.2. Tinita – Transportes e Reboques Marítimos, S.A.	42
6.1.2. De Uso Privativo	42
6.1.2.1. Socarpor – Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A.....	42
6.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.	43
6.1.2.3. Docapesca – Portos e Lotas, S.A.....	43
6.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.....	43
6.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.	43
6.1.2.6. Pellets Power, Lda.....	43
6.1.2.7. Enerpellets, S.A.	43
6.1.2.8. SGPAMG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.....	43
6.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.	43
6.2. OUTRAS CONCESSÕES.....	44
6.2.1. <i>Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA</i>	44
7. SEGURANÇA NO PORTO	46
7.1. PLANO DE EMERGÊNCIA INTERNO DA APA, S.A.	46
7.2. ISPS – <i>INTERNATIONAL SHIP AND PORT FACILITY SECURITY CODE</i> . PLANO DE PROTEÇÃO DO PORTO ...	46
7.3. CONTROLO DO TRÁFEGO MARÍTIMO DO PORTO DE AVEIRO	47
7.4. SEGURANÇA E HIGIENE NO TRABALHO	47
8.ÁREA DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS, RELAÇÕES EXTERNAS E COMUNICAÇÃO	48
8.1. INICIATIVAS DE DESENVOLVIMENTO DE NEGÓCIOS	48
8.2. INICIATIVAS DE PROMOÇÃO DO PORTO.....	48
8.3. COMUNICAÇÃO.....	51
9. RECURSOS HUMANOS.....	54
9.1. EVOLUÇÃO DO EFETIVO.....	54
9.2. HABILITAÇÕES LITERÁRIAS	54
9.3. ATIVOS POR ÁREAS OPERACIONAIS	55
9.4. ESCALÕES ETÁRIOS.....	56
9.5. ANTIGUIDADE	58
9.6. INDICADORES.....	59
9.6.1. <i>Trabalho e Absentismo</i>	59
9.6.2. <i>Formação com o Pessoal</i>	60
9.6.3. <i>Produtividade</i>	61
9.6.4. <i>Gastos com o Pessoal</i>	61
9.6.5. <i>Outros Gastos com o Pessoal</i>	61
9.6.5.1. <i>Medicina no Trabalho</i>	61
10. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA.....	64
10.1. RESULTADOS.....	64
10.1.1. <i>Resultado Operacional</i>	64
10.1.2. <i>Resultado Antes de Imposto</i>	67
10.1.3. <i>Resultado Líquido do Período</i>	67
10.2. BALANÇO	67
10.2.1. <i>Ativo</i>	67
10.2.2. <i>Capitais Próprios</i>	68
10.2.3. <i>Passivo</i>	68
10.3. INDICADORES ECONÓMICOS E FINANCEIROS.....	69
10.3.1. <i>EBITDA Ajustado</i>	69
10.3.2. <i>Valor Acrescentado Bruto</i>	69
11. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS	72
12. NOTA FINAL	74

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Mensagem do Conselho de Administração

O crescimento do volume de cargas é um dos pontos a merecer destaque em 2013. Fruto da conjugação de vários fatores, importa realçar o esforço feito na captação de novos mercados, a par da estabilização do trabalho portuário no porto de Aveiro.

Notamos, com satisfação, que o aumento verificado se refletiu das exportações, a par de outro dado relevante: o contributo do tráfego ferroviário, tráfego que vem assumindo cada vez maior importância no conjunto da movimentação de cargas no porto de Aveiro.

A conclusão, dentro da calendarização prevista, das obras da nova acessibilidade marítima ao porto de Aveiro, é outro facto que importa salientar em 2013.

Vale o mesmo para o importante passo dado, traduzido na definição do modelo de operação portuária, esforço conjugado entre a APA, S. A. e a Comunidade Portuária de Aveiro.

A extinção da TUP/Carga acarreta novos desafios para 2014, estando o Conselho de Administração a estudar medidas que possam suprir a quebra de receitas daí adveniente, quer no que reporta à APA, S.A., quer, sobretudo, no que diz respeito à participada APFF, S.A..

Importa frisar, como sinal positivo, a inclusão, no IEVAS, de investimentos cuja concretização trará novos benefícios para o porto de Aveiro.

A APA, S.A. manteve e reforçou a sua política de proximidade com a comunidade envolvente, através de iniciativas próprias e do apoio às iniciativas de terceiros, e de índole diversa: culturais, filantrópicas, associativas, recreativas.

Importa agradecer a dedicação e o empenho dos trabalhadores da APA, S.A. bem como de toda a Comunidade Portuária.

2. Cumprimento das orientações legais

Para efeito de sistematização da informação quanto ao cumprimento das orientações legais, evidenciadas no presente ponto, é apresentado o quadro seguinte.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objetivos de gestão / Plano de Atividades e Orçamento	X				Ver ponto 2.1.
Gestão do risco financeiro	X				Ver ponto 2.2.
Limites de Crescimento do Endividamento	X			Em 2013 o endividamento diminuiu 6,75% ou 1.453.634€, face a 2012.	Ver ponto 2.2.3.
Evolução do PMP a fornecedores	X			O PMP a 31.12.13 ascendeu a 20 dias (+3 dias, face a 31.12.12).	Ver ponto 2.3.
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	X			A APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias a 31.12.13.	Ver ponto 2.3.
Recomendações do acionista na aprovação de contas	X				Ver ponto 2.4.
Remunerações					
Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do art. 37.º da Lei 66-B/2012	X				Ver ponto 2.5.2.1.
Órgãos Sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 27º da Lei 66-B/2012			X		Ver ponto 2.5.2.2.
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			Total da redução remuneratória em 2013: 11.256€.	Ver ponto 2.5.2.2
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 75º da Lei 66-B/2012	X			Em 2013 a redução dos honorários do ROC, ascendeu a 1.892€.	Ver ponto 2.5.3.1.
Restantes trabalhadores - redução remuneratória nos termos art.º 27º da Lei 66-B/2012			X		Ver ponto 2.5.4.1.
Restantes trabalhadores - proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do art.º 35.º da Lei 66-B/2012	X				Ver ponto 2.5.4.2.
Artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)					
Utilização de cartões de crédito		X			Ver ponto 2.6.1.
Reembolso de despesas de representação pessoal		X			Ver ponto 2.6.2.
Contratação Pública					
Aplicação das normas de contratação pública pela empresa	X				Ver ponto 2.7.1.
Aplicação das normas de contratação pública pelas participadas	X				Ver ponto 2.7.1.

Cumprimento das obrigações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Contratos submetidos a visto prévio do Tribunal de Contas (TC)	X			No ano de 2013, foi submetido a visto prévio do TC, um contrato cujo montante global ascendeu a 598.127€.	
Auditorias do Tribunal de Contas (recomendações dirigidas à empresa)			X		Ver ponto 2.11.
Parque Automóvel	X			Apesar do aumento da atividade portuária, a APA, S.A., utiliza 36 viaturas, desde 2008.	Ver ponto 2.8.
Gastos Operacionais das Empresas Públicas (artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012)	X				Ver ponto 2.9.1.
Redução de Trabalhadores (artigo 63.º da Lei n.º 66-B/2012)					
N.º de trabalhadores	X			Em 2013, o n.º de trabalhadores diminuiu 4,63% ou 5 trabalhadores, face a 2012.	Ver ponto 2.9.4.
N.º de cargos dirigentes	X			Em 2013, o n.º de cargos dirigentes diminuiu 5,56% ou 1 dirigente, face a 2012.	Ver ponto 2.9.4.
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 124.º da Lei 66-B/2012)	X			71% das disponibilidades da APA, S.A. estavam depositadas no IGCP, E.P.E., a 31.12.2013.	Ver ponto 2.10.

S-Sim; N-Não; N.A. - Não Aplicável.

2.1. Objetivos de gestão, previstos no artigo 38.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, de forma quantificada, e metas a atingir em conformidade com o plano de atividades e orçamento aprovado

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2013, o Conselho de Administração da APA, S.A., pautou a sua atuação pelas orientações recebidas pelo Acionista, das quais destacamos:

- Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2013); e
- Ofício circular n.º 7896, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), de 8 de outubro de 2012, sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão: faculta instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais de Gestão (IPG) 2013.

Neste contexto, quantificámos o nível de cumprimento dos objetivos de gestão tendo por base as metas definidas no Plano de Atividades e Orçamento para 2013.

Mais se realça, que o referido instrumento previsional de gestão foi elaborado tendo em consideração os seguintes pressupostos:

- A adoção de estratégias de maximização das receitas mercantis;
- Na manutenção de um conjunto de medidas, implementadas ou em curso em 2012, que asseguraram a redução dos gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios, face a 2010;

- Na suspensão "de qualquer valorização remuneratória dos titulares de cargos e demais pessoal identificado no n.º 9 do artigo 19º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, designadamente:
 - (i) prémios de desempenho e outras prestações de natureza afim;
 - (ii) progressões, promoções, nomeações ou graduações em categoria ou posto superiores aos detidos e
 - (iii) as *diuturnidades*", conforme instruções recebidas da DGTF, através do ofício-circular n.º 7755, de 1 de outubro de 2012;
- Na redução do Prazo Médio de Pagamentos de 47 dias (em 2012) para 30 dias, no âmbito do Programa Pagar a Tempo e Horas, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 34/2008, de 22 de fevereiro com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, bem como pelo Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio;
- Na redução do passivo remunerado, respeitando o determinado pelo Despacho n.º 155/2011, de 28 de abril, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, cumprindo portanto o limite de endividamento remunerado fixado para 2013, no n.º 8 do referido diploma, leia-se 4%; e
- Na criteriosa seleção de investimentos a desenvolver.

Assim, importa ainda salientar que em 2013, a APA, S.A. cumpriu com os objetivos de gestão propugnados no Plano de Atividades e Orçamento para 2013.

2.2. Gestão do risco financeiro, nos termos do despacho n.º 101/2009-SETF, de 30 de janeiro, e do cumprimento dos limites máximos de acréscimos de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011 - MEF, de 28 de abril

O presente subcapítulo pretende dar cumprimento ao Despacho n.º 101/2009 - SETF, de 30 de janeiro, que define um conjunto de instruções tendentes à mitigação dos efeitos da volatilidade dos mercados financeiros sobre a situação das empresas e aos limites máximos de acréscimo de endividamento, definidos para 2013, no Despacho n.º 155/2011-MEF, de 28 de abril.

2.2.1. Cumprimento do Despacho n.º 101/2009 - SETF, de 30 de janeiro

Gestão do Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09- SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva				
Diversificação de instrumentos de financiamento	X			
Diversificação das modalidades de taxa de juro disponíveis	X			Vide ponto 2.2.1.1. infra
Diversificação de entidades credoras	X			
Contratação de instrumentos de gestão de cobertura de riscos em função das condições de mercado	X			

Gestão do Risco Financeiro - Despacho n.º 101/09- SETF, de 30-01	Cumprido			Descrição
	S	N	N.A.	
Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes				
Consolidação passivo remunerado: transformação passivo Curto em M/L prazo, em condições favoráveis			X	
Contratação da operação que minimiza o custo financeiro (<i>all-in-cost</i>) da operação			X	Vide ponto 2.2.1.2. infra
Minimização da prestação de garantias reais			X	
Minimização de cláusulas restritivas (<i>convenants</i>)			X	
Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa				
Adoção de política que minimize afetação de capitais alheios à cobertura financeira dos investimentos	X			Vide ponto 2.2.1.3. infra
Opção pelos investimentos com comprovada rentabilidade social/empresarial, beneficiam de FC e de CO	X			
Utilização de auto financiamento e de receitas de desinvestimento	X			
Inclusão nos R&C				
Descrição da evolução taxa média anual de financiamento nos últimos 5 anos	X			
Juros suportados anualmente com o passivo remunerado e outros encargos nos últimos 5 anos	X			Vide ponto 2.2.1.4. infra
Análise de eficiência da política de financiamento e do uso de instrumentos de gestão de risco financeiro			X	
Reflexão nas DF 2012 do efeito das variações do justo valor dos contratos de <i>swap</i> em carteira			X	

FC- Fundos comunitários; CP - Capital Próprio; DF- Demonstrações Financeiras; S - Sim; N - Não; N.A. - Não Aplicável.

2.2.1.1. Procedimentos adotados em matéria de avaliação de risco e medidas de cobertura respetiva

O financiamento de longo prazo encontra-se assegurado pela celebração de contrato de financiamento com o Banco Europeu de Investimento (BEI) e pela celebração de contrato de empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A. (BPI e BCP).

O empréstimo concedido pelo BEI, a 29 de outubro de 2004, com garantia do Estado português, contratualizado pelo montante de 30 milhões de euros, teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro e a reconfiguração do acesso/barra do porto de Aveiro.

Foram solicitados 2 desembolsos, um no valor de 20 milhões de euros (realizado em janeiro de 2005) e outro no valor de 5 milhões de euros (realizado em novembro de 2009). O 1º desembolso destinou-se ao cofinanciamento dos investimentos estruturarias executados pela APA, S.A. entre 2000 e 2007, destinados essencialmente à melhoria das condições operacionais do porto para a

movimentação de cargas. O 2.º desembolso tem com objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra e foi tomado pela APA, S.A..

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados à taxa Euribor acrescidos de um *spread* máximo de 0,13%. É amortizado em trinta e duas prestações semestrais consecutivas, tendo-se vencido a primeira em 15 de dezembro de 2008 e a última, vencer-se-á em 15 de junho de 2024. As primeiras 31 prestações são constantes em capital e correspondem, cada uma, a 1/42 do capital em dívida e a última prestação corresponde a 11/42 do capital dessa parcela desembolsada. Refira-se que a APA, S.A. poderá solicitar ao Banco que a última prestação seja paga em frações semestrais consecutivas e constantes de capital, vencendo-se a primeira em 15 de junho de 2024 e a última em 15 de junho de 2029.

A taxa de garantia pessoal concedida pelo Estado, sob a forma de fiança, para cumprimento das obrigações de capital e juros do empréstimo contraído pela APA, S.A. junto do BEI, ascende a 0,2% ao ano, sobre o capital em dívida.

Relativamente a este empréstimo, a empresa tem a possibilidade de proceder ao seu reembolso antecipado. Tendo por base as projeções de *cash-flows* de médio e longo prazo para o período de 2014-2023, e caso a empresa afetasse exclusivamente os seus excedentes de tesouraria, à realização do plano de investimentos e ao reembolso do empréstimo, o mesmo seria totalmente amortizado até 2020.

O empréstimo celebrado com o consórcio Banco BPI, S.A. e Banco Comercial Português, S.A., no montante de 2.500.000 euros, em janeiro de 2007, teve como finalidade proceder à amortização antecipada do empréstimo bancário APP/2000, cujo serviço de dívida era partilhado com as restantes Administrações Portuárias principais, em função dos respetivos volumes de negócio. Tratava-se de um fator de risco para a performance económica da APA, S.A. atendendo a que era expectável o aumento da sua responsabilidade no pagamento do serviço de dívida. O empréstimo vence juros à taxa nominal correspondente à taxa Euribor a seis meses, acrescido do *spread* de 0,125% ao ano. O reembolso do capital utilizado é efetuado em 19 prestações semestrais, constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira, 12 meses após a assinatura do contrato.

2.2.1.2. Adoção de política ativa de reforço de capitais permanentes

O atual contrato com o BEI não dispensa a manutenção de financiamento de curto prazo. Desde logo porque os montantes mínimos de desembolso pelo BEI ascendiam a 5.000.000 euros (tendo sido portanto necessário acumular financiamento em conta-corrente com sua posterior transferência), mas também, e mais importante, porque a APA, S.A. continuou a registar necessidades cíclicas de financiamento cuja colocação no BEI não se revelava vantajosa. A título

exemplificativo, incluem-se nestas necessidades de curtíssimo prazo os pagamentos de faturas de empreitadas objeto de posterior reembolso por fundos PIDDAC, FEDER ou Fundo de Coesão.

Por outro lado, atendendo à menor solidez financeira da APFF, S.A., a APA, S.A. como empresa-mãe tem sido incentivada, pelas entidades bancárias, a manter um envolvimento relacional que não prejudique as necessidades de financiamento da APFF, S.A..

Para fazer face a estas necessidades, a empresa detém contratos de financiamento de curto prazo, com algumas instituições bancárias. Refira-se que a assinatura destes contratos de financiamento de Curto Prazo, não implicam qualquer acréscimo de financiamento da APA, S.A. consubstanciando apenas uma diversificação nas fontes de financiamento da empresa, nas melhores condições de financiamento de curto prazo, que são apresentadas pelo mercado bancário.

2.2.1.3. Medidas prosseguidas com vista à otimização da estrutura financeira da empresa

A APA, S.A. tem vindo a privilegiar os investimentos que beneficiam de cofinanciamento comunitário e de subsídios PIDDAC, com o objetivo de minimizar a afetação de capitais alheios à cobertura dos investimentos anuais.

2.2.1.4. Evolução da taxa média anual de financiamento

2.2.1.4.1. BEI

	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos financeiros (€)	407.875	254.647	369.978	246.268	108.632
Taxa Média de financiamento (%) ¹	1,73%	1,13%	1,72%	1,21%	0,57%

¹ Encargos Financeiros /Valor em dívida

2.2.1.4.2. BPI e BCP

	2009	2010	2011	2012	2013
Encargos financeiros (€)	92.643	24.899	22.267	26.199	8.180
Taxa Média de financiamento (%) ¹	4,69%	1,46%	1,54%	2,21%	0,89%

¹ Encargos Financeiros /Valor em dívida

2.2.3. Passivo Remunerado

	2012	2013	Var. absol.	Var. %
Passivo não corrente	80.778.240	75.657.419	-5.120.821	-6,34%
Financiamentos obtidos (€)	20.087.721	18.634.087	-1.453.634	-7,24%
Passivo corrente	6.860.107	6.876.740	16.633	0,24%
Financiamentos obtidos (€)	1.453.632	1.453.632	0	0,00%
Total Passivo Remunerado (€)	21.541.353	20.087.719	-1.453.634	-6,75%

2.2.4. Cumprimento do Despacho n.º 155/2011 - MEF, de 28 de abril

Em cumprimento do Despacho n.º 155/2011, do Senhor Ministro de Estado e das Finanças, de 28 de abril, e apesar de esta empresa poder ser considerada como estruturalmente não deficitária (crf. página 38 do Programa de Estabilidade de Crescimento 2010-2013), informamos que o passivo remunerado da APA, S.A., a 31 de dezembro de 2013, ascendeu a 20.087.719 euros, (-6,75%, face a 2012), cumprindo portanto o limite de endividamento remunerado fixado para 2013, no n.º 8 do referido diploma, leia-se 4%.

2.3. Evolução do Prazo Médio de Pagamentos a fornecedores, em conformidade com a RCM n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos ("arrears"), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A evolução do Prazo Médio de Pagamentos (PMP) a empresas fornecedoras, em conformidade com a RCM 34/2008, de 22 de fevereiro com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, é a seguinte:

PMP	2012				2013				Var. (%) 4.º T 2013/ 4.º T 2012
	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	1ºT	2ºT	3ºT	4ºT	
Prazo (dias)	49	42	27	17	16	16	18	20	17,65%

A 31 de dezembro de 2013, a APA, S.A. não possuía faturas vencidas há mais de 90 dias.

Dívidas Vencidas	0-90 dias	Dívidas vencidas de acordo com o artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio			
		90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aq. de Bens e Serviços	409.766€	0€	0€	0€	0€
Aq. de Capital	0€	0€	0€	0€	0€
Total	409.766€	0€	0€	0€	0€

2.4. Diligências tomadas e resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da aprovação de contas 2012

O acionista da APA, S.A., aquando da aprovação das contas de 2012, efetuada em reunião da Assembleia Geral, datada de 28 de maio de 2013, recomendou ao Conselho Administração que diligenciasse no sentido "(i) da continuação da racionalização dos gastos operacionais, sem comprometer a evolução da atividade; e, (ii) o cumprimento do princípio da Unidade de Tesouraria do Estado". Refira-se que esta Administração Portuária cumpriu com as referidas recomendações, conforme evidenciado nos pontos 2.9. e 2.10., deste documento.

2.5. Orientações legais das remunerações

2.5.1. Mesa da Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Estatuto Remuneratório Fixado ¹	Remuneração Anual (€)		
				Bruta ²	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
*	Presidente	Associação Industrial do Distrito de Aveiro, representada por Eng. Valdemar da Silva Coutinho	Senhas de presença no valor de 572,58€	572,58€	0€	572,58€
*	Secretário	Dr.ª Cristina Maria Pereira Branco Mascarenhas Vieira Sampaio	Senhas de presença no valor de 343,33€	343,33€	0€	343,33€

¹ Valor da senha de presença fixada;

² Antes de reduções remuneratórias;

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo nesta data e em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções.

2.5.2. Conselho de Administração

2.5.2.1. Não atribuição de prémios de gestão, nos termos do artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Atento o artigo 37.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, não foram atribuídos aos membros do Conselho de Administração da APA, S.A., qualquer componente variável da remuneração, no ano de 2013.

2.5.2.2. Aplicação das reduções remuneratórias, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, bem como a manutenção da aplicação da redução de 5%, nos termos do artigo 12.º da Lei 12-A/2010

A APA, S.A. deu cumprimento ao estatuído no artigo 12.º da Lei 12-A/2010, de 30 de junho, tendo procedido à redução excecional de 5% da remuneração fixa mensal ilíquida dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Mais se informa, que na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 07 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05 de junho de 2013, a APA, S.A. não aplicou, no ano de 2013, as reduções remuneratórias previstas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Mandato	Cargo	Nome	Designação	
			Doc.	Data
*	Presidente	Eng. José Luís de Azevedo Cacho (Eng. José Luís Cacho)		03-12-2008
*	Vogal	Eng. Rui António Monteiro Gomes de Paiva (Eng. Rui Paiva)	**	03-12-2008
*	Vogal	Dr. Luís Manuel Dionísio Marques (Dr. Luís Marques)		03-12-2008

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo que nesta data e em conformidade com os Estatutos da empresa, os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;

** Declaração sobre a Política de Remunerações dos Órgãos Sociais da APA, S.A., de 15 de maio de 2012, apresentada pela Comissão de Fixação de Remunerações e aprovada em reunião de Assembleia Geral de 24 de maio de 2012.

Nome	EGP(€)			OPRLO		
	Fixado	Classificação	Vencimento	Despesas Representação	Entidade	Pagadora
	[S/N]	[A/B/C]	Valor (mensal)			[O/D]
Eng. José Luís Cacho	Sim	B	4.864,34 ¹	1.945,74 ²	n.a.	n.a.
Eng. Rui Paiva	Sim	B	3.891,47 ³	1.556,59 ²	n.a.	n.a.
Dr. Luís Marques	Sim	B	3.891,47 ³	1.556,59 ²	n.a.	n.a.

EGP - Estatuto do Gestor Público; OPRLO - Opção pela Remuneração do Lugar de Origem; O/D: Origem/Destino; n.a. - não aplicável.

¹ 85% do vencimento mensal ilíquido do Primeiro-Ministro;

² 40% do respetivo vencimento, pago 12 vezes ao ano;

³ 80% do vencimento mensal ilíquido do presidente do Conselho de Administração.

Nome	Remuneração Anual (€)						
	Variável	Fixa ¹	Outra	Redução			Bruta após reduções ³
				Lei 12-A/2010	LOE	Anos Anteriores ²	
Eng. José Luís Cacho	0	91.449,64	0,00	4.329,36	0,00 ⁴	0,00	76.127,92
Eng. Rui Paiva	0	73.159,66	0,00	3.463,32	0,00 ⁴	0,00	63.310,66
Dr. Luís Marques	0	73.159,66	0,00	3.463,32	0,00 ⁴	0,00	63.310,66

¹ Incluir remuneração e despesas de representação;

² Remunerações regularizadas no ano em referência pertencentes a anos anteriores;

³ Inclui redução de 5% da Lei n.º 12-A/2010 e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012;

⁴ Redução da LOE reposta, na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 07 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05 de junho de 2013.

Nome	Sub. Refeição	Benefícios Sociais (€)						
		Regime de Proteção Social		Seguros			Outros	
		Identificar	Valor	Saúde	Vida	Acidentes Pessoais	Identificar	Valor
Eng. José Luís Cacho	816,99	Seg. Social	7.666,63	303,40	0,00	0,00	---	0,00
Eng. Rui Paiva	1.041,12	Seg. Social	7.386,56	303,40	0,00	0,00	---	0,00
Dr. Luís Marques	1.091,73	Seg. Social	7.169,31	303,40	0,00	0,00	---	0,00

Nome	Acumulação de Funções - valores anuais (€)						
	Entidade	Função	Regime	Bruta	Redução LOE	Bruta após Redução	
	[Identificar]	[Identificar]	[Público/Privado]				
Eng. José Luís Cacho	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00	
Eng. Rui Paiva	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00	
Dr. Luís Marques	n.a.	n.a.	n.a.	0,00	0,00	0,00	

n.a. - não aplicável.

Nome	Gastos com Comunicações Móveis (€)		
	Plafond Mensal	Valor Anual	Observações
Eng. José Luís Cacho	200,00 ¹	1.220,27 ²	1.809,57 ³
Eng. Rui Paiva	100,00 ¹	720,26 ²	379,94 ³
Dr. Luís Marques	100,00 ¹	555,95 ²	358,82 ³

¹ Valor máximo mensal das despesas associadas a comunicações nacionais fixado pelo Conselho de Administração da APA, S.A., conforme previsto no n.º 2 do artigo 32.º do Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, republicado pelo Decreto - Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, em sua reunião de 14 de outubro de 2010. A Assembleia Geral ainda não deliberou sobre a matéria;

² Valor anual gasto em comunicações nacionais;

³ Valor anual gasto em comunicações internacionais.

Nome	Encargos com Viaturas								
	Viatura		Celebração de Contrato	Modalidade	Ano		N.º Prestações	Valor Renda	
	Atribuída	Valor			Início	Fim		Mês	Ano
	[S/N]	[€]	[S/N]	[Identificar]					
Eng. José Luís Cacho	S	47.367,70 ^{1:2:3}	N	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Eng. Rui Paiva	S	40.257,58 ^{1:3}	N	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Dr. Luís Marques	S	22.990,00 ^{1:3:4}	N	Aquisição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

S/N - Sim/Não; n.a. - não aplicável;

¹ Valor de aquisição da viatura;

² Por solicitação do Sr. Eng. José Luís Cacho, a 4 de agosto de 2013, o Conselho de Administração deliberou, por unanimidade, suspender a utilização pessoal da viatura;

³ A atribuição do uso da viatura automóvel foi tributada, conforme estatuído no número 5 do artigo 24.º do Código de Rendimentos de Pessoas Singulares (CIRS);

⁴ Viatura adquirida em 2.ª mão, a 01 de setembro de 2012.

Nome	Plafond mensal	Gastos anuais associados a Viaturas (€)				Observações
		Combustível	Portagens	Outras Reparações	Seguro	
Eng. José Luís Cacho	486,44 ¹	3.071,45	2.374,60	3.252,60	697,21	²
Eng. Rui Paiva	389,15 ¹	2.528,96	1.243,80	2.871,88	507,45	²
Dr. Luís Marques	389,15 ¹	1.989,92	1.043,60	369,68	500,27	²

¹ O plafond mensal afeto mensalmente às viaturas de serviço corresponde a um quarto do valor do abono mensal para despesas de representação, conforme definido no n.º 3, do artigo 33.º do Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro. A Assembleia Geral ainda não deliberou relativamente ao valor máximo das viaturas de serviço afetas aos gestores públicos;

² Foram emitidas faturas aos utilizadores sempre que ultrapassado o plafond mensal.

Nome	Gastos anuais associados a Deslocações em Serviço (€)					Gasto total com Viagens
	Deslocações em Serviço	Custo com Alojamento	Ajudas de Custo	Outras		
				Identificar	Valor	
Eng. José Luís Cacho	0,00	2.106,90	2.723,37	---	0,00	214,30
Eng. Rui Paiva	0,00	576,95	731,88	---	0,00	719,92
Dr. Luís Marques	0,00	1.615,07	2.183,85	---	0,00	2.771,20

2.5.3. Fiscalização

A fiscalização da sociedade compete, conforme estabelecido no artigo 15º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia Geral de 31 de março de 2008 (Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro), "a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, que não seja membro daquele órgão, todos eleitos em assembleia-geral por um período de três anos."

Para além das atribuições constantes da Lei, compete, em especial, aos órgãos de fiscalização as competências atribuídas no artigo 16º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro.

Mandato	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Fixado (valor mensal, em €)
			Doc.	Data	
*	Presidente	Dr. ^a Maria Isabel Louro Caria Alcobia	Assembleia Geral	31-03-2008	1.362,02
*	Vogal	Dr. ^a Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	Assembleia Geral	31-03-2008	1.021,51
*	Vogal	Dr. ^a Ana Maria Vicente da Silva Horta	Assembleia Geral	31-03-2008	1.021,51
*	Suplente	Dr. Mário José Alvarinho Carrega	Assembleia Geral	31-03-2008	n.a.

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo nesta data e em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;
n.a. - não aplicável.

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Redução (Lei OE)	Bruta após Reduções
Dr. ^a Maria Isabel Louro Caria Alcobia	19.068,22 ¹	0,00 ²	15.549,80 ³
Dr. ^a Maria Gabriela Nunes Mendes Campos	14.301,17 ¹	0,00 ²	11.661,16 ³
Dr. ^a Ana Maria Vicente da Silva Horta	14.301,17 ¹	0,00 ²	11.661,16 ³

¹ Antes de reduções remuneratórias;

² Redução da LOE reposta, na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 07 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05 de junho de 2013;

³ Inclui redução de 5% da Lei n.º 12-A/2010 e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012.

Revisor Oficial de Contas

Mandato	Cargo	Identificação SROC/ROC		Designação			Remuneração (€)		N.º Mandatos Exercidos
		Nome	N.º	Doc.	Data	Limite Fixado	Contrato		
*	ROC	PricewaterhouseCoopers (PwC) & Associados, SROC, Lda. ¹	183	AG	12-09-2008	²	18.920€	2	

* Por orientações da Tutela, na Assembleia Geral, realizada em 26 de maio de 2011, não se procedeu à eleição dos Órgãos Sociais para o mandato 2011-2013, pelo nesta data e em conformidade com os Estatutos da empresa os Órgãos Sociais encontram-se no exercício das suas funções;

¹ Representada por Dr. José Miguel Dantas Maio Marques ou, em substituição, por Dr. António Joaquim Brochado Correia;

² Remunerações fixadas, na declaração sobre Política de Remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da APA, S.A., em reunião da Comissão de Fixação de Remunerações, de 15 de maio de 2012, votada favoravelmente pelo acionista único Estado, a 24 de maio de 2012: "a política remuneratória para os titulares dos órgãos de fiscalização deve ser ajustada ao disposto nos textos normativos nela citados, a saber, o n.º 1 do artigo 12.º da Lei n.º 12-A/2010, de 30 de junho, no artigo 19.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de dezembro, nos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, no artigo 28.º do EGP, bem como nas Resoluções do Conselho de Ministros n.ºs 16/2012 e 36/2012."

Nome	Remuneração Anual (€)		
	Bruta	Reduções (LOE)	Bruta após Reduções
PwC	18.920,00 ¹	1.892,00	17.028,00 ¹

¹ Não inclui despesas de transporte, alojamento e quaisquer outras incorridas no exercício das suas funções, suportadas por esta Administração Portuária.

Auditor Externo

A auditoria externa às contas anuais exigida no número 2 do artigo 45.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, é efetuada anualmente, com início a 1 de janeiro de 2014, pela empresa PwC, registada na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

2.5.3.1. Aplicação da redução remuneratória, nos termos do artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Ver informação identificada no ponto 2.5.3.2. infra e 2.5.2.2. supra.

2.5.3.2. Aplicação da redução remuneratória, nos termos do artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Os honorários do Revisor Oficial de Contas, relativos ao ano de 2013, cumprem o estipulado no artigo 75.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

2.5.4. Dos restantes trabalhadores

2.5.4.1. Redução remuneratória aos trabalhadores, em conformidade com o artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, de 07 de junho de 2013, e do Secretário de Estado da Administração Pública, de 05 de junho de 2013, a APA, S.A. não aplicou, no ano de 2013, as reduções remuneratórias previstas no artigo 27.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro.

2.5.4.2. Proibição de valorizações remuneratórias, nos termos do artigo 35.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

A APA, S.A. não praticou quaisquer atos que substanciassem valorizações remuneratórias aos seus trabalhadores.

2.6. Aplicação do disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente:

2.6.1. À utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa

A APA, S.A. não atribuiu cartões de crédito nem quaisquer outros instrumentos de pagamento aos seus gestores.

2.6.2. O reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caíam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal

A APA, S.A. não reembolsa quaisquer despesas de representação pessoal aos seus gestores.

2.7. Contratação Pública

2.7.1. Indicação sobre o modo como foram aplicadas as normas de contratação pública vigentes em 2013

A APA, S.A. e a APFF, S.A., encontram-se vinculadas ao cumprimento das normas de contratação pública constantes do Código dos Contratos Públicos (CCP), relativamente à formação de contratos de empreitada e concessão de obras públicas, concessão de serviços públicos, locação e aquisição de bens móveis e aquisição de serviços, salvo se o objeto dos mesmos se integrar no âmbito dos denominados sectores especiais, caso em que tal vinculação se verifica apenas para contratos cujo valor seja igual ou superior aos limiares comunitários aplicáveis (Diretiva 2004/17/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 31 de março e Regulamento (EU) n.º 1336/2013 da Comissão de 13 de dezembro).

Porém, mesmo nas contratações em que as empresas não se encontrem adstritas ao cumprimento do CCP, é prática de ambas as Administrações Portuárias, optar pela aplicação subsidiária do regime previsto no dito normativo, eventualmente adaptado às especificidades do caso concreto, salvaguardando-se, deste modo, o respeito pelos princípios conformadores da atividade administrativa, bem como a economia, eficácia e eficiência das contratações efetuadas, mesmo nas áreas de maior flexibilidade contratual.

Para a prossecução de tais desideratos encontram-se implementados na APA, S.A. e na APFF, S.A., procedimentos que asseveram o cumprimento das normas de contratação pública nos termos expostos.

Ressalta-se, desde logo, a existência de minutas das peças procedimentais e outros documentos pré-contratuais, as quais configuram instrumentos de contratação que vertem as principais exigências legais em matéria de contratação. Estas minutas servem de referencial aos/às diversos/as colaboradores/as da APA, S.A. e da APFF, S.A., aquando da formalização de cada procedimento de contratação específico, assegurando o cumprimento das ditas exigências.

De igual guisa, encontra-se implementado um sistema de controlo e verificação prévia de todos os processos de contratação pública submetidos ao Conselho de Administração, em concreto, aqueles que envolvem despesa superior a 5 mil euros, os quais são previamente analisados pela Direção Financeira e de Recursos, pelo Gabinete da Estratégia e pelo Gabinete Jurídico, garantindo-se, assim, o adequado enquadramento legal, financeiro, contabilístico e estratégico dos aludidos processos.

A este propósito, não será despidendo destacar o documento pré-contratual denominado "Proposta de Autorização", no qual se evidencia o supra referido procedimento de controlo

prévio, a justificação da necessidade de contratar, bem como, os principais aspetos da contratação proposta e referentes tanto à fase de formação como de execução do contrato. Este instrumento documental permite ao Conselho de Administração de ambas as Administrações Portuárias, não só assegurar-se do cumprimento dos procedimentos de controlo interno instituídos na empresa, como deliberar de forma suficientemente fundamentada cada um dos processos de contratação que lhe são postos à consideração.

No que concerne aos processos aquisitivos de bens e serviços que envolvem despesa de valor igual ou inferior a 5 mil euros, e na esteira do propugnado nos artigos 128.º e 129.º do CCP, são os mesmos submetidos a um regime simplificado de contratação, o qual consiste na respetiva formalização no sistema informático de gestão integrada administrativa e financeira em uso na empresa, através do qual são submetidos a autorização do Administrador com competência na matéria.

Realça-se, porém, que mesmo relativamente a estas aquisições de reduzida expressão financeira, o procedimento interno de autorização de despesa, tal qual se encontra instituído, garante o funcionamento de um sistema de controlo prévio rigoroso, transparente e eficaz, porquanto, uma vez detetada a necessidade de aquisição, a correspondente despesa só é assumida pela APA, S.A. e pela APFF, S.A., depois de devidamente justificada e autorizada por um Administrador. Ademais, sempre que exista desvio entre o montante faturado e o montante autorizado, a despesa só é assumida pelas mencionadas Administrações Portuárias, depois de submetida a novo processo de autorização no âmbito do qual seja devidamente justificado o referido desvio.

Faz-se notar, ainda, que a APA, S.A. e a APFF, S.A., dão integral cumprimento às obrigações de publicitação e transparência previstas em diversas normas do CCP.

Sublinhe-se a este propósito, que todos os ajustes diretos são publicitados no portal dos contratos públicos, em cumprimento da obrigação ínsita no artigo 127.º do CCP.

De igual modo, são preenchidos no identificado portal, os relatórios de formação e de execução dos contratos públicos celebrados pelas aludidas Administrações Portuárias, bem como, no caso particular das empreitadas de obras públicas, os respetivos relatórios de contratação e de final de obra, tudo conforme propugnado nos artigos 465.º, 108.º e 402.º do normativo em referência.

Ainda na senda do cumprimento das obrigações de publicidade e transparência dos seus procedimentos de contratação pública, impõe-se ressaltar que a APA, S.A. e a APFF, S.A., asseguram a comunicação de dados à Agência Nacional de Compras Públicas, E.P.E. (ANCP) e ao

Instituto da Construção e do Imobiliário, I.P. (InCI), nos termos previstos no artigo 475.º do CCP e em conformidade com as diretrizes que para o efeito recebe de tais organismos.

2.7.2. Indicação da existência de procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se o mesmo é objeto de revisão periódica, com referência à última atualização

Ver informação identificada no ponto 2.7.1. supra.

2.7.3. Indicação de quais os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5M€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram sujeitos a visto prévio do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47.º da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2013 a APA, S.A. não celebrou contratos com valor superior a 5.000 mil euros.

2.8. Medidas tomadas no âmbito das orientações previstas na Lei n.º 66-A/2012, de 30 de dezembro, que aprova as Grandes Opções do Plano para 2012-2015, ao nível da adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) e Parque de Veículos do Estado, bem como a respetiva quantificação

Em 10 de agosto de 2010, a APA, S.A., na qualidade de entidade aderente voluntária, outorgou com a ANCP, E.P.E., o contrato de adesão ao SNCP, passando todos os procedimentos de aquisição de bens e serviços superiores a 5 mil euros, a ser precedidos de consulta ao Catálogo Nacional de Compras Públicas (CNCP), de molde a aquilatar da existência de acordo quadro para a contratação em causa.

Assim, no ano de 2013, a APA, S.A. contratou o fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial através do acordo quadro (AQ) da Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P. (ESPAP, I.P.), disponível para o efeito.

No que concerne à frota automóvel da APA, S.A., importa ressaltar o crescimento significativo da atividade portuária desta Administração Portuária (+19,73%, face a 2012) e da sua participada (+18,60%, face a 2012), o qual redundou no incremento da afetação de viaturas às atividades de exploração portuária e no aumento de deslocações de serviço para apoio permanente à atividade desenvolvida pela APFF, S.A..

Não obstante, e apesar da frota automóvel, atualmente existente na APA, S.A., se revelar insuficiente para fazer face às aludidas necessidades de serviço, não foram adquiridos veículos em 2013.

Importa ainda referir, que desde 2008 a APA, S.A. dispõe apenas de 36 viaturas.

Assim, atento o presente contexto de restrição orçamental, a APA, S.A., mitigou, de forma equilibrada, eficiente e racional, as mencionadas necessidades de serviço.

2.9. Cumprimento das medidas de redução de gastos operacionais conforme ofício-circular relativo às instruções sobre a elaboração dos Instrumentos Previsionais e Gestão (IPG) para 2013

2.9.1. Plano de Redução de Custos

Em cumprimento do ofício circular n.º 7896, da DGTF, de 8 de outubro de 2012, esta Administração Portuária, com um EBITDA positivo, reduziu em 2013 o peso dos encargos suportados com os gastos operacionais (FSE + Gastos com o Pessoal) no volume de negócios (vide quadro seguinte).

Ademais, e na senda das gizadas orientações vertidas no supra identificado ofício circular, bem como no artigo 64.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, aduzimos ainda o seguinte:

- De acordo com as instruções recebidas da DGTF, através do ofício circular n.º 782, de 06 de janeiro de 2012, e para efeitos do cumprimento do Plano de Redução de Custos (PRC) nos gastos com o pessoal no ano de 2012 *“não serão tidos em conta o valor das indemnizações”*;
- De acordo com as instruções recebidas da DGTF, através do ofício circular n.º 7986, de 08 de outubro de 2012 e a Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, e *“para efeitos do cumprimento do PRC nos gastos com o pessoal no ano de 2013 não serão tidos em conta os valores inscritos na rubrica indemnizações nem as componentes decorrentes das alterações legislativas”*;
- O valor do EBITDA Ajustado em 2013 é superior à média dos últimos 4 anos (3.614 mil euros);
- A redução da TUP-Carga, em 2013 implicou uma redução do EBITDA Ajustado em 497 mil euros;
- Conforme evidenciado no quadro infra, verifica-se, desde 2009, uma tendência decrescente do peso dos gastos operacionais no Volume de Negócios.

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 13/10		Cumpre [S/N]
						[m€]	[%]	
CMVMC (m€) (1)	0	0	0	0	0	0	0%	---
FSE (m€) (2)	2.669	3.575	1.970	1.855	1.985	-1.590	-44%	---
Dragagens (m€)	303	1.048	0	0	0	-1.048	-100%	---
Financiamento PIDDAC (m€)	0	1.048	0	0	0	-1.048	-100%	---
Financiamento próprio APA (m€)	303	0	0	0	0	0	100%	---
FSE sem dragagens (m€) (3)	2.366	2.527	1.970	1.855	1.985	-542	-21%	---
Outros FSE (m€)								

PRC	2009	2010	2011	2012	2013	Δ 13/10		Cumpre [S/N]
						[m€]	[%]	
Deslocações/Estadas (m€)	46	45	23	21	17	-28	-62%	Sim
Comunicações (m€)	67	96	74	70	69	-27	-28%	Sim
Gastos com Pessoal (m€)	5.177	5.074	4.381	4.563	4.799	-275	-5%	---
Indeminizações	0	33	0	279	0	-33	0%	---
Reposição dos subsídios	0	0	0	0	622	622	100%	---
Convergência de sistemas CGA e ADSE	0	0	0	0	126	126	100%	---
Convergência de sistemas SS dos OS	0	0	0	0	6	6	100%	---
Reposição de Vencimentos	0	0	0	0	221	221	100%	---
Gastos com Pessoal Ajust (m€) (4)	5.177	5.042	4.381	4.284	3.824	-1.218	-24%	---
Outros Gastos com o Pessoal	0	0	0	0	0	0	0%	---
Ajudas de custo	16	23	13	18	9	-13	-59%	Sim
Total dos Gastos do PRC (5)=(1)+(2)+(4)	7.846	8.617	6.351	6.138	5.808	-2.809	-33%	---
Total dos Gastos do PRC sem Dragagens (6)=(1)+(3)+(4)	7.543	7.569	6.351	6.138	5.808	-1.760	-23%	---
EBTIDA Ajustado	3.633	2.993	4.152	3.678	4.496	1.502	50%	---
VN Real (7)	11.932	15.197	14.260	14.258	14.947	-251	-2%	---
Reduções da TUP-Carga	0	0	0	14	497	497	100%	---
VN sem redução da TUP-Carga (8)	11.932	15.197	14.260	14.272	15.444	247	2%	---
Gastos PRC/VN Real (5)/(7)	66%	57%	45%	43%	39%	-18%	-31%	Sim
Gastos PRC/VN sem redução da TUP Carga (5)/(8)	66%	57%	45%	43%	38%	-19%	-34%	Sim
Gastos PRC sem dragagens/VN Real (6)/(7)	63%	50%	45%	43%	39%	-11%	-22%	Sim

S/N -Sim/Não.

2.9.2. Medidas no âmbito da redução dos gastos com comunicações

Durante o ano 2013, a APA, S.A. reduziu em 50% a média dos gastos com comunicações, registados em 2009 e 2010, cumprindo com o disposto no número 4 do artigo 64.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.

Não obstante, importa referir que a subrubrica de comunicações inclui, maioritariamente, gastos decorrentes dos sistemas de segurança e navegabilidade do porto, tais como, Janela Única Portuária (JUP), Plano de Proteção do porto, Plano de Emergência Interno e Pilotagem que, por motivos legais e regulamentares, devem estar ativados 24h/7 dias por semana.

2.9.3. Medidas no âmbito da redução das ajudas de custo e deslocações

Apesar da orgânica desta Administração Portuária, que assume a gestão partilhada da APFF, S.A., durante o ano 2013, a APA, S.A. reduziu em 50% o valor despendido em 2010 com deslocações e

ajudas de custo, cumprindo com o disposto no número 3 do artigo 64.º da Lei 66-B/2012, de 31 de dezembro.

2.9.4. Redução do número de efetivos e de cargos dirigentes

A APA, S.A. realizou em 1 de setembro de 2009, uma reestruturação do seu modelo organizacional passando a incorporar, com efeitos a 1 de janeiro de 2009, também a APFF, S.A.. Neste sentido, foram reduzidas e/ou não ocupadas 6 chefias no total de ambas as empresas (diminuição de 29%), passando várias chefias da APA, S.A. a exercer iguais funções na APFF, S.A., em regime de acumulação.

De referir ainda que em novembro de 2012, a APA, S.A. iniciou, um processo de incentivo à rescisão contratual ou aposentação voluntária. Estima-se que as eventuais saídas decorrentes deste processo não careçam de substituição, se implementado o novo modelo de operação portuária, já que estas configuram oportunidades de reestruturação orgânica e tecnológica que poderá implicar novas contratações em áreas deficitárias. Desta forma, se deste processo resultar a previsual redução em 8,74% do número de efetivos, também poderá resultar a necessidade de contratação de novos recursos humanos.

Conforme se observa no quadro infra, no ano de 2013 a APA, S.A. reduziu, face a 2012, o número de efetivos em 4,62%, ou 5 colaboradores. Ver também informação identificada no capítulo 9 deste documento.

	2010	2011	2012	2013
N.º Total RH (Órgãos Sociais + Dirigentes + Efetivos)	119	116	114	109
N.º Órgãos Sociais	9	9	9	9
N.º Dirigentes sem Órgãos Sociais	18	18	18	17
N.º Efetivos sem Órgãos Sociais e sem Dirigentes	92	89	87	83
Gastos com o Pessoal (€)	5.074.327	4.381.001	4.562.981	4.798.937
Gastos com Órgãos Sociais (€)	301.939	215.265	220.767	282.573
Gastos com Dirigentes sem Órgãos Sociais (€)	1.189.002	1.138.877	895.686	1.153.586
Gastos com Efetivos sem Órgãos Sociais e sem Dirigentes (€)	3.550.784	3.026.858	3.167.179	3.362.778
Rescisões / Indemnizações (€)	32.601	0	279.349	0

2.10. Cumprimento do Princípio de Unidade de Tesouraria, conforme previsto no artigo 124.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro

Em cumprimento do artigo 124.º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro, informamos que esta Administração Portuária efetua a movimentação dos seus fundos por recurso aos serviços bancários disponibilizados pelo Instituto de Gestão da Tesouraria e do Crédito Público, E.P.E. (IGCP, E.P.E.).

Contudo têm-se defrontado com algumas dificuldades, decorrentes do facto de o IGCP, E.P.E. não disponibilizar a totalidade das soluções operacionais e de financiamento.

Assim, em abril de 2013, solicitou esta Administração Portuária parecer junto do IGCP, E.P.E., para que fossem mantidos parte dos excedentes de tesouraria (cerca de 30%) na banca comercial - os quais configuram depósitos à ordem - com o objetivo de promover uma gestão financeira com garantia de financiamento. A 19 de dezembro de 2013, autorizou SE a Secretária de Estado do Tesouro, através do despacho n.º 2405/12-SET, *"a exceção do cumprimento do pedido de Unidade de Tesouraria, nos termos do pedido da APA, atenta a relevância da banca comercial na atividade da empresa."*

A 31 de dezembro de 2013, 71% das disponibilidades da APA, S.A. estavam depositadas no IGCP, E.P.E..

2.11. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas, bem como das medidas tomadas na sua adoção e o respetivo resultado

No ano de 2013, esta Administração Portuária não foi auditada pelo Tribunal de Contas.

2.12. Quadro relativo à Informação que se encontrava divulgada a 31 de dezembro de 2013 no site do SEE

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos atualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da empresa:				
Missão, objetivos, políticas, obrigações de serviço público e modelo de financiamento	X			

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Modelo de Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos Órgãos Sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transações:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transações Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transações	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética	X			
Informação financeira histórica e atual	X			
Esforço Financeiro do Estado	X			

3. Práticas de Boa Governação Societária

No quadro abaixo são identificadas as práticas de Boa Governação Societária, divulgadas no Relatório de Governo Societário 2013 da APA, S.A..

Relatório de Governo Societário	Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
	S	N	S	N		
I Missão, Objetivos e Políticas						
1. Indicação da missão e da forma como é prosseguida, assim como a visão e os valores que orientam a empresa	X		X			
2. Políticas e linhas de ação desencadeadas no âmbito da estratégia definida	X		X			
3. Indicação dos objetivos e do grau de cumprimento dos mesmos, assim como a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar	X		X		5-8 e 43	
4. Indicação dos fatores chave de que dependem os resultados da empresa	X		X			
II Estrutura de Capital						
1. Estrutura de capital	X		X			
2. Eventuais limitações à titularidade e/ou transmissibilidade das ações	X		X		8	
3. Acordos parassociais	n.a.		X			
III Participações Sociais e Obrigações detidas						
1. Identificação das pessoas singulares (órgãos sociais) e/ou coletivas (Empresa) que, direta ou indiretamente, são titulares de participações noutras entidades, com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos	X		X			
2. A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional	X		X			
3. A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades	n.a.		X		8-10	
4. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X			
5. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações e a sociedade	n.a.		X			
6. Identificação dos mecanismos adotados para prevenir a existência de conflitos de interesses	X		X			
IV Órgãos Sociais e Comissões						
A. Mesa da Assembleia Geral						
1. Composição da mesa AG, mandato e remuneração	X		X		10	
2. Identificação das deliberações acionistas	X		X		10	
B. Administração e Supervisão						

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
1.	Modelo de governo adotado	X		X			
2.	Regras estatutárias sobre procedimentos aplicáveis à nomeação e substituição dos membros	X		X			
3.	Composição, duração do mandato, número de membros efetivos	X		X			
4.	Identificação dos membros executivos e não executivos do CA e identificação dos membros independentes do CGS	X		X			
5.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	X		X			
6.	Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto	X		X		11-20	
7.	Organogramas relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais	X		X			
8.	Funcionamento do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo	X		X			
9.	Comissões existentes no órgão de administração ou supervisão	X		X			
C. Fiscalização							
1.	Identificação do órgão de fiscalização correspondente ao modelo adotado e composição, indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração do mandato, número de membros efetivos e suplentes	X		X		20-25	
2.	Identificação dos membros da Fiscalização	X		X			
3.	Elementos curriculares relevantes de cada um dos membros	x		X			
4.	Funcionamento da fiscalização	x		X			
D. Revisor Oficial de Contas							
1.	Identificação do ROC, SROC	x		X			
2.	Indicação das limitações, legais	x		X			
3.	Indicação do número de anos em que a SROC e/ou ROC exerce funções consecutivamente junto da sociedade/grupo	x		X		25	
4.	Descrição de outros serviços prestados pelo SROC à sociedade	x		X			
E. Auditor Externo							
1.	Identificação	n.a.		X			
2.	Política e periodicidade da rotação	n.a.		X			
3.	Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados	n.a.		X		26	
4.	Indicação do montante da remuneração anual paga	n.a.		X			
V. Organização Interna							
A. Estatutos e Comunicações							
1.	Alteração dos estatutos da sociedade - Regras aplicáveis	X		X			
2.	Comunicação de irregularidades	X		X		26-27	
3.	Indicação das políticas antifraude	X		X			

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
B.	Controlo interno e gestão de riscos						
1.	Informação sobre a existência de um sistema de controlo interno (SCI)	X		X			
2.	Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou SCI	X		X			
3.	Principais medidas adotadas na política de risco	X		X			
4.	Relações de dependência hierárquica e/ou funcional	X		X			
5.	Outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos	X		X		27-32	
6.	Identificação principais tipos de riscos	X		X			
7.	Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo, gestão e mitigação de riscos	X		X			
8.	Elementos do SCI e de gestão de risco implementados na sociedade	X		X			
C.	Regulamentos e Códigos						
1.	Regulamentos internos aplicáveis e regulamentos externos	X		X		33-37	
2.	Códigos de conduta e de Código de Ética	X		X			
D.	Sítio de Internet						
	Indicação do(s) endereço(s) e divulgação da informação disponibilizada	X		X		37	
VI	Remunerações						
A.	Competência para a Determinação						
	Indicação do órgão competente para fixar remuneração	X		X		38	
B.	Comissão de Fixação de Remunerações						
	Composição	x		X		38	
C.	Estrutura das Remunerações						
1.	Política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização	X		X			
2.	Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada	X		X			
3.	Componente variável da remuneração e critérios de atribuição	n.a.		X		38-39	
4.	Diferimento do pagamento da componente variável	n.a.		X			
5.	Parâmetros e fundamentos para atribuição de prémio	n.a.		X			
6.	Regimes complementares de pensões	n.a.		X			
D.	Divulgação das Remunerações						
1.	Indicação do montante anual da remuneração auferida	x		X			
2.	Montantes pagos, por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo	n.a.		X			
3.	Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou prémios	n.a.		X			
4.	Indemnizações pagas a ex-administradores executivos	n.a.		X		40-41	
5.	Indicação do montante anual da remuneração auferida do órgão de fiscalização da sociedade	X		X			
6.	Indicação da remuneração anual da mesa da assembleia geral	X		X			
VII	Transações com partes Relacionadas e Outras						

Relatório de Governo Societário		Identificação		Divulgação		Página(s)	Observações
		S	N	S	N		
1.	Mecanismos implementados para controlo de transações com partes relacionadas	X		X		41-42	
2.	Informação sobre outras transações	X		X			
VIII	Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económicos, social e ambiental						
1.	Estratégias adotadas e grau de cumprimento das metas fixadas	X		X			
2.	Políticas prosseguidas	X		X			
3.	Forma de cumprimento dos princípios inerentes a uma adequada gestão empresarial:					43-49	
	a) Responsabilidade social	X		X			
	b) Responsabilidade ambiental						
	c) Responsabilidade económica.						
IX	Avaliação do Governo Societário						
1.	Cumprimento das Recomendações	n.a.		X		49-50	
2.	Outras informações	n.a.		X			

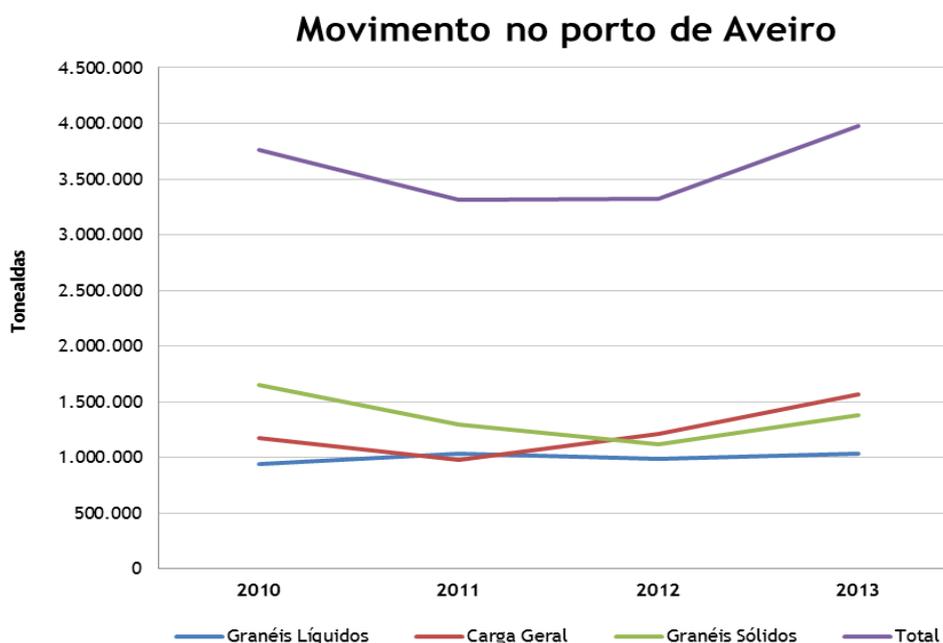
n.a. - não aplicável.

4. Atividade Portuária

Em 2013, o movimento de mercadorias do porto de Aveiro recuperou 19,73%, face a 2012, superando em 5,66% o anterior recorde de 3.761 mil toneladas, registado em 2010.

Registou-se um crescimento, face a 2012, em todos os segmentos de carga, sendo de assinalar que a componente de tráfego que mais contribuiu para este aumento foi a Carga Geral, com uma variação positiva de 28,87% ou 351 mil toneladas, relativamente ao realizado no ano transato. Adicionalmente os Granéis Sólidos e os Granéis Líquidos sofreram um aumento de 22,84% e 4,90%, respetivamente, face ao movimentado em 2012.

A distribuição da carga movimentada no porto, em 2013, foi de 39,39% para a Carga Geral, 34,64% para os Granéis Sólidos e 25,98% para os Graneis Líquidos.



4.1. Movimento de Navios

O movimento no porto de Aveiro registou em 2013 um total de 908 navios, a que corresponde uma arqueação bruta total de 3.753.295 GT. Face ao ano anterior, observa-se um aumento de 9,79% e 17,58%, no número de navios e no GT, respetivamente, o que implicou um aumento na arqueação média dos navios, que passou de 3.860 GT em 2012 para 4.134 GT em 2013. Este

resultado global é reflexo direto da política desta administração no sentido de receber navios de maior comprimento. Política esta, que será consolidada com o conclusão da melhoria das acessibilidades marítimas da Barra do porto de Aveiro.

Classe de GT	2012		2013		Δ% 13/12	
	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total	N.º Navios	GT Total
Total	827	3.192.113	908	3.753.295	9,79%	17,58%
< 2000	57	102.905	46	84.449	-19,30%	-17,93%
2000 - 3000	376	1.009.782	368	961.673	-2,13%	-4,76%
3001 - 4000	154	541.878	173	618.090	12,34%	14,06%
4001 - 5000	99	434.808	139	613.811	40,40%	41,17%
5001 - 6000	57	311.993	65	348.062	14,04%	11,56%
6001 - 7000	18	113.351	24	153.647	33,33%	35,55%
7001 - 8000	21	157.849	19	144.551	-9,52%	-8,42%
8001 - 9000	12	99.946	18	150.869	50,00%	50,95%
9001 - 10.000	2	18.471	14	133.953	600,00%	625,21%
10.001 - 11.000	4	40.695	6	61.770	50,00%	51,79%
11.001 - 12.000	4	45.802	8	93.647	100,00%	104,46%
> 12.001	23	314.633	28	388.773	21,74%	23,56%

4.2. Movimento de Mercadorias

4.2.1. Movimento de Mercadorias por Tipo de Carga

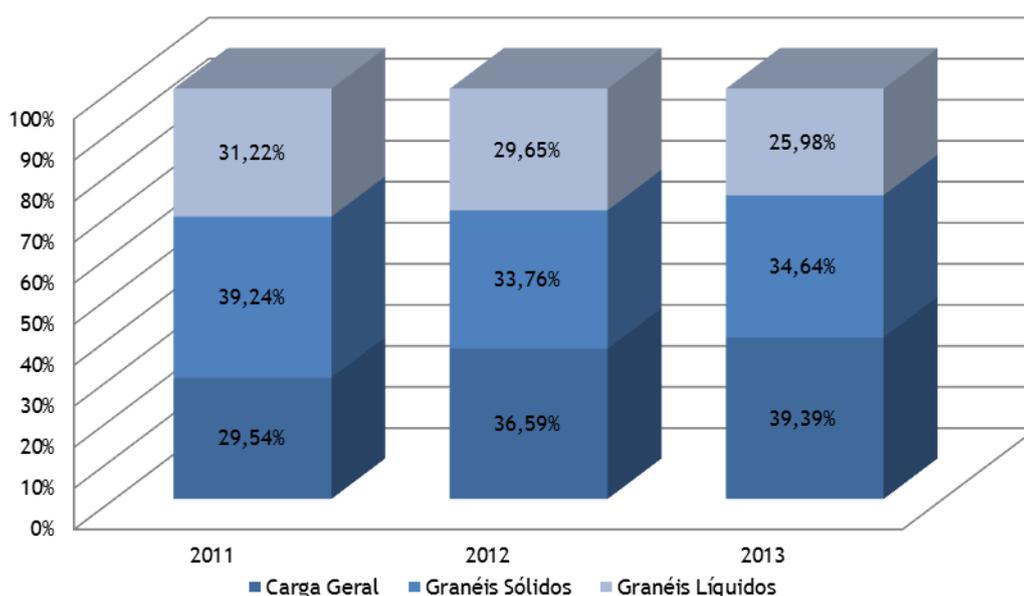
O movimento de mercadorias em 2013 totalizou 3.973.779 toneladas, representando um aumento de 19,73%, face ao movimento do ano anterior, 3.318.986 toneladas.

O quadro seguinte resume o movimento de mercadorias nos últimos anos, por tipo de carga.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ%13/12
Total do Movimento Portuário	3.318.986	3.973.779	19,73%
Carga Geral Fracionada	1.214.542	1.565.190	28,87%
Granéis Sólidos	1.120.415	1.376.341	22,84%
Granéis Líquidos	984.029	1.032.248	4,90%

Relativamente à distribuição da movimentação global de mercadorias seguindo tipos de carga, em 2013, evidencia-se o tráfego de Carga Geral, conforme se observa no gráfico seguinte.

Movimento de Mercadorias por tipo de carga



4.2.1.1. Carga Geral Fracionada

O movimento global deste grupo de mercadorias, registou um aumento de 28,87%, face a 2012, tendo sido a principal componente de tráfego total deste porto. As mercadorias que mais contribuíram para o total de Carga Geral Fracionada foram os cimentos (522 mil toneladas), os metais (459 mil toneladas) e as pastas químicas de madeira (244 mil toneladas).

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total de Carga Geral Fracionada	1.214.542	1.565.189	350.648
Cimentos embalados/paletizados	380.283	521.777	141.494
Metais	383.109	459.368	76.259
Pastas químicas de madeira	203.038	244.351	41.313
Madeira	130.026	200.915	70.889
Madeira Densificada	10.229	105.134	94.905
Outras Cargas Geral	107.857	33.645	-74.212

4.2.1.2. Granéis Sólidos

O movimento deste tipo de carga registou um aumento de 22,84%, face a 2012. As principais mercadorias movimentadas, de Granéis Sólidos, foram os desperdícios de madeira (325 mil toneladas), os cimentos (252 mil toneladas) e o milho (119 mil toneladas).

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total de Granéis Sólidos	1.120.415	1.376.341	255.926
Desperdícios de madeira	307.762	324.649	16.887
Cimentos a granel	127.570	251.896	124.326
Milho	81.533	118.659	37.127
Trigo	56.237	83.062	26.825
Coque	134.042	80.785	-53.256
Argila / Outras argilas caulínicas	40.545	70.288	29.743
Farinhas	4.197	68.568	64.371
Clinker	56.740	61.698	4.958
Caulino	14.134	54.094	39.959
Feldspato	29.508	50.868	21.359
Carbonato	38.287	42.751	4.464
Bagaços vegetais	51.043	39.955	-11.088
Ureia	42.487	39.633	-2.854
Arroz	13.239	27.787	14.548
Outros Granéis Sólidos	123.092	61.648	-61.444

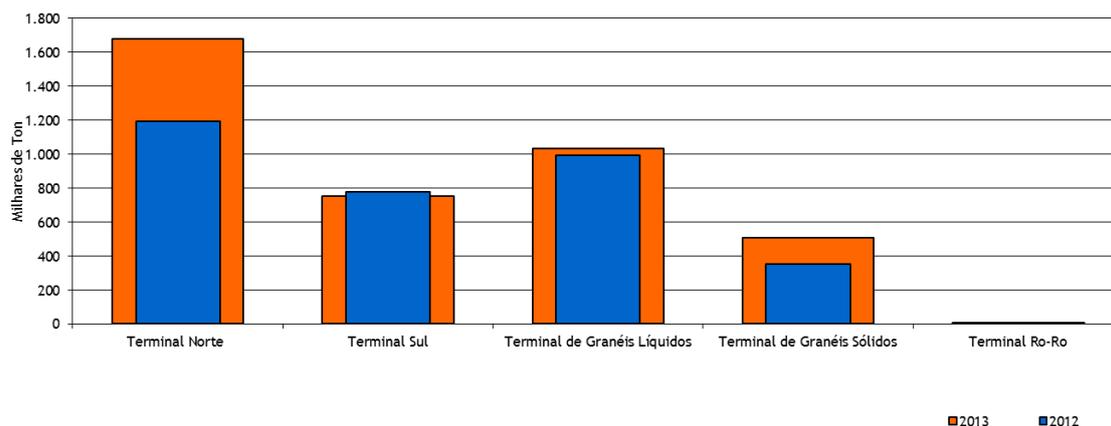
4.2.1.3. Granéis Líquidos

O movimento deste tipo de carga registou um aumento de 4,90%, face a 2012. O gasóleo (250 mil toneladas) e o cloreto de vinilo (196 mil euros) foram as principais mercadorias movimentadas.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total de Granéis Líquidos	984.029	1.032.248	48.219
Gasóleo	221.465	250.010	28.544
Cloreto de vinilo	199.199	196.228	-2.971
Isocianatos	115.917	121.416	5.499
Benzeno	102.978	109.580	6.601
Óleos	48.406	61.583	13.177
Biodiesel	39.781	59.989	20.208
Metanol	70.045	58.009	-12.035
Hidróxido de sódio	59.654	51.976	-7.678
Gasolinas	48.938	49.667	728
Anilina e seus sais	37.764	38.418	653
Derivados nitrados	15.481	22.042	6.562

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Vinhos	22.092	12.280	-9.811
Outros Granéis Líquidos	2.307	1.050	-1.258

4.2.2. Movimento de Mercadorias por Terminal



4.2.2.1. Terminal Norte

O Terminal Norte representa 42,20% do movimento global do porto, tendo-se verificado um aumento de 481 mil toneladas face ao ano anterior.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total - Terminal Norte	1.195.783	1.677.110	481.327
Carga Geral	658.559	999.773	341.215
Granéis Sólidos	536.980	676.014	139.035
Contentorizada	245	911	666
Ro-Ro	0	412	412

4.2.2.2. Terminal Sul

O Terminal Sul movimentou 753 mil toneladas, que corresponderam a 18,96% do movimento total, apresentando uma diminuição de 26 mil toneladas relativamente a 2012.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total - Terminal Sul	778.902	753.302	-25.600
Carga Geral	536.643	512.792	-23.851
Granéis Sólidos	242.260	240.495	-1.765
Contentorizada	0	15	15

4.2.2.3. Terminal de Granéis Líquidos

No Terminal de Granéis Líquidos o movimento de mercadorias ascendeu a 1.032 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 41 mil toneladas.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total - Terminal de Granéis Líquidos	991.249	1.032.248	40.999
Granéis Líquidos	991.249	1.032.248	40.999

4.2.2.4. Terminal de Granéis Sólidos

No Terminal de Granéis Sólidos o movimento de mercadorias ascendeu a 506 mil toneladas, representando um aumento, face ao ano transato, de 154 mil toneladas.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total - Terminal de Granéis Sólidos	352.398	506.388	153.990
Granéis Sólidos	338.176	455.127	116.951
Carga Geral	14.222	51.211	36.989
Ro-Ro	0	50	50

4.2.3. Movimento de Mercadorias por Importações / Exportações

	Toneladas		
	2012	2013	Δ% 13/12
Total de Mercadorias Movimentadas	3.318.986	3.973.779	19,73%
Importações	1.751.319	1.989.388	13,59%
Exportações	1.567.667	1.984.391	26,58%

No ano de 2013, as importações representaram 50,06% do total do movimento do porto, sendo os metais, gasóleo, o cloreto de vinilo e a madeira as principais mercadorias.

No quadro seguinte, são apresentadas as principais mercadorias importadas nos anos 2012 e 2013.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total de Mercadorias Importadas	1.751.319	1.989.388	238.069
Metais	343.623	366.301	22.678
Gasóleo	221.466	250.010	28.544
Cloreto de vinilo	203.419	196.228	-7.191
Madeira	15.548	150.482	134.934
Milho	81.533	118.659	37.127
Benzeno	102.978	109.580	6.601
Trigo	56.237	83.062	26.825
Coque	134.041	80.785	-53.256
Óleos vegetais	51.406	61.583	10.177
Metanol [álcool metílico]	70.045	58.009	-12.035
Farinhas	4.197	54.003	49.806
Hidróxido de sódio	56.711	51.976	-4.734
Gasolinas	48.938	49.667	728
Ureia	42.487	44.034	1.547
Carbonato dissódico	38.287	42.751	4.464
Bagaços vegetais	51.043	39.955	-11.088
Cimentos	11.810	19.866	8.056
Cevada	14.821	5.782	-9.039
Outros	202.729	206.655	3.926

Relativamente às exportações, verificou-se um aumento de 26,58%, face a 2012, sendo o cimento, desperdícios de madeira e pasta química de madeira as principais mercadorias.

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Total de Mercadorias Exportadas	1.567.667	1.984.391	416.724
Cimentos	496.043	753.807	257.764
Desperdícios de madeira	317.991	328.572	10.580
Pastas químicas de madeira	200.213	235.358	35.144
Isocianatos	115.917	121.416	5.499
Madeira densificada	75.955	105.134	29.179

	Toneladas		
	2012	2013	Δ 13/12
Metais	39.486	95.489	56.003
Biodiesel	39.781	59.989	20.208
Madeira	114.448	50.433	-64.015
Clinquer	41.430	42.468	1.038
Anilina	37.764	38.418	653
Caulino	3.322	33.784	30.462
Argilas	20.951	29.007	8.056
Outros	64.364	90.516	26.152

4.3. Setor das Pescas

	2011		2012		2013	
	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios	Carga (t)	N.º Navios
Porto de Pesca Costeira	10.119	—	7.547	—	8.224	—
Porto Pesca do Largo	9.155	15	8.322	11	7.354	11

4.3.1. Porto de Pesca Costeira

Este sector, vocacionado para a descarga, armazenagem e comercialização de pescado por embarcações de pequeno porte registou, em 2013, um aumento de 8,96%, face a 2012.

4.3.2. Porto de Pesca do Largo

Este terminal serve armadores de pesca do largo e as indústrias do processamento do pescado instaladas na Gafanha da Nazaré, dispondo para isso de 17 pontes-cais.

Este terminal registou, em 2013, uma diminuição de 11,63% na carga total movimentada, face a 2012.

5. Investimentos

O montante de investimento executado em 2013 ascendeu a **12.255 mil euros**, sendo que **11.986 mil euros** corresponderam à execução de **investimentos estruturais** e **269 mil euros** à execução de **investimentos funcionais**.

Dos principais projetos de **investimento estruturais** executados em 2013, destacam-se a:

- **Reconfiguração da Barra**, no montante de 11.949 mil euros. Este projeto teve início em dezembro de 2011, consistindo no prolongamento em 200 metros do molhe norte e no aprofundamento dos fundos do canal externo de acesso dos navios ao porto, à cota de -13,2m Z.H.. A realização deste investimento, com conclusão prevista para o primeiro trimestre de 2014, visa aumentar a dimensão dos navios que podem escalar o porto e reforçar as condições de segurança na realização das suas manobras de entrada e saída do porto;
- **Logística CENCYL**, no montante total 168 mil euros, dos quais 131 mil euros estão registados em gastos operacionais. Este projeto, aprovado no âmbito do Programa de Cooperação Transfronteiriço Espanha-Portugal, tem como objetivo promover o desenvolvimento logístico do corredor E-80, através de um aumento da integração das principais infraestruturas logísticas e de transportes fixadas na região Centro de Portugal e na região de Castela e Leão, representadas pelas entidades parceiras do projeto, e de um reforço da sua notoriedade internacional relativamente a outras infraestruturas de outros corredores. Para a sua concretização destaca-se a realização, juntamente com os parceiros portugueses, do seminário ibérico "*Estratégia Logística para a Região Centro e Castela e Leão*", com vista à apresentação dos resultados do estudo para a elaboração do modelo de desenvolvimento integrado das infraestruturas logísticas do corredor E-80. Neste projeto participam, para além do porto de Aveiro, as Câmaras Municipais da Guarda e da Figueira da Foz (em representação da região Centro) e a *Zaldesa* (Zona de Atividades Logísticas de Salamanca) e a Associação CYLOG (em representação da região de Castela e Leão).

Em conclusão, refira-se que do custo total de investimento realizado em 2013, 874 mil euros foi financiado por fundos PIDDAC, 8.362 mil euros por fundos comunitários e 3.019 mil euros por fundos da APA, S.A..

6. Concessões

6.1. Existentes

6.1.1. De Prestação de Serviços

6.1.1.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A.

Durante o ano de 2013, assistiu-se a uma diminuição do movimento portuário no Terminal Sul, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas, S.A., registando-se um decréscimo de 3,29% (ver informação identificada no ponto 4.2.2.2. - Movimento de Mercadorias por Terminal, deste documento).

6.1.1.2. Tinita - Transportes e Reboques Marítimos, S.A.

No ano de 2013, assistiu-se a um aumento do número de manobras efetuadas pela empresa à qual se encontra adjudicada a *Concessão da Prestação da Atividade de Reboque, em regime de serviço público no porto de Aveiro* - TINITA - Transportes e Reboques Marítimos, S.A..

Designação	Número de Manobras	
	2012	2013
Dimensão dos Navios	534	717
Menor que 95 metros	74	32
Entre 95 e 110 metros	188	268
Entre 110 e 125 metros	90	155
Entre 125 metros e 140 metros	56	65
Maiores que 140 metros	126	197

6.1.2. De Uso Privativo

6.1.2.1. Socarpor - Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A.

Em 2013, o terminal de granéis alimentares, concessionado à empresa SOCARPOR - Sociedade de Cargas e Descargas (Aveiro), S.A., instalado no Terminal de Granéis Sólidos do porto de Aveiro, movimentou 308.954 toneladas.

Esta instalação compreende 16 silos e respetivos equipamentos de carga/descarga, totalmente automatizados e em circuito fechado. A capacidade de armazenamento do terminal é de 60 mil toneladas.

Refira-se ainda, que com este terminal a SOCARPOR fornece a região de Castela e Leão, utilizando para o efeito a ligação ferroviária, concluída em 2010.

6.1.2.2. Navalria Docas, Construções e Reparações Navais, S.A.

Em 2013, a Navalria deu continuidade à atividade de reparação e construção naval.

6.1.2.3. Docapesca - Portos e Lotas, S.A.

Em 2013, finalizámos o processo de negociação com a Docapesca - Portos e Lotas, S.A., tendo em vista a concessão do Porto de Pesca Costeira de Aveiro e da Figueira da Foz, o qual aguarda aprovação da respetiva Tutela.

6.1.2.4. Prio Biocombustíveis, S.A.

Em 2013, o estabelecimento industrial de produção de biodiesel, no Terminal de Granéis Líquidos, movimentou cerca de 131.893 toneladas.

6.1.2.5. Prio Parques de Tanques de Aveiro, S.A.

Em 2013, a Prio Energy, S.A. e a BP Portugal, S.A. movimentaram 236.208 toneladas.

6.1.2.6. Pellets Power, Lda.

Em 2013, a Pellets Power, Lda. movimentou nas suas instalações, no terminal norte do porto de Aveiro um total de 131.599 toneladas.

6.1.2.7. Enerpellets, S.A.

Em 2013, a Enerpellets, S.A. movimentou 106.277 toneladas.

6.1.2.8. SGPAMG - Sociedade de Granéis Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Granéis, S.A.

Em 2013, a SGPAMG, S.A. movimentou 246.332 toneladas. Refira-se que esta concessão de uso privativo, atribuída em 2010, inclui duas parcelas dominiais com uma área total de 49.725 m² no terminal de granéis líquidos.

6.1.2.9. PPS - Produtos Petrolíferos, S.A.

Em 2013, a PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., deu continuidade à construção de um parque de receção de armazenagem, movimentação e expedição de combustíveis gasosos. Espera-se que a empresa inicie a sua atividade no decorrer de 2014.

6.2. Outras Concessões

6.2.1. Plataforma Logística de Aveiro - Pólo de CACIA

A Plataforma Logística Portuária de Aveiro - Pólo de CACIA iniciou a sua exploração efetiva no início de 2010 tendo sido efetuados vários movimentos de mercadorias com especial destaque para o cimento ensacado e o aglomerado de madeira. De salientar que esta plataforma logística visa assegurar o encaminhamento eficiente das mercadorias com origem e destino no porto de Aveiro, assim como contribuir para um alargamento do seu *hinterland* natural até Espanha.

Destacamos em 2013, o significativo aumento na utilização da ligação ferroviária ao porto de Aveiro. Com efeito, no terceiro ano de exploração da ferrovia registou-se um crescimento de 20%, face ao ano anterior, com uma movimentação de 544 mil toneladas, representando cerca de 27% de carga total exportada.

7. Segurança no Porto

7.1. Plano de Emergência Interno da APA, S.A.

O Plano de Emergência Interno da APA, S.A. está acessível numa plataforma eletrónica *on-line* com permissões de acesso para os utilizadores, permitindo fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a dar resposta rápida e eficiente em situações de emergência. A plataforma *on-line*, composta por vários módulos, facilita a gestão de emergência, permitindo uma gestão mais eficaz. No dia 27 de abril de 2013, foi realizado o exercício/ simulacro “Porto Seguro 2013”, no Terminal de Granéis Líquidos (TGL) e teve como principal objetivo avaliar a capacidade de resposta para a emergência dos Planos de Emergência das operadoras do Terminal, do Plano de Emergência Interno da APA S.A., do Plano de Emergência Externo da Câmara Municipal de Ílhavo e do Plano de Emergência Municipal da Câmara Municipal de Aveiro. O simulacro teve a participação de todas as operadoras do TGL, com maior envolvimento das operadoras abrangidas pela *Diretiva Seveso*, da APA S.A., da Autoridade Nacional de Proteção Civil - CDOS de Aveiro, Serviços de Proteção Civil da Câmara Municipal de Ílhavo e Câmara Municipal de Aveiro, Autoridade Marítima Nacional, Guarda Nacional Republicana, INEM e de todas as corporações de Bombeiros do distrito de Aveiro, num total de 223 elementos.

Em 2013 foi elaborado o Plano de Prevenção e Registos de Segurança da APA, S.A.. Este documento vai permitir fornecer um conjunto de diretrizes e informações que visam a adoção de procedimentos lógicos, técnicos e administrativos, estruturados de forma a garantir preventivamente as condições de segurança nas instalações e atuar proactivamente, antes de uma ocorrência. O Plano de Prevenção e Registos de Segurança será colocado em 2014 na plataforma eletrónica *on-line*, proporcionando desta forma uma melhor gestão da prevenção na APA, S.A..

7.2. ISPS - *International Ship and Port Facility Security Code*. Plano de Proteção do Porto

No âmbito do Decreto-Lei n.º 226 de 2006, de 15 de novembro, foi efetuado um exercício de proteção no dia 26 de abril de 2013, tendo envolvido todos os elementos do Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP).

O exercício, realizado pelas Autoridades Portuária e Marítima do porto de Aveiro, procurou aferir a articulação das diversas Autoridades, dos terminais portuários abrangidos pelo Código ISPS, tendo sido acionada a implementação de procedimentos de contenção e comunicação ao Centro Coordenador de Operações de Proteção do Porto (CCOPP).

7.3. Controlo do Tráfego Marítimo do porto de Aveiro

O Centro de Controlo de Tráfego Marítimo do porto de Aveiro, inaugurado em julho de 2008, e a funcionar 24 horas por dia, sete dias por semana, é o órgão operacional do *Vessel Traffic Service* (VTS) o qual tem por missão garantir a troca de informação necessária no âmbito da segurança do porto. O serviço VTS colaborando diretamente com o Departamento de Pilotagem monitoriza permanentemente todas as embarcações e navios que demandam o porto de Aveiro.

7.4. Segurança e Higiene no Trabalho

A prevenção dos riscos nos locais de trabalho desenvolveu-se, no ano de 2013, com o acompanhamento dos representantes dos trabalhadores para esta área de atuação. Foi concluído o programa de renovação das instalações com a construção de novas áreas oficiais, construção de novos balneários, WC`s e áreas de apoio. Estas novas instalações vieram proporcionar uma melhoria significativa das condições de trabalho dos colaboradores do Serviço de Manutenção de Equipamentos e dos colaboradores do Serviço de Coordenação de Operações Portuárias. Em 2013 foram elaborados novos procedimentos operativos seguros, para as áreas operacionais.

8. Área de Desenvolvimento de Negócios, Relações Externas e comunicação

8.1. Iniciativas de desenvolvimento de negócios

Em 2013 foram contactados 6 armadores de diferentes segmentos do *shipping*, incluindo Graneleiros, Ro-Ro e contentores. De igual modo, foi efetuado o acompanhamento das cadeias logísticas dos carregadores, atuais clientes do porto de Aveiro para projetos especiais (carga de projeto e grande peças), e da potencial implementação de um novo operador portuário, bem como o acompanhamento da cadeia logística dos clientes do *cluster* petroquímico para uma solução adequada de transporte ferroviário desde o Porto de Aveiro (TGL- Terminal de Granéis Líquidos) até Salamanca (Espanha), estando também envolvidos parceiros espanhóis. Em 2013 foi também iniciado um contacto com um potencial cliente da indústria química para instalação de uma unidade no TGL, que se prevê concretizar em 2014. Foram também estabelecidos contactos com operadores logísticos da região centro e sul de Portugal interessados em iniciar seu negócio no Porto de Aveiro.

8.2. Iniciativas de Promoção do porto

Visita da Câmara de Comércio Exterior do Brasil, 17 de abril

A APA, S.A. recebeu a 17 de abril de 2013 uma comitiva de empresários Brasileiros tendo como objetivo conhecer a realidade do setor portuário nacional e sua ligação aos portos de Língua Portuguesa bem como o conhecimento da atividade intermodal do porto de Aveiro.

Plano de Branding da ZALI, dezembro

Foi aprovada o plano de *Branding* da ZALI e definidos os conteúdos da promoção internacional da marca, incluindo o produto “Dossier do Investidor da ZALI” e respetivos suportes de comunicação.

Conferência Europeia de SSS 2013, 14 de março

A APA, S.A. representou a Associação Portuguesa de Transporte Marítimo de Curta Distância na Conferência Europeia de *Short Sea Shipping* realizada em Paris no dia 14 março de 2013.

Fórum do Mar 2013, de 29 a 31 de maio

A APA, S.A. e a Comunidade Portuária de Aveiro, a CIRA - Comunidade Intermunicipal da Região de Aveiro, GAC- Grupo de Ação Costeira e Câmara Municipal de Ílhavo, Universidade de Aveiro

estiveram presentes com um *stand* de promoção da região de Aveiro, como “Região de Futuro com Mar” na terceira edição do *Forum* do Mar realizada de 29 a 31 de maio de 2013 na Exponor.

Projeto LOGÍSTICA CENCYL presente na “Transport Logistic 2013”, de 4 a 7 de junho em Munique, Alemanha

O ano de 2013 marcou a finalização do Projeto Logística CENCYL, tendo a APA, S.A. coordenado em parceria com os sócios do projeto - Câmara Municipal da Figueira da Foz, Câmara Municipal da Guarda, ZALDESA e CYLOG - a presença do projeto num evento internacional tendo em vista sua a promoção comercial e das respetivas plataformas logísticas. Assim, o Projeto Logística CENCYL esteve presente com um *stand* de 20 m² na feira internacional de logística e transportes “*Transport Logistic 2013*” entre os dias 3 a 7 de junho de 2013. Esta foi a escolha de todos os parceiros dado ser uma das maiores feiras do mundo para a logística, mobilidade, TI e gestão da de cadeias logísticas. A edição de 2013 ficou marcada pela presença de 53 mil visitantes profissionais sendo 45% dos expositores internacionais. Estiveram presentes na feira, a convite da APA, S.A. um representante da Conteparque, um representante da Comunidade Portuária e cliente do porto de Aveiro, a CUF, S.A. e um cliente do segmento de projetos especiais. De igual modo, esteve presente o Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz tendo em vista a comercialização da Plataforma Logística da Figueira da Foz potenciando a ligação ao porto da Figueira da Foz. No que respeita os contactos efetuados, foram contactados, com apresentação dos portos de Aveiro e da Figueira da Foz, 5 operadores logísticos multimodais, 4 armadores que operam em Portugal e 2 operadores de projetos especiais. De igual modo, estabeleceram-se contactos com portos do Brasil e portos espanhóis, tendo o *stand* recebido mais de 100 visitantes.

Nos dias 20 e 21 de junho de 2013, decorreu em Salamanca o Seminário de Encerramento oficial do Projeto com a presença de cerca de 100 participantes, tendo sido efetuada uma comunicação à imprensa nacional e internacional. Esteve presente um ilustre representante da DG MOVE (Comissão Europeia), Jose António Laranjeira Anselmo, Principal Administrador e Conselheiro para as Autoestradas do Mar que alertou para a importância das plataformas logísticas do CENCYL e respetivos portos da Região Centro se posicionarem com um papel mais ativo em Bruxelas, junto dos órgãos de decisão da Comissão Europeia.

No dia 17 de julho os sócios do Projeto Logística CENCYL promoveram uma reunião em Bruxelas na sede da DG MOVE no sentido de apresentar o projeto e os respetivos portos da região centro tendo em vista sensibilizar para a inserção geoestratégica das plataformas logísticas e respetivos portos de Aveiro e Figueira da Foz no “*Corredor Atlântico*”. De igual molde, foi debatida a forma de atuação futura dos parceiros face à Rede Transeuropeia de Transportes e face ao novo quadro de apoio comunitário.

16.º Congresso de Logística da APLOG com o tema “A Logística dos Mercados Futuros”, dias 29 e 30 de outubro no Centro de Congressos de Lisboa

A APA, S.A. patrocinou o 16.º Congresso da APLOG tendo sido Moçambique o país convidado. O congresso focou em temas como as novas geografias de exportação, novos canais de venda e novas tecnologias, tendo destacado o papel determinante dos portos para a competitividade das empresas.

Comemoração do dia do porto de Aveiro, 3 de abril

A efeméride foi celebrada no dia 3 de abril com um programa marcado por duas iniciativas, tendo sido a Comunidade Portuária de Aveiro a coordenadora e promotora do evento em parceria com a APA, S.A. e o parceiro institucional Câmara Municipal de Ílhavo. A primeira parte do programa contou com uma palestra de Jorge D’Almeida subordinada ao tema “Porto de Aveiro: Visão 2020”, decorrida no Navio Museu Santo André no Jardim Oudinot, tendo contado com a presença de cerca de 50 participantes. O programa estendeu-se à noite com um concerto comemorativo do dia do porto de Aveiro com a atuação de Maria João e Mário Laginha com o seu novo projeto denominado “IRIDESCENTE”. Estiveram presentes cerca de 120 espetadores.

Participação no II Congresso do Fórum Empresarial da Economia do Mar, dia 14 de novembro, Lisboa

Decorreu no passado dia 14 de novembro, na CULTURGEST, o II Congresso do Fórum Empresarial da Economia do Mar, tendo sido a APA, S.A. e a APFF, S.A. promovidas, através de comunicação do Presidente do Conselho de Administração de ambas as administrações portuárias.

Participação na “Lisbon Atlantic Conference 2013”, dias 4 e 5 de dezembro, Centro de Congressos de Lisboa

Iniciativa organizada pelo Ministério da Agricultura e do Mar, Câmara Municipal de Lisboa e parceria da *EnergyIn*, Fórum Empresarial da Economia do Mar e Associação Oceano XXI, a LAC 2013 procurou identificar oportunidades futuras no quadro da UE bem como apresentar as Estratégias Nacionais para o Mar e os respetivos Planos de Ação, com o objetivo de alcançar um crescimento inteligente, sustentável, e inclusivo no Oceano Atlântico e nas suas zonas costeiras.

Esta Conferência teve também por objetivo ter uma configuração que reunisse os Estados-Membros da UE e os Estados Vizinhos do Atlântico dos continentes Americano e Africano, tendo os portos de Aveiro e Figueira da Foz apoiado o evento.

Conferência Internacional “Gestão Portuária em diferentes países e sistemas logísticos”, dia 12 de dezembro, ISEG, Lisboa

Organizada pela ADFERSIT e pelo CEGE- Centro de Estudos de Gestão do ISEG em Lisboa, foi orador na conferência, o Senhor Presidente do Conselho de Administração da APA, S.A. e da

APFF, S.A. com o tema “Portos da Região Centro: um modelo colaborativo”, tendo exposto as valências e impactos no desempenho económico e operacional de um modelo de gestão colaborativa dos dois portos.

8.3. Comunicação

Em 2013 manteve-se a política assumida pelo Conselho de Administração, de divulgação regular de notícias referentes ao porto de Aveiro e nos mais diversos suportes.

Tal difusão passou a fazer-se através de novo portal *web*, que substituiu o existente, e também através de *newsletters* eletrónicas difundidas para vários milhares de cibernautas.

Com efeito, e dando sequência a um trabalho que se prolongou por meio ano, a 22 de fevereiro de 2013 foi lançado publicamente o novo portal da APA, S.A. tendo-se guardado para 3 de abril de 2013 o lançamento público do novo *site* da Comunidade Portuária de Aveiro (CPA).

A presença da administração portuária na *web* surgiu desta forma reforçada, através de um grafismo mais apelativo e da disponibilização de três *sites* independentes, um para cada uma das línguas disponíveis: para além do português, a APA, S.A. disponibiliza aos utilizadores informação institucional em espanhol e inglês.

No seu conjunto, o portal oferece mais de cem menus, aliando o conteúdo institucional a outros setores conexos à atividade marítimo-portuária: ciência, história, ambiente, associativismo, desporto, turismo, museus e educação, são alguns desses itens, a que se acrescentam, por exemplo, as secções de opinião, *clipping*, fotos, *biblos*, utilidades, áudio e *blogs*.

O portal disponibiliza informação *online* de acesso livre, sobre a entrada e saída de navios, servindo também como uma porta de entrada segura para a Janela Única Portuária da APA, S.A..

A interpenetração com as redes sociais é outro pormenor em evidência, com ligações para os espaços que o porto de Aveiro mantém no *Facebook*, *Twitter*, *Slideshare*, *History Pin* e *Youtube*.

Os 635 vídeos que compunham a oferta da APA, S.A. no seu canal no *Youtube*, à data do lançamento do novo espaço na *web*, surgem também publicados no novo portal.

O porto de Aveiro, pioneiro das administrações portuárias portuguesas no *Youtube* oferece, assim, aos cibernautas, um conjunto assinalável de vídeos, porventura a maior oferta no panorama das empresas públicas portuguesas.

Destaque ainda para as centenas de fotografias que surgem no novo espaço na rede, algumas em *sites* autónomos, muitas outras acompanhando os próprios artigos.

A publicação deste vasto conjunto de fotografias insere-se numa política há anos seguida, de ligação às cidades que acolhem a estrutura portuária (Ílhavo e Aveiro), servindo também como mais um instrumento de divulgação para o exterior das potencialidades da região.

Proseguiu-se política encetada aquando da entrada em funções desta administração, e que consiste em manter presença regular nos meios de comunicação social ditos “tradicionais”. Sem sermos exaustivos, destacamos os suplementos publicados no “Diário de Aveiro” e o programa quinzenal “Porto de Encontro”, emitido pela “Rádio Terra Nova”. Isto para além da participação noutros produtos da imprensa escrita (suplementos, cadernos especiais, edições especiais, etc.).

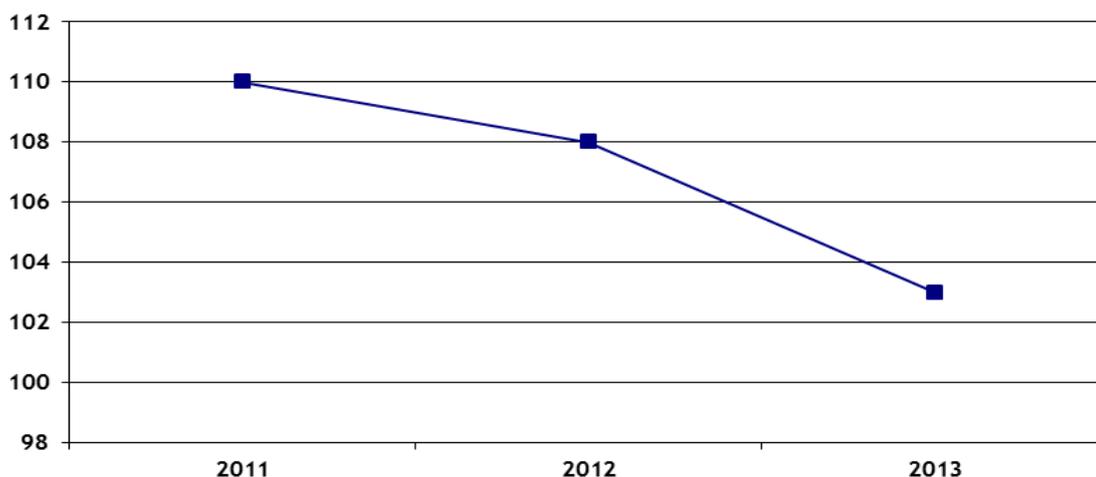
A redação de *press releases*, de textos para intervenções várias foi outra das atividades desenvolvidas. Ainda o apoio prestado aos *media*, quer através da canalização de dados solicitados, quer, e significativamente, através do fornecimento de fotografias atuais do porto de Aveiro, terrestres e aéreas; o mesmo vale para a cedência de fotografia e cartografia do Arquivo Histórico-Documental do porto de Aveiro, quer para fins académicos, quer para propósitos de investigação científica ou ainda para integrarem iniciativas promovidas por entidades terceiras, como sejam exposições em sala.

A colaboração com os gabinetes de comunicação governamentais, instituições académicas e empresas, associações de diversa índole, sempre que solicitada, integra também o leque de atividades do gabinete de comunicação da APA, S.A.. Procedeu-se, diariamente, à monitorização dos conteúdos publicados sobre o porto de Aveiro nos mais diversos suportes mediáticos, quer através dos recursos possibilitados pela *Cision*, quer através de alertas específicos da *Google*, ainda em buscas dirigidas na *web* e consulta de publicações em formato papel.

9. Recursos Humanos

9.1. Evolução do Efetivo

O efetivo da APA, S.A. registou a seguinte evolução no decurso dos 3 últimos anos:



Em 2013 verificou-se um decréscimo do número de efetivos, desta Administração Portuária, de 108 em 2012 para 103 em 2013.

O decréscimo supra referido, encontra-se justificado pela aposentação de um Chefe de Equipa, pela rescisão por mútuo acordo de uma Empregada de Cantina, Bar e Caixa, pela aposentação por incapacidade de um Técnico Administrativo, pela cessação do vínculo contratual de uma Auxiliar de Serviços e pelo termo do contrato de trabalho de um Piloto Sénior.

9.2. Habilitações Literárias

No que concerne ao nível habilitacional dos Recursos Humanos e à semelhança de anos anteriores, mantém-se uma elevada prevalência de colaboradores/as habilitados/as com o 2.º e 3.º ciclo do ensino básico (36,90%), seguido de colaboradores/as habilitados/as com ensino superior (32,04%).

	N.º de Trabalhadores/as	
	2012	2013
Habilitações Literárias	108	103
1.º Ciclo do ensino básico	11	9
2.º Ciclo do ensino básico	12	11
3.º Ciclo do ensino básico	27	27
Ensino secundário	25	23
Ensino superior politécnico	2	2
Ensino superior universitário	27	27
Outros	4	4

No quadro infra encontra-se plasmado o nível habilitacional dos Recursos Humanos da APA, S.A. desagregado por sexo, referente ao ano de 2013, realçando-se que os níveis habilitacionais que contêm o maior número de colaboradoras são, o Ensino Secundário e o Ensino Superior Universitário.

Habilitações Literárias	N.º de Trabalhadores/as	
	Homens	Mulheres
	73	30
1.º Ciclo do ensino básico	7	2
2.º Ciclo do ensino básico	8	3
3.º Ciclo do ensino básico	24	3
Ensino secundário	12	11
Ensino superior politécnico	2	0
Ensino superior universitário	17	10
Outros	3	1

9.3. Ativos por áreas operacionais

O quadro infra apresenta a distribuição dos ativos por áreas operacionais de acordo com o novo modelo organizacional.

	N.º de Trabalhadores/as	
	2012	2013
Total de Trabalhadores	108	103
<i>Top - Management</i>	3	3
Apoio à Administração	2	2
Gabinete Jurídico	1	1

	N.º de Trabalhadores/as	
	2012	2013
Gabinete da Estratégia	2	2
Área de Desenvolvimento do Negócio	1	1
Direção de Coordenação Portuária	59	57
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	19	18
Direção Financeira e Recursos	21	19

No que concerne à informação contida no quadro “Ativos por áreas operacionais”, realça-se que em 2013 verificou-se um decréscimo de efetivos nas três Direções.

O quadro infra apresenta o detalhe dos Ativos por Áreas Operacionais desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores/as	
	2013	
	Homens	Mulheres
Total de Trabalhadores	73	30
<i>Top - Management</i>	3	0
Apoio à Administração	0	2
Gabinete Jurídico	0	1
Gabinete da Estratégia	1	1
Área de Desenvolvimento do Negócio	0	1
Direção de Coordenação Portuária	52	5
Direção de Gestão de Espaços, Ambiente e Infraestruturas	12	6
Direção Financeira e Recursos	5	14

Como se depreende da análise do quadro supra, a área operacional que apresenta um maior número de colaboradoras, é a Direção Financeira e Recursos, composta por 14 mulheres e 5 homens.

9.4. Escalões Etários

No que concerne à distribuição do efetivo por escalões etários, constata-se um aumento progressivo do nível etário médio de 48,60 em 2012 para 49,21 em 2013.

Total	N.º de Trabalhadores/as			
	2012		2013	
	108	100,00%	103	100,00%
Até aos 24 anos	1	0,93%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	0,93%	2	1,94%
De 30 a 34 anos	2	1,85%	0	0,00%
De 35 a 39 anos	7	6,48%	7	6,80%
De 40 a 44 anos	15	13,89%	14	13,59%
De 45 a 49 anos	30	27,78%	24	23,30%
De 50 a 54 anos	34	31,48%	35	33,98%
De 55 a 59 anos	13	12,04%	17	16,51%
De 60 a 61 anos	3	2,78%	1	0,97%
De 62 a 64 anos	2	1,85%	3	2,91%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

De realçar que em 2013, o escalão etário com maior número de efetivos é o que compreende as idades de 50 a 54 anos.

O quadro infra apresenta os escalões etários dos/as colaboradores/as, desagregado por género.

Total	N.º de Trabalhadores/as			
	2013			
	Homens	100,00%	Mulheres	100,00%
Até aos 24 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 25 a 29 anos	1	1,37%	1	3,33%
De 30 a 34 anos	0	0,00%	0	0,00%
De 35 a 39 anos	2	2,74%	5	16,67%
De 40 a 44 anos	10	13,70%	4	13,33%
De 45 a 49 anos	18	24,66%	6	20,00%
De 50 a 54 anos	28	38,35%	7	23,33%
De 55 a 59 anos	12	16,44%	5	16,67%
De 60 a 61 anos	0	0,00%	1	3,33%
De 62 a 64 anos	2	2,74%	1	3,33%
Mais de 65 anos	0	0,00%	0	0,00%

9.5. Antiguidade

No que concerne ao nível de antiguidade, é notória a elevada concentração de efetivos nos últimos escalões, ou seja, mais de 20 anos de antiguidade, representando 64,08% do total de colaboradores/as.

	N.º de Trabalhadores/as	
	2012	2013
Total	108	103
Até 1 ano	1	0
Mais de 1 ano até 2 anos	1	1
Mais de 2 anos até 5 anos	1	2
Mais de 5 anos até 10 anos	7	5
Mais de 10 anos até 15 anos	27	26
Mais de 15 anos até 20 anos	9	3
Mais de 20 anos até 25 anos	42	43
Mais de 25 anos até 30 anos	19	22
Mais de 30 anos	1	1

O quadro infra apresenta o nível de antiguidade dos/as colaboradores/as no ano de 2013, desagregado por género.

	N.º de Trabalhadores/as	
	2013	
	Homens	Mulheres
Total	73	30
Até 1 ano	0	0
Mais de 1 ano até 2 anos	1	0
Mais de 2 anos até 5 anos	1	1
Mais de 5 anos até 10 anos	4	1
Mais de 10 anos até 15 anos	18	8
Mais de 15 anos até 20 anos	2	1
Mais de 20 anos até 25 anos	28	15
Mais de 25 anos até 30 anos	19	3
Mais de 30 anos	0	1

O nível de antiguidade que agrega um maior número de colaboradores/as, é o “mais de 20 anos até 25”.

9.6. Indicadores

9.6.1. Trabalho e Absentismo

Indicadores	2011	2012	2013
1. Efetivo (n.º de trabalhadores)	110	108	103
2. Potencial Máximo anual (horas trabalháveis)	226.488	215.689	223.701
3. Trabalho Extraordinário (horas suplementares)	1.049	1.339	938
4. Absentismo (horas de ausência)	2.362	5.693	3.513
6. Horas Efetivamente Trabalhadas (2+3-4)	225.175	211.335	221.126
7. Horas Trabalhadas /Efetivo (6:1)	2.047	1.957	2.147
8. Taxa de Absentismo (4:2x100)	1,04%	2,64%	1,57%
9. Taxa de Trabalho Extraordinário (3:2x100)	0,46%	0,62%	0,42%

Da análise do quadro supra constata-se um decréscimo da taxa de absentismo quando comparado com o ano anterior, justificado pela diminuição das horas de ausência.

O mesmo sucede com a Taxa de Trabalho Extraordinário, em virtude do aumento do número de horas trabalháveis.

No quadro infra encontra-se apresentado o detalhe do n.º de horas de ausência, discriminado por tipo de falta.

Motivos de ausência	N.º de horas	
	2012	2013
Total	5.693	3.513
Acidente de trabalho	2.064	1.428
Doença	1.690	807
Assistência inadiável	97	6
Maternidade / Paternidade	1.748	1.200
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	94	72

Destaca-se o decréscimo do número de horas de ausência em 2013 quando comparado com o ano anterior, justificado pela diminuição da generalidade dos motivos de ausência.

No quadro infra encontram-se plasmados os motivos de ausência desagregados por género referentes ao ano de 2013.

Motivos de ausência	N.º de horas	
	2013	
	Homens	Mulheres
Total	1.994	1.519
Acidente de trabalho	1.428	0
Doença	513	294
Assistência inadiável	6	0
Maternidade / Paternidade	0	1.200
Suspensões Disciplinares	0	0
Outras Causas	47	25

9.6.2. Formação com o Pessoal

A evolução do total de horas de formação, caracteriza-se da seguinte forma:

	2012	2013
Número total de horas de ação de formação	2.091	2.141
Número de ações	64	51
Número de formandos	221	152

Da análise ao quadro supra apresentado, constata-se em 2013, um decréscimo do número de ações de formação, a abranger um menor número de colaboradores/as, mas, no entanto, com uma maior carga horária.

De realçar que em 2013, realizou-se uma formação em Combate à Poluição no âmbito do Plano de Emergência Interno do Porto e do Protocolo celebrado com as Corporações de Bombeiros de Aveiro e Ílhavo. A formação foi dirigida a 34 colaboradores/as da APA, S.A., 17 elementos das três Corporações de Bombeiros, de Ílhavo, Aveiro (Velhos e Novos) e 1 técnico da Proteção Civil da CMI, com uma carga horária de 21 horas.

De referir ainda, a realização do Curso de Formação Contínua de Operadores de Empilhador promovida pela *VougaGeste*, dirigida a 22 colaboradores.

De destacar complementarmente, que decorreu nas instalações da empresa, uma formação financiada no âmbito do QREN e do POPH, em Técnicas de Socorrismo - Princípios Básicos, com uma duração de 25 horas.

9.6.3. Produtividade

	2012	2013
Toneladas Movimentadas (1)	3.318.986	3.973.779
Horas trabalháveis (2)	215.689	223.701
Produtividade (1)/(2)	15,39	17,76

Em 2013 assistiu-se a um crescimento da produtividade, medida em função da carga movimentada no porto e das horas trabalháveis.

9.6.4. Gastos com o Pessoal

Indicadores	2012	2013
1. Gastos com o Pessoal	4.562.981	4.798.937
2. Massa Salarial	4.139.193	4.668.367
3. Efetivo	108	103
4. Horas Trabalháveis	215.689	223.701
Despesa Média por Trabalhador (1:4)	21,16	20,53
Massa Salarial / Efetivo (2:3)	38.325,86	45.323,95

De referir que os Gastos com o Pessoal em 2013, aumentaram 5,17%, face a 2012. Esta variação decorre do reconhecimento do subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014, ao abrigo do acórdão do Tribunal Constitucional à Lei do Orçamento de Estado para 2013, a reposição das reduções remuneratórias previstas no artigo 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2011, na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Secretário de Estado da Administração Pública.

9.6.5. Outros Gastos com o Pessoal

Ação Social	2012	2013
Seguro de Saúde	32.626	33.000
Medicina no Trabalho	7.246	7.246
Pensões	10.761	16.176

9.6.5.1. Medicina no Trabalho

Os serviços de Medicina no Trabalho realizaram, em 2013, 72 exames médicos para aferição do estado de saúde geral dos/as trabalhadores/as e da sua capacidade física para o desempenho das funções profissionais que lhe são atribuídas.

Ação Social	2012	2013
Efetivo (1)	108	103
Exames Periódicos	79	72
Exames Ocasionais	1	0
Total de Exames (2)	80	72
Índice de Frequência de Exames (2)/(1)	0,74	0,70

10. Análise Económico-Financeira

Conforme referido na nota 4 do Anexo às Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, foi efetuada uma reexpressão das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, apresentadas para efeitos comparativos, nos termos preconizados pela Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, por forma a permitir a comparabilidade das mesmas. Assim todos os valores comparativos de 2012 já incluem o efeito de tal reexpressão.

10.1. Resultados

10.1.1. Resultado Operacional

Em 2013, a APA, S.A., apresentou um Resultado Operacional positivo de 510 mil euros, o que representa uma diminuição de 59,41%, relativamente ao ano anterior, conforme se observa no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2012	2013	Δ 2013/2012
Rendimentos Operacionais (1)	20.022.508	18.196.893	-1.825.615
Exploração Portuária	3.876.182	4.520.528	644.345
Subsídios à Exploração	67.355	46.301	-21.054
Outros Rendimentos e Ganhos	16.078.971	13.630.065	-2.448.906
Gastos Operacionais (2)	9.776.949	8.858.870	-918.079
Fornecimentos e Serviços Externos	1.854.787	1.984.891	130.104
Gastos com o Pessoal	4.562.981	4.798.937	235.956
Imparidade de dívidas a receber	723.198	-199.542	-922.740
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos	2.375.147	1.360.950	-1.014.197
Outros Gastos e Perdas	260.835	913.634	652.799
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (3) = (1) - (2)	10.245.558	9.338.023	-907.535
Gastos de depreciação e de amortização (4)	8.989.015	8.154.828	-834.187
Imparidade de ativos depreciables/amortizáveis (5)	0	(673.118)	-673.118
Resultado operacional (6) = (3) - (4) + (5)	1.256.543	510.077	-746.466

Nos rendimentos de **Exploração Portuária** incluem-se todos os rendimentos resultantes da prestação de serviços realizados diretamente pela APA, S.A., tais como Tarifas sobre Navios, Tarifas sobre as Cargas, Tarifas sobre Equipamentos e Serviços Secundários (fornecimento de

peçoal). As principais rubricas que contribuíram para a variação dos rendimentos de exploração portuária, encontram-se detalhadas no quadro seguinte.

	Valores em euros		
	2012	2013	Δ 2013/2012
Exploração Portuária	3.876.182	4.520.528	644.345
Tup-Navio	1.026.546	1.319.784	293.238
Estacionamento	142.825	235.353	92.528
Amarrar e desamarrar	229.425	298.862	69.437
Pilotagem	952.935	1.151.979	199.044
Tup-Carga	855.053	547.705	-307.348
Armazenagem	254.805	314.079	59.274
Tarifa do Uso de Equipamento	401.688	639.250	237.562
Serviços Secundários - Fornecimentos de pessoal	12.905	13.516	611

O desvio positivo de 644 mil euros verificado nos **Rendimentos de Exploração Portuária** é justificado essencialmente pelo aumento do movimento portuário, conforme referido no capítulo 4 deste documento.

O desvio negativo de 307 mil euros verificado na TUP-Carga é justificado, essencialmente, pela redução, face a 2012, em (i) 20% de 1 de janeiro a 30 abril, conforme orientações recebidas por despacho de SE SEOPTC, transmitidas pelo Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, I.P. (IPTM, I.P.) em 11 de dezembro de 2012; e (ii) em mais 50% a partir de 1 de maio, conforme orientações recebidas por despacho de SE SEOPTC em 29 de abril de 2013, traduzindo-se numa redução cumulativa de 60%.

Realça-se que por determinação do IPTM, I.P., de 16 de janeiro de 2014, aquela tarifa foi totalmente eliminada (redução de 100%), com efeitos reportados a 01 de janeiro de 2014.

Nos **Outros Rendimentos e Ganhos**, registou-se uma diminuição de 2.449 mil euros, face a 2012. Para esta variação contribuiu o reconhecimento em 2012 a reversão dos bens da CNE (2.675 mil euros) e da Depuradora Portuguesa de Bivalves (634 mil euros) e em 2013 a reversão dos armazéns da Docapesca (1.069 mil euros) que transitaram para a APA, S.A..

	Valores em euros		
	2012	2013	Δ 2013/2012
Outros Rendimentos e Ganhos	16.078.971	13.630.065	-2.448.906
Rendimentos de Propriedade	4.504.812	4.743.725	238.913
Inertes	204.227	176.181	-28.046
Concessões	4.849.901	4.826.780	-23.121
Fornecimentos Secundários	516.628	575.999	59.371
Recolha de Resíduos	16.318	25.628	9.310
Outros	3.599.262	1.259.965	-2.339.297
Descontos de pronto pagamento obtidos	134.492	106.745	-27.747
Imputação de subsídios para investimentos	2.253.331	1.915.043	-338.288

Observando a variação dos **Gastos Operacionais**, no ano de 2013, verificou-se uma diminuição de 918 mil euros, face a 2012. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante o método de equivalência patrimonial (com um desvio favorável de 1.014 mil euros), a imparidade das dívidas a receber (com um desvio favorável de 923 mil euros) e os outros gastos e perdas (com um desvio desfavorável de 653 mil euros).

No que concerne aos **Fornecimentos e Serviços Externos** registou-se um aumento de 130 mil euros, face a 2012. Para esta variação contribuíram de forma significativa e relevante a subrubrica conservação e reparação, com uma variação desfavorável de 130 mil euros.

No que respeita aos **Gastos com o Pessoal** verificou-se um aumento de 235 mil euros, face a 2012, justificado, essencialmente, pelo reconhecimento do subsídio de férias de 2013 a pagar em 2014, ao abrigo do acórdão do Tribunal Constitucional à Lei do Orçamento de Estado para 2013 e pela reposição das reduções remuneratórias previstas no artigo 19º da Lei 55-A/2010, de 31 de dezembro que aprovou a Lei do Orçamento de Estado para 2011, na sequência dos despachos do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e do Secretário de Estado da Administração Pública.

Os **Fornecimentos e Serviços Externos** e os **Gastos com o Pessoal** continuam a deter um peso significativo na globalidade dos gastos operacionais de, respetivamente, 22,41% e 54,17%. Observadas conjuntamente estas duas rubricas absorveram 37,28% dos rendimentos globais da APA, S.A. no exercício de 2013 (32,05% em 2012).

Realça-se ainda que, decorrente da intenção da Comunidade Portuária de Aveiro, na qual a Empresa se integra, de implementar um novo modelo de operação portuária que visa garantir a harmonização do atual regime de licenciamento em todo o porto, reclassificámos, em 2013, como **Outros Gastos e Perdas**, um ativo intangível em curso, no montante de 567.100 euros,

relativo ao estudo de viabilidade técnico-financeira para a concessão Terminal Norte (Sector Norte e Graneis Líquidos).

10.1.2. Resultado Antes de Imposto

Em 2013, a APA, S.A., apresenta um **Resultado Antes de Imposto** de 556 mil euros, o que representa uma diminuição de 617 mil euros, relativamente ao ano anterior.

	Valores em euros		
	2012	2013	Δ 2013/2012
Resultado Operacional (6)	1.256.543	510.077	-746.466
Juros e rendimentos similares obtidos (7)	169.497	157.133	-12.363
Juros e gastos similares suportados (8)	253.815	111.624	-142.191
Resultado antes de Impostos (9)	1.172.225	555.587	-616.638

10.1.3. Resultado Líquido do Período

A APA, S.A., apresentou, em 2013, um **Resultado Líquido do Período** de 535 mil euros.

10.2. Balanço

10.2.1. Ativo

O Ativo Líquido da APA, S.A., em 2013, ascendeu a 384.405 mil euros, conforme se demonstra no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2012	2013
Ativo não Corrente	362.890.244	365.522.225
Ativos fixos tangíveis	299.636.353	307.109.262
Propriedades de investimento	4.169.854	4.107.155
Ativos intangíveis	44.004.500	40.960.380
Participações financeiras - método de equivalência patrimonial	15.027.776	13.309.402
Participações financeiras - outros	22.500	22.500
Ativos por impostos diferidos	29.260	13.526
Ativo Corrente	21.385.474	18.882.695
Clientes	4.053.133	3.564.911
Estado e Outros Entes Públicos	0	486.122
Outras contas a Receber	128.708	117.597
Diferimentos	187.703	200.546
Caixa e Depósitos bancários	17.015.929	14.513.518
Total do Ativo	384.275.718	384.404.920

10.2.2. Capitais Próprios

Os Capitais Próprios, da APA, S.A., em 2013, são de 301.871 mil euros, conforme evidenciado no quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2012	2013
Capital Próprio		
Capital realizado	30.000.000	30.000.000
Reservas	192.090.117	193.013.241
Reservas legais	413.850	794.556
Reservas não distribuíveis	1.909.709	2.452.127
Outras reservas	189.766.558	189.766.558
Resultados transitados	-9.601.558	-7.533.378
Ajustamento em ativos financeiros	16.777.978	13.938.841
Outras variações do Capital Próprio	66.638.600	71.916.609
Resultado Líquido do Período	732.232	535.447
Total do Capital Próprio	296.637.370	301.870.760

10.2.3. Passivo

O Passivo em 2013, da APA, S.A., foi de 82.534 mil euros, conforme demonstra o quadro seguinte.

	Valores em euros	
	2012	2013
Passivo não Corrente	80.778.240	75.657.419
Provisões	238.928	238.928
Financiamentos obtidos	20.087.721	18.634.087
Passivos por impostos diferidos	899.934	1.080.230
Diferimentos	36.924.169	33.734.923
Outras Contas a Pagar	22.627.488	21.969.251
Passivo Corrente	6.860.107	6.876.740
Fornecedores	326.797	206.534
Estado e Outros Entes Públicos	584.682	248.765
Financiamentos Obtidos	1.453.632	1.453.632
Outras Contas a Pagar	1.326.152	1.878.255
Diferimentos	3.168.844	3.089.554
Total do Passivo	87.638.348	82.534.160

10.3. Indicadores Económicos e Financeiros

No quadro seguinte são apresentados indicadores económico-financeiros para o ano de 2013 e 2012.

Indicadores Económicos e Financeiros		2012	2013
Económicos			
VAB / Encargos Pessoal (%)		337,81	282,85
Volume de Negócios (em euros)	Prest. Serviços (conta 72) + Prov. Suplementares (conta 781)	14.258.039	14.946.654
EBIT (em euros)	Res. Operacionais	1.256.543	510.077
EBITDA (em euros)	Ver ponto 10.3.1.	3.678.367	4.495.772
Margem EBIT (%)	EBIT / (Volume Negócios)	8,81	3,41
Margem EBITDA (%)	EBITDA / (Volume Negócios)	25,80	30,08
Financeiros			
Liquidez (%)	Ativo Circulante/ Passivo Circulante	311,74	274,59
Rend. Vendas (%)	Res. Líquido/ (Prestação Serviços + Outros)	5,14	3,58
Rent. Cap. Próprios (%)	Res. Líquido/ Cap. Próprios	0,25	0,18
Rent. Cap. Totais (%)	Res. Líquido/ (Cap. Próprios + Passivo)	0,19	0,14
Autonomia Financeira (%)	Cap. Próprios/Ativo Total	77,19	78,53
Solvabilidade (%)	Cap. Próprios/Passivo Total	338,48	365,75
Cobertura do Imobilizado (%)	Cap. Permanentes/ Ativo Fixo	87,28	87,68

10.3.1. EBITDA Ajustado

Face às variações referidas anteriormente, o EBITDA ajustado atingiu, no final do exercício, o montante de 4.496 mil euros.

	Valores em euros		
	2012	2013	Δ 2013/2012
EBITDA Ajustado (1) = (2) + (3) - (4) - (5) - (6)	3.678.367	4.495.772	817.405
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (2)	10.245.558	9.338.023	-907.535
Ganhos/perdas imputadas de subsidiárias, associadas e empreendimentos (3)	2.375.147	1.360.950	-1.014.197
Imputação de subsídios para investimentos (4)	2.253.331	1.915.043	-338.288
Reversão de bens (5)	6.689.008	4.288.158	-2.400.849

10.3.2. Valor Acrescentado Bruto

Face às variações referidas anteriormente, o Valor Acrescentado Bruto atingiu, no final do exercício, o montante de 132 mil euros por efetivos.

	Valores em euros		
	2012	2013	Δ 2013/2012
VAB / N.º de Efetivos	142.722	131.783	-10.939
N.º de Efetivos	108	103	-5
VAB	15.413.979	13.573.633	-1.840.346
Impostos	152.737	172.339	19.602
Gastos com o Pessoal	4.562.981	4.798.937	235.956
Encargos Financeiros	253.815	111.624	-142.191
Gastos de Depreciações e de Amortizações	8.989.015	8.154.828	-834.187
Imparidade de Dívidas a Receber	723.198	-199.542	-922.740
Resultado Líquidos	732.232	535.447	-196.786

11. Proposta de Aplicação dos Resultados

Dando cumprimento ao disposto na alínea f) do artigo 10º dos Estatutos da APA, S.A. o **Conselho de Administração da APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.** propõe à Assembleia Geral que o Resultado Líquido de 2013, apurado no montante de 535.446,59 euros seja distribuído da seguinte forma:

- 10%, 53.544,66 euros, para reservas legais, em cumprimento do estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 17º dos Estatutos da APA, S.A. aprovados pelo Decreto-Lei n.º 339/98, de 3 de novembro, com as alterações aprovadas em Assembleia-Geral de 31 de março de 2008;
- 597.820,52 euros - para reservas não distribuíveis - Concessões; e
- o remanescente, (115.918,59 euros), para resultados transitados.

12. Nota Final

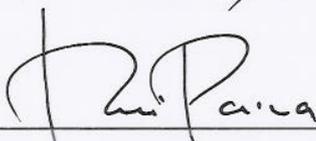
Como nota final, o Conselho de Administração da APA, S.A., agradece a todos os/as trabalhadores/as e colaboradores/as da empresa, à comunidade portuária e aos/às clientes, o seu constante empenho, o qual permitiu que 2013 fosse mais um ano de crescimento da carga movimentada neste porto.

Forte da Barra, 23 de abril de 2014

O Conselho de Administração,



(José Luís de Azevedo Cacho)



(Rui António Monteiro Gomes de Paiva)



(Luís Manuel Dionísio Marques)

APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais

31 de dezembro de 2013

Índice das Demonstrações financeiras

Balanço Individual	3
Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas	4
Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio	5
Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa	6
1 INTRODUÇÃO	7
2 REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
3 PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	10
4 POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS.	24
5 FLUXOS DE CAIXA	28
6 ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	29
7 PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO	32
8 ATIVOS INTANGÍVEIS	34
9 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - MÉTODO EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	36
10 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS - OUTROS MÉTODOS	39
11 ATIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS	40
12 CLIENTES	41
13 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	44
14 OUTRAS CONTAS A RECEBER	45
15 DIFERIMENTOS	46
16 CAPITAL	47
17 RESERVAS	47
18 AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	49
19 PROVISÕES	51
20 FINANCIAMENTOS OBTIDOS	51
21 OUTRAS CONTAS A PAGAR	53
22 FORNECEDORES	54
23 PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	55
24 SUBSÍDIO À EXPLORAÇÃO	55
25 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	56
26 GASTOS COM O PESSOAL	57
27 OUTROS GASTOS E PERDAS	58
28 OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	59
29 GASTOS E RENDIMENTOS FINANCEIROS	60
30 IMPOSTO DO EXERCÍCIO	60
31 COMPROMISSOS	63
32 MATÉRIAS AMBIENTAIS	64
33 PARTES RELACIONADAS	64
34 ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	65
35 EVENTOS SUBSEQUENTES	65

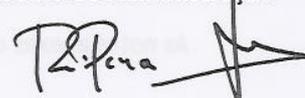
Balço Individual

	Nota	31 de dezembro	
		2013	2012 - Reexpresso
Ativo			
Não corrente			
Ativos fixos tangíveis	6	307.109.262	299.636.353
Propriedades de investimento	7	4.107.155	4.169.854
Ativos intangíveis	8	40.960.380	44.004.500
Participações financeiras - método equivalência patrimonial	9	13.309.402	15.027.776
Participações financeiras - outros métodos	10	22.500	22.500
Ativos por impostos diferidos	11	13.526	29.260
		365.522.225	362.890.244
Corrente			
Clientes	12	3.564.911	4.053.133
Estado e outros entes públicos	13	486.122	-
Outras contas a receber	14	117.598	128.708
Diferimentos	15	200.546	187.703
Caixa e depósitos bancários	5	14.513.518	17.015.929
		18.882.695	21.385.474
Total do Ativo		384.404.920	384.275.718
Capital próprio			
Capital e reservas atribuíveis aos detentores de capital			
Capital realizado	16	30.000.000	30.000.000
Reservas legais	17	794.556	413.850
Outras reservas	17	192.218.685	191.676.267
Resultados transitados		(7.533.378)	(9.601.558)
Ajustamentos em Ativos financeiros	18.1	13.938.841	16.777.978
Outras variações no capital próprio	18.2	71.916.609	66.638.600
		301.335.314	295.905.137
Resultado líquido do exercício		535.447	732.232
Total do capital próprio		301.870.760	296.637.370
Passivo			
Não corrente			
Provisões	19	238.928	238.928
Financiamentos obtidos	20	18.634.087	20.087.721
Passivos por impostos diferidos	11	1.080.230	899.934
Diferimentos	15	33.734.923	36.924.169
Outras contas a pagar	21	21.969.251	22.627.488
		75.657.420	80.778.240
Corrente			
Fornecedores	22	206.534	326.797
Estado e outros entes públicos	13	248.765	584.682
Financiamento obtidos	20	1.453.632	1.453.632
Outras contas a pagar	21	1.878.255	1.326.152
Diferimentos	15	3.089.554	3.168.845
		6.876.740	6.860.109
Total do passivo		82.534.160	87.638.348
Total do capital próprio e do passivo		384.404.920	384.275.718

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

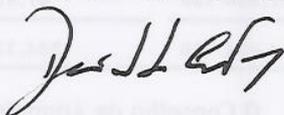


As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas

	Nota	Exercício	
		2013	2012
Vendas e serviços prestados	23	4.520.528	3.876.182
Subsídios à exploração	24	46.301	67.355
Ganhos/ perdas imputados de <i>subsidiárias</i> , associadas e empreendimentos conjuntos	9	(1.360.950)	(2.375.147)
Fornecimentos e serviços externos	25	(1.984.891)	(1.854.787)
Gastos com o pessoal	26	(4.798.937)	(4.562.981)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	12	199.542	(723.198)
Outros rendimentos e ganhos	28	13.630.065	16.078.970
Outros gastos e perdas	27	(913.634)	(260.835)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		9.338.023	10.245.558
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	6 e 8	(8.154.828)	(8.989.015)
Imparidade de investimentos depreciables/ amortizáveis (perdas/ reversões)	6	(673.118)	-
		510.077	1.256.543
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		510.077	1.256.543
Juros e rendimentos similares obtidos	29	157.133	169.497
Juros e gastos similares suportados	29	(111.624)	(253.815)
Resultados antes de impostos		555.587	1.172.225
Imposto sobre o rendimento do período	30	(20.140)	(439.993)
Resultado líquido do exercício		535.447	732.232
Resultado das atividades descontinuadas incluído no resultado líquido do período		-	-
Resultado por Ação:			
- básico		0,09	0,12
n.º ações		6.000.000	6.000.000

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

Demonstração Individual das Alterações no Capital Próprio

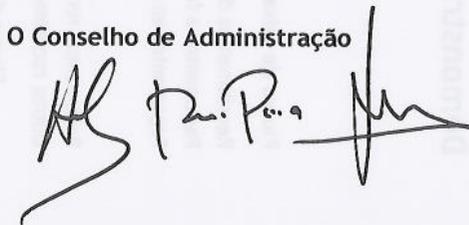
	Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Outras variações no capital próprio	Ajustamentos em ativos financeiros	Resultado líquido do exercício	Total
A 31 de dezembro de 2011	30.000.000	264.936	191.707.875	(8.966.489)	58.223.117	16.524.004	2.208.484	289.961.926
Movimentos no período								
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	9.664.744	-	-	9.664.744
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	(2.561.157)	-	-	(2.561.157)
Outras variações nos capitais próprios	-	-	(722.667)	(607.574)	1.311.897	(1.142.031)	-	(1.160.375)
Aplicação do resultado líquido de 2011	-	148.915	691.059	(27.496)	-	1.396.006	(2.208.484)	-
	-	148.915	(31.608)	(635.069)	8.415.484	253.975	(2.208.484)	5.943.212
Resultado líquido do exercício							732.232	732.232
Resultado integral							6.675.444	6.675.444
A 31 de dezembro de 2012	30.000.000	413.850	191.676.267	(9.601.558)	66.638.600	16.777.978	732.232	296.637.370
Subsídios ao investimento	-	-	-	-	4.592.677	-	-	4.592.677
Ajustamentos em subsídios	-	-	-	-	627.685	-	-	627.685
Outras variações nos capitais próprios	-	-	(43.949)	(72.126)	57.647	(463.990)	-	(522.418)
Aplicação do resultado líquido de 2012	-	380.705	586.367	2.140.307	-	(2.375.147)	(732.232)	0
	-	380.705	542.419	2.068.181	5.278.009	(2.839.137)	(732.232)	4.697.944
Resultado líquido do exercício							535.447	535.447
Resultado integral							5.233.391	5.233.391
A 31 de dezembro de 2013	30.000.000	794.556	192.218.685	(7.533.378)	71.916.609	13.938.841	535.447	301.870.760

O Técnico Oficial de Contas



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras existentes supra.

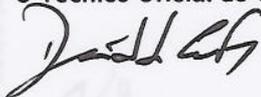
O Conselho de Administração



Demonstração Individual dos Fluxos de Caixa

	Nota	Exercício findo em 31 de dezembro	
		2013	2012
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		13.361.262	10.937.438
Pagamentos a fornecedores		(2.677.958)	(2.416.914)
Pagamentos ao pessoal		(4.721.461)	(3.974.671)
Caixa gerada pelas operações		5.961.843	4.545.853
Pagamento/ recebimento do imposto sobre o rendimento		(300.535)	(12.278)
Outros recebimentos/ pagamentos		(251.281)	(507.085)
Fluxos de caixa líquidos das atividades operacionais		5.410.027	4.026.489
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(12.920.688)	(12.148.628)
Ativos intangíveis		(9.643)	(4.625)
Investimentos financeiros		-	-
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		718	138.837
Subsídios ao investimento		6.512.916	12.051.178
Juros e rendimentos similares		74.623	147.504
Fluxos de caixa líquidos das atividades de investimento		(6.342.075)	184.267
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(1.453.634)	(1.453.634)
Juros e gastos e similares		(116.729)	(295.253)
Fluxos de caixa líquidos das atividades de financiamento		(1.570.363)	(1.748.887)
Variação de caixa e seus equivalentes		(2.502.412)	2.461.869
Efeitos das diferenças de câmbio		-	-
Caixa e seus equivalentes no início do período		17.015.929	14.554.061
Caixa e seus equivalentes no fim do período	5	14.513.518	17.015.929

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



As notas anexas constituem parte integrante das Demonstrações financeiras.

Anexo às Demonstrações financeiras individuais

1 Introdução

A APA - Administração do Porto de Aveiro S.A. (doravante designada de “Empresa” ou por “APA, S.A.”), foi constituída pelo Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, sendo uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos. A partir dessa data, a Empresa passou a reger-se pelo referido diploma e pelos seus Estatutos e, em tudo o que neles não estiver previsto, pelas normas aplicáveis às sociedades anónimas e pelas normas especiais cuja aplicação decorra do objeto da Empresa. A atuação da Empresa, no uso dos poderes de autoridade referidos naquele diploma, rege-se por normas de direito público.

A Empresa foi inicialmente constituída com um capital social de €7.292 milhares, tendo subsequentemente sido aumentado para €30.000 milhares.

A Empresa sucedeu automática e globalmente à Junta Autónoma do Porto de Aveiro, e continuou a personalidade jurídica desta, conservando a universalidade dos bens, direitos e obrigações integrantes da sua esfera jurídica no momento da transformação.

Mantiveram-se integrados no domínio público do Estado afeto à Empresa, os terrenos do domínio público marítimo situados dentro da área de jurisdição da Junta Autónoma do Porto de Aveiro e ainda os bens afetos à atividade de pesca, serviços de primeira venda e atividades conexas.

Neste contexto, os bens de domínio público encontram-se afetos à atividade da Empresa, que os pode administrar livremente, nesse âmbito, embora não para dispor dos mesmos no que diz respeito ao comércio jurídico privado.

A Empresa assegura o exercício das competências necessárias ao regular funcionamento do porto de Aveiro nos seus múltiplos aspetos de ordem económica, financeira e patrimonial, de gestão de efetivos e de exploração portuária e ainda a atividades que lhe sejam complementares, subsidiárias ou acessórias. Assim, são competências da Empresa:

- a) atribuição de usos privativos e definição de respetivo interesse público para efeitos de concessão, relativamente aos bens de domínio público que lhe está afeto, bem como à prática de todos os atos respeitantes à execução, modificação e extinção da licença ou concessão;

- b) licenciamento de atividades portuárias de exercício condicionado e concessão de serviços públicos portuários, podendo praticar todos os atos necessários à atribuição, execução, modificação e extinção da licença ou concessão, nos termos da legislação aplicável;
- c) expropriação por utilidade pública, ocupação de terrenos, implantação de traçados e exercício de servidões administrativas necessárias à expansão ou desenvolvimento portuários, nos termos legais;
- d) fixação das taxas a cobrar pela utilização dos portos, dos serviços neles prestados e pela ocupação de espaços dominiais ou destinados a atividades comerciais ou industriais;
- e) proteção das suas instalações e do seu pessoal;
- f) uso público dos serviços inerentes à atividade portuária e sua fiscalização; e
- g) assunção da responsabilidade em matéria de segurança marítima e portuária na sua área de jurisdição, definindo as condições de segurança e de funcionamento do porto, em todas as suas vertentes, tendo em atenção a necessidade de garantir, de forma adequada, a sua exploração comercial.

Na sua área de jurisdição, só a Empresa pode conceder licenças para execução de obras diretamente relacionadas com a sua atividade e cobrar taxas inerentes às mesmas.

As atribuições referentes à gestão da água na área de jurisdição da Empresa, incluindo a supervisão da sua qualidade, competem ao Instituto da Água e à respetiva Direção Regional do Ambiente.

Estas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 23 de abril de 2014. É da opinião do Conselho de Administração que estas Demonstrações Financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da APA - Administração do Porto de Aveiro S.A., bem como a sua posição e performance financeira, as alterações nos capitais próprios e fluxos de caixa.

2 Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

2.1 Base de Preparação

Estas Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as disposições das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), emitidas e em vigor à data de 1 de janeiro de 2013.

Foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomado por base o princípio do custo histórico, exceto quanto aos ativos integrados à data de constituição da Empresa, os quais se encontram registados com base numa avaliação patrimonial efetuada em 1999 por entidade independente.

A preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com as NCRF requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamentos críticos no processo da determinação das políticas contabilísticas a adotar pela Empresa, com impacto significativo no valor contabilístico dos ativos e passivos, assim como nos rendimentos e gastos do período de reporte.

Apesar destas estimativas serem baseadas na melhor experiência do Conselho de Administração e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e ações correntes e futuras, os resultados atuais e futuros podem diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou áreas em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as Demonstrações Financeiras são apresentadas na Nota 3.21.

2.2 Derrogação das disposições do SNC

Não existiram, no decorrer do exercício a que respeitam estas Demonstrações Financeiras, quaisquer casos excecionais que implicassem diretamente a derrogação de qualquer disposição prevista pelo SNC.

2.3 Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes Demonstrações Financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3 Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração das Demonstrações Financeiras são as que abaixo se descrevem. Estas políticas foram consistentemente aplicadas a todos os exercícios apresentados, salvo indicação contrária.

3.1 Conversão cambial

Moeda funcional e de apresentação

As Demonstrações Financeiras da Empresa e respetivas notas deste anexo, são apresentadas em euros, salvo indicação explícita em contrário.

Transações e saldos

As transações em moedas diferentes do euro são convertidas na moeda funcional utilizando as taxas de câmbio à data das transações. Os ganhos ou perdas cambiais resultantes dos pagamentos/recebimentos das transações bem como da conversão pela taxa de câmbio à data do balanço, dos ativos e dos passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são reconhecidos na demonstração dos resultados na rubrica de gastos de financiamento, se relacionadas com empréstimos, ou em outros ganhos ou perdas operacionais, para todos os outros saldos/transações.

3.2 Participações Financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Empresa tem o poder de decidir sobre as políticas Financeiras ou operacionais, a que normalmente está associado o controlo, direto ou indireto, de mais de metade dos direitos de voto. A existência e o efeito de direitos de voto potenciais que sejam correntemente exercíveis ou convertíveis são considerados na avaliação do controlo que a Empresa detém sobre uma entidade.

Investimentos em subsidiárias são apresentados pelo valor resultante da aplicação do método de equivalência patrimonial. Segundo este método, as Demonstrações Financeiras incluem a quota-parte da empresa no total de ganhos e perdas reconhecidos desde a data em que o controlo começa até à data em que efetivamente termina. Ganhos ou perdas não realizados em transações entre a Empresa e as suas subsidiárias são eliminados. Os dividendos atribuídos pelas participadas são considerados reduções do investimento detido.

O excesso do custo de aquisição relativamente ao justo valor da parcela da Empresa nos ativos identificáveis adquiridos é registado como *goodwill*, o qual, deduzido de perdas acumuladas de imparidade, está considerado no valor inscrito como investimento da Empresa em subsidiárias e Associadas. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos ativos líquidos da subsidiária ou associada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração dos resultados.

Quando a quota-parte das perdas de uma subsidiária excede o investimento na subsidiária, a empresa reconhece perdas adicionais no futuro, se a empresa tiver incorrido em obrigações ou tenha efetuado pagamentos em benefício da subsidiária.

As entidades que se qualificam como subsidiárias encontram-se listadas na Nota 9.

3.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis (incluindo os bens de domínio público), integrados à data de constituição da Empresa, foram registados com base em avaliação patrimonial efetuada por uma entidade independente. A avaliação abrangeu a generalidade dos bens integrados e reportou-se à data de 1 de janeiro de 1998, tendo sido utilizado o método do “Valor em Uso Continuado”.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados ao custo, deduzido das depreciações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

O custo de aquisição inclui o preço de compra do ativo, as despesas diretamente imputáveis à sua aquisição e os encargos suportados com a preparação do ativo para que se encontre na sua condição de utilização. Os custos incorridos com empréstimos obtidos para a construção de ativos tangíveis são reconhecidos como parte do custo de construção do ativo.

Os encargos correntes com a manutenção e reparação são registados como custo no exercício em que decorrem. As beneficiações que aumentem o período de vida útil estimado, ou dos quais se espera um aumento material nos benefícios futuros decorrentes da sua efetivação, são incluídos no custo do ativo.

Os ativos fixos tangíveis são apresentados ao valor da avaliação e/ou custo de aquisição, líquido das respetivas depreciações e perdas de imparidade acumuladas.

As depreciações dos ativos fixos tangíveis objeto de avaliação patrimonial são calculadas pelo método de quotas constantes, tendo em consideração o período de vida útil esperada atribuída na referida avaliação independente.

Para os bens adquiridos após a constituição da Empresa, a depreciação inicia-se no começo do exercício em que o respectivo bem entrou em funcionamento, de acordo com as taxas dentro dos intervalos definidos na Portaria 671/2000, de 17 de abril (infraestruturas portuárias) ou no Decreto Regulamentar nº 25/09, de 14 de setembro (restantes bens), as quais se considera refletirem a vida útil esperada dos bens.

Os valores residuais, as vidas úteis esperadas e os métodos de depreciação são revistos periodicamente e ajustados, se apropriado, à data do balanço, para que as depreciações praticadas estejam em conformidade com os padrões de consumo dos ativos. Alterações às vidas úteis são tratadas como uma alteração de estimativa contábilística e são aplicadas prospectivamente.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis mais significativos são conforme se segue:

	<u>Número de anos</u>
Edifícios e outras construções	Entre 40 e 100 anos
Equipamento básico	Entre 3 e 15 anos
Equipamento de transporte	Entre 3 e 4 anos
Equipamento administrativo	Entre 3 e 10 anos

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registrar uma perda por imparidade. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas pela Empresa, e as suas atribuições referidas na Nota Introdutória, o valor recuperável é determinado como o valor de uso dos ativos, sendo este calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado dos ativos afetos às atividades desenvolvidas pela Empresa.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia escriturada do ativo, e são reconhecidos como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos e perdas na demonstração dos resultados.

3.4 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento são imóveis (terrenos, edifícios ou partes de edifícios) detidos com o objetivo de valorização do capital, obtenção de rendas, ou ambas. As propriedades de investimento foram valorizadas ao custo depreciado na data da transição para as NCRF, o qual é aplicado a todos os ativos classificados como propriedades de investimento.

De acordo com a NCRF 11 - Propriedades de investimento, e no particular do critério de valorização de acordo com o modelo do custo depreciado, é requerida a divulgação do justo valor das propriedades de investimento nas Demonstrações Financeiras.

O justo valor é determinado com base em avaliações efetuadas por avaliadores externos tendo em conta as condições da sua utilização ou o melhor uso, consoante se encontre arrendado ou não.

3.5 Ativos Intangíveis

O custo de aquisição de software e correspondentes licenças é capitalizado, compreendendo todos os custos incorridos com a aquisição e colocação do software disponível para utilização. Esses custos são amortizados durante o período de vida útil estimado (3 anos).

Os custos associados ao desenvolvimento ou à manutenção do *software* são reconhecidos como gastos quando incorridos.

Os ativos dos concessionários de uso privativo que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a APA, S.A., são registados de acordo com a política acordada entre as Administrações Portuárias, detalhada na Nota 3.6.

3.6 Ativos adquiridos ou construídos por concessionários de serviços públicos e de uso privativo, que revertam para a Administração Portuária no final dos respetivos contratos

Em 16 de março de 2012 as Administrações Portuárias, em Portugal, acordaram a política contabilística a aplicar no reconhecimento, registo, mensuração e divulgação dos bens adquiridos ou construídos pelos concessionários de serviço público e por concessionários de usos privativos de bens dominiais afetos à atividade portuária que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos. A decisão teve em consideração o parecer da CNC (Comissão de Normalização Contabilística) datado de 3 de janeiro de 2012, a ponderação entre o custo e o benefício e a adoção de critérios objetivos na preparação das Demonstrações Financeiras. Procurou-se a minimização de custos na identificação de ativos, na sua mensuração inicial e subsequente e objetividade na aplicação de um único procedimento de política contabilística e seu contributo relevante para garantir a harmonização contabilística entre as Administrações Portuárias.

A política contabilística adotada é a descrita nos parágrafos abaixo.

(i) Reconhecimento

Para efeitos de reconhecimento e tendo em consideração a substância económica dos contratos de concessão em que as Administrações Portuárias beneficiam de contrapartidas na concessão de um direito de prestação de serviço público e/ou de ocupação de um espaço dominial para a realização de atividade portuária, é incorporada no ativo intangível da concedente a quantia correspondente ao valor do direito aos bens a reverter, com a exceção das infraestruturas portuárias, as quais são incorporadas no ativo tangível da concedente. Consideram-se como infraestruturas portuárias os cais, terraplenos e molhes marítimos afetos diretamente à realização de operações portuárias.

O ativo intangível é reconhecido na conta 445 - Concessões - Bens a reverter (esta conta é subdividida em 4451 - Concessões - Bens a reverter em contratos de serviço público e 4452 - Concessões - Bens a reverter em contratos de usos privativos) por contrapartida da conta 282 - Rendimentos a reconhecer.

O ativo é amortizado/depreciado pelo período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária, tendo em conta a afetação dos bens à atividade portuária por uma vida útil que não se esgota no horizonte da concessão. Os rendimentos são reconhecidos numa base linear e anual, durante a vida útil do contrato até à data mais curta em que se estime que previsivelmente se virá a exercer o direito de reversão. As quantias correspondentes à diferença entre a amortização/depreciação do ativo intangível e o rendimento do período, incluídas nos resultados líquidos anuais, são transferidas, no período imediatamente seguinte, para a conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões.

No momento do exercício contratual da reversão, há lugar ao desreconhecimento do ativo intangível seguido do reconhecimento no ativo fixo tangível dos bens revertidos, por transferência do saldo da conta 445 - Concessões - Bens a reverter. O ativo tangível é depreciado por continuidade do período de vida útil económica estimado pela Administração Portuária. O saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões.

(ii) Mensuração

A mensuração inicial é realizada pelo montante suportado pelo concessionário com a aquisição ou construção do ativo em causa. Este custo real do concessionário é obtido com base em informação contabilística fornecida pelo concessionário. Eventuais custos adicionais ao longo da concessão são incorporados nos períodos da sua realização.

Procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

Eventuais prorrogações da vida do contrato de concessão se implicarem prorrogação do prazo de reversão gratuita do ativo, serão tratadas como alterações de estimativas contabilísticas nos termos da normalização contabilística em vigor.

Sempre que um contrato de concessão incluir condição que implique o pagamento pela administração portuária de montante relativo à reversão de bens, essa condição dará lugar ao reconhecimento de passivo pela parte relativa à obrigação. Mantem-se os restantes registos contabilísticos de reconhecimento do ativo, sendo a rubrica de rendimentos a reconhecer creditada pela diferença entre o montante dos ativos e dos passivos (obrigação contratual) reconhecidos.

Sempre que se verifique a venda de equipamento ao concessionário considera-se para efeitos de registo a data em que a Administração Portuária adquiriu ou construiu o bem. Esta data é a considerada para início de contagem da vida económica esperada. A vida económica esperada poderá ser aumentada pelas grandes reparações ou melhorias entretanto realizadas.

(iii) Divulgação em anexo

Dever-se-ão proceder às divulgações aplicáveis (ver parágrafos 117 a 119 da NCRF 6), com especial ênfase para:

- Descrição dos bens, contratos e direitos de reversão envolvidos;
- Os critérios de reconhecimento;
- Os critérios de mensuração inicial e subsequente;
- As vidas úteis e respetiva amortização/depreciação; e
- As quantias brutas, amortizações/depreciações acumuladas.

(iv) Notas adicionais

Os contratos de concessão de serviço público poderão incluir cláusulas específicas sobre a reversão de bens e investimentos realizados nos últimos anos do período de concessão que impliquem o não reconhecimento de ativos nas contas da concedente. Exemplificando, as concessões de serviço público que impliquem o pagamento de indemnizações à concessionária pelos investimentos realizados nos últimos 10 anos do contrato.

Não se reconheceram os ativos cuja vida útil económica estimada é inferior ao período do contrato de concessão, bem quando a existência de risco tecnológico põe em causa, de forma relevante, a atribuição de valor no final do contrato de concessão.

No caso específico dos contratos de concessão de usos privativos de bens dominiais não afetos à atividade portuária, que revertam gratuitamente no final dos respetivos contratos, o reconhecimento do ativo será realizado apenas no final do contrato, utilizando-se a subconta apropriada da 432 - Edifícios e outras construções por contrapartida de 78 - Outros Rendimentos e Ganhos.

3.7 Imparidade de ativos

Os ativos fixos tangíveis e intangíveis são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual se encontram escriturados não ser totalmente recuperável.

Tendo em consideração a natureza das atividades desenvolvidas pela Empresa, com a natureza de serviço público, o valor recuperável dos ativos sujeitos a teste de imparidade corresponde ao seu valor de uso. Para a determinação da existência de imparidade, os ativos são alocados ao nível mais baixo para o qual existem fluxos de caixa separados identificáveis (unidades geradoras de caixa). Uma perda por imparidade é reconhecida nas Demonstrações Financeiras pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável.

Quando há lugar ao registo ou reversão de imparidade, a amortização e depreciação dos ativos são recalculadas prospectivamente de acordo com o valor recuperável.

3.8 Clientes e outras contas a receber

As rubricas de Clientes e Outras Contas a receber são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, deduzido de ajustamentos por imparidade (se

aplicável). As perdas por imparidade dos clientes e contas a receber são registadas, sempre que exista evidência objetiva de que os mesmos não são recuperáveis conforme os termos iniciais da transação.

As perdas por imparidade identificadas são registadas na demonstração dos resultados, em “Ajustamento de contas a receber”, sendo subsequentemente revertidas por resultados, caso os indicadores de imparidade diminuam ou desapareçam.

3.9 Caixa e equivalentes a caixa

O caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 3 meses, assim como os descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica “Financiamentos obtidos”, e são considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa, como caixa e equivalentes de caixa.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

3.11 Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são inicialmente reconhecidos ao justo valor, líquido de custos de transação e montagem incorridos. Os financiamentos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado sendo a diferença entre o valor nominal e o justo valor inicial reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa de juro efetiva.

Os financiamentos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Empresa possuir um direito incondicional de diferir o pagamento do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço, sendo neste caso classificados no passivo não corrente.

3.12 Imposto sobre o rendimento

A partir do exercício de 2009, inclusive, a Empresa passou a estar sujeita ao regime especial de tributação de grupos de sociedades (RETGS) previsto no artigo n.º 69.º e seguintes do Código do IRC, sendo o grupo de tributação constituído pela Empresa e pela sua subsidiária APFF, S.A.. As empresas

que se englobam no perímetro do grupo de sociedades sujeitas a este regime apuram e registam o imposto sobre o rendimento tal como se fossem tributadas numa ótica individual. Caso sejam apurados ganhos na aplicação deste regime, estes são registados, na sua totalidade, como um rendimento da Empresa.

O imposto sobre rendimento do período compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

Os impostos diferidos são reconhecidos com base na responsabilidade de balanço, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas Demonstrações Financeiras.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do balanço, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que existam lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Empresa tem: i) uma obrigação presente legal ou construtiva resultante de eventos passados; ii) para a qual é mais provável de que seja necessário um dispêndio de recursos internos no pagamento dessa obrigação; e iii) o montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a Empresa divulga tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para pagamento do mesmo seja considerada remota.

As provisões são mensuradas ao valor presente dos dispêndios estimados para liquidar a obrigação utilizando uma taxa antes de impostos, que reflete a avaliação de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

3.14 Subsídios e apoios do Governo

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Português, da União Europeia ou organismos semelhantes apenas quando existir segurança que a Empresa cumprirá com as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos.

Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados no mesmo período em que os gastos associados são incorridos e registados.

3.15 Gastos e Rendimentos

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes réditos e gastos são reconhecidas como ativos ou passivos, se qualificarem como tal.

3.16 Rédito

O rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber relativo aos serviços prestados no decurso normal da atividade da Empresa. O rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e descontos financeiros atribuídos.

3.17 Matérias ambientais

São reconhecidas provisões para Matérias ambientais sempre que a empresa tenha uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de acontecimentos passados, relativamente à qual seja provável que uma saída de recursos se torne necessária para a liquidar, e possa ser efetuada uma estimativa fiável do montante dessa obrigação.

A Empresa incorre em dispêndios e assume passivos de carácter ambiental. Assim, os dispêndios com equipamentos e técnicas operativas que assegurem o cumprimento da legislação e dos regulamentos aplicáveis, bem como a redução dos impactos ambientais para níveis que não excedam os correspondentes a uma aplicação viável das melhores tecnologias disponíveis desde as referentes à

minimização do consumo energético, das emissões atmosféricas, da produção de resíduos e do ruído, são capitalizados quando se destinem a servir de modo duradouro a atividade da Empresa, e se relacionem com benefícios económicos futuros, permitindo prolongar a vida útil, aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa.

Em relação aos encargos de carácter ambiental a Empresa, no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um custo nos resultados operacionais do período.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados.

3.18 Benefícios dos empregados

A Empresa reconhece em gastos os benefícios a curto prazo para os empregados que tenham prestado serviço no respetivo período contabilístico, e como um passivo, após a dedução da quantia já paga, ou de um ativo, na extensão e que o pré-pagamento conduzirá, por exemplo, a uma redução em futuros pagamentos ou a uma restituição de dinheiro.

Obrigações com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal:

De acordo com a legislação vigente em Portugal, os colaboradores têm anualmente direito a um mês de férias e a um mês de subsídio de férias, direito esse adquirido no ano anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente os colaboradores têm anualmente direito a um mês de subsídio de Natal, direito esse adquirido ao longo do ano e liquidado durante o mês de dezembro de cada exercício civil. Assim, estas responsabilidades são registadas no período em que os colaboradores adquirem o respetivo direito, independentemente da data do seu respetivo pagamento.

3.19 Ativos e passivos contingentes

A Empresa não reconhece ativos e passivos contingentes.

Os passivos contingentes são divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos. Os ativos são divulgados, quando for provável um influxo de benefícios económicos.

Os ativos e passivos contingentes são avaliados continuamente para assegurar que os desenvolvimentos estão apropriadamente refletidos nas Demonstrações Financeiras.

Se se tornar provável que um exfluxo de benefícios económicos futuros será exigido para um item previamente tratado como um passivo contingente, é reconhecida uma provisão nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração da probabilidade ocorra.

Se se tornar virtualmente certo que ocorrerá um influxo de benefícios económicos, o ativo e o rendimento relacionado são reconhecidos nas Demonstrações Financeiras do período em que a alteração ocorra.

3.20 Acontecimentos após a data de balanço

As Demonstrações Financeiras apresentadas refletem os eventos subsequentes ocorridos até 24 de abril de 2013, data em que foram aprovadas pelo Conselho de Administração conforme referido na Nota 2.1.

Os eventos ocorridos após a data do balanço sobre condições que existiam à data do balanço são considerados na preparação das Demonstrações Financeiras.

Os acontecimentos materiais após a data do balanço que não dão lugar a ajustamentos são divulgados na Nota 35.

3.21 Principais estimativas e julgamentos apresentados

As estimativas e julgamentos com impacto nas Demonstrações Financeiras da Empresa são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Direção, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados. As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

(i) Provisões

A Empresa analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

(ii) Ativos fixos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar, é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada exercício.

Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

(iii) Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da Empresa, tais como: a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas quer externas, à Empresa.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

(iv) **Impostos sobre os lucros**

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa durante um período de quatro, cinco ou seis anos (seis anos para a matéria coletável do exercício de 2009, quatro anos para a dos exercícios de 2010 e cinco anos para a dos exercícios de 2011 e de 2012). Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas aos impostos sobre os lucros registados nas Demonstrações Financeiras.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros.

Na sequência das situações abaixo descritas, a Empresa efetuou um *restatement* às Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, em conformidade com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, de forma a permitir a comparabilidade das mesmas.

(i) Conforme referido na Nota 3.14, os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio “Outras variações de capital”, sendo subsequentemente creditados na Demonstração dos Resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Em 26 de maio de 2010, a Comissão de Normalização Contabilística (CNC) publicou a FAQ nº 13, na qual esclarecia que o reconhecimento inicial de subsídios relacionados com ativos no capital próprio implicava o reconhecimento de passivos por impostos diferidos. Este registo era devido, uma vez que o tratamento contabilístico preconizado traduzia um enriquecimento da posição financeira da Entidade que ainda estava sujeito a tributação em sede de IRC. Na versão inicial desta FAQ (26 de maio de 2010), o subsídio era inicialmente creditado em capital próprio e o imposto diferido, por força da NCRF 25 - ‘Impostos’, era debitado em capitais próprios, traduzindo-se no registo em capital próprio, de um subsídio líquido de imposto.

Este tratamento contabilístico suscitou dúvidas quanto à utilização da figura do imposto diferido, uma vez que não existem diferenças entre a base contabilística e a base fiscal dos subsídios. Assim, esta posição foi alterada, com a revisão à FAQ 13, em 15 de abril de 2013. Tendo em consideração que a base contabilística e a base fiscal dos subsídios relacionados com ativos são coincidentes, a CNC clarificou que o reconhecimento dos subsídios relacionados com investimentos em ativos no Capital Próprio deveria ser líquido do efeito fiscal futuro, mas que esse ajustamento não deveria corresponder ao reconhecimento de um passivo por imposto diferido. Assim, a CNC propôs que no reconhecimento inicial dos subsídios seja utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

(ii) Os ativos tangíveis e intangíveis da subsidiária Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A. (APFF, S.A.) são testados anualmente para determinação de imparidade, pelo facto do valor pelo qual os mesmos se encontram escriturados não ser totalmente recuperável. Tendo em consideração as atividades desenvolvidas por esta subsidiária, com natureza de serviço público, o valor recuperável resultante do teste de imparidade realizado em base anual, corresponde ao valor de uso dos ativos.

Assim, em cada data de relato é avaliada a possível reversão e/ou reforço da perda por imparidade, a qual se baseia em projeções futuras de cash-flows. Por se tratar de uma imparidade do negócio, a alocação da mesma era efetuada, numa base pro-rata, pelo valor dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis, da seguinte forma:

- Bens adquiridos pela APFF, S.A. após a data da constituição:

O reforço e/ou reversão da imparidade é registada em resultados.

- Bens que transitaram da esfera do IPTM,IP e integrados na APFF, S.A.:

O reforço e/ou reversão da imparidade era registado em capitais próprios.

Contudo, no decorrer do exercício de 2013, a APFF, S.A. decidiu rever a política contabilística relativa ao reconhecimento das variações no valor da imparidade, passando-as a refletir, na íntegra, no resultado do período, pelo facto desta forma de contabilização ter maior aderência aos efeitos da variação no valor na imparidade, os quais resultam de alterações nas estimativas futuras de cash-flows, derivadas de decisões e/ou factos apenas conhecidos à data do encerramento das contas.

Esta alteração, decorrente da valorização do investimento financeiro nesta subsidiária, de acordo com a política contabilística descrita na Nota 3.2 (Método da Equivalência Patrimonial), tem um impacto direto nas Demonstrações Financeiras da Empresa.

Assim, em conformidade com a NCRF 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros, de forma a permitir a comparabilidade das Demonstrações Financeiras do exercício de 2012, a Empresa procedeu à reexpressão das mesmas, apresentadas para efeitos comparativos.

4.1 Reconciliação do balanço em 31 de dezembro de 2012 e o *restatement*

A reconciliação do Balanço da Empresa em 31 de dezembro de 2012 (passivo e capital próprio, considerando que a reexpressão das Demonstrações Financeiras não teve qualquer alteração no ativo) de acordo com as Demonstrações Financeiras aprovadas e publicadas e as apresentadas no presente exercício para efeitos comparativos é como segue:

	31 de dezembro		
	2012	Ajustamento	2012
Capital próprio			
Capital realizado	30.000.000	-	30.000.000
Reservas legais	413.850	-	413.850
Outras reservas	191.676.267	-	191.676.267
Resultados transitados	(9.601.558)	-	(9.601.558)
Ajustamentos em Ativos financeiros	13.703.159	3.074.819	16.777.978
Outras variações no capital próprio	66.638.600	-	66.638.600
	<u>292.830.318</u>	<u>3.074.819</u>	<u>295.905.137</u>
Resultado líquido do exercício	3.807.052	(3.074.819)	732.232
Total do capital próprio	<u>296.637.370</u>	-	<u>296.637.370</u>
Passivo			
Não corrente			
Provisões	238.928	-	238.928
Financiamentos obtidos	20.087.721	-	20.087.721
Passivos por impostos diferidos	24.124.554	(23.224.620)	899.934
Diferimentos	36.924.169	-	36.924.169
Outras contas a pagar	-	22.627.488	22.627.488
	<u>81.375.372</u>	<u>(597.132)</u>	<u>80.778.240</u>
Corrente			
Fornecedores	326.797	-	326.797
Estado e outros entes públicos	584.682	-	584.682
Financiamento obtidos	1.453.632	-	1.453.632
Outras contas a pagar	729.020	597.132	1.326.152
Diferimentos	3.168.845	-	3.168.845
	<u>6.262.977</u>	<u>597.132</u>	<u>6.860.109</u>
Total do passivo	<u>87.638.348</u>	-	<u>87.638.348</u>
Total do capital próprio e do passivo	<u>384.275.718</u>	-	<u>384.275.718</u>

4.2 Reconciliação da Demonstração dos Resultados em 31 de dezembro de 2012 e o *restatement*

Em 31 de dezembro de 2012, a reconciliação da Demonstração dos Resultados da Empresa de acordo com as Demonstrações Financeiras aprovadas e publicadas e as apresentadas para efeitos comparativos é como segue:

	<u>2012</u>	<u>Ajustamento</u>	<u>2012 Reexpresso</u>
Vendas e serviços prestados	3.876.182	-	3.876.182
Subsídios à exploração	67.355	-	67.355
Ganhos/ perdas inputados de <i>subsidiárias</i> , associadas e empreendimentos conjuntos	699.672	(3.074.819)	(2.375.147)
Fornecimentos e serviços externos	(1.854.787)	-	(1.854.787)
Gastos com o pessoal	(4.562.981)	-	(4.562.981)
Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)	(723.198)	-	(723.198)
Outros rendimentos e ganhos	16.078.970	-	16.078.970
Outros gastos e perdas	(260.835)	-	(260.835)
Resultados antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	13.320.378	(3.074.819)	10.245.558
Gastos/ reversões de depreciação e de amortização	(8.989.015)	-	(8.989.015)
	<u>4.331.362</u>	<u>(3.074.819)</u>	<u>1.256.543</u>
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	4.331.362	(3.074.819)	1.256.543
Juros e rendimentos similares obtidos	169.497	-	169.497
Juros e gastos similares suportados	(253.815)	-	(253.815)
Resultados antes de impostos	4.247.044	(3.074.819)	1.172.225
Imposto sobre o rendimento do período	(439.993)	-	(439.993)
Resultado líquido do exercício	3.807.052	(3.074.819)	732.232
Resultado das actividades descontinuadas incluído no resultado líquido do período	-	-	-

5 Fluxos de caixa

5.1 Caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso

Não existem, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, caixa e equivalentes de caixa não disponíveis para uso.

5.2 Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	<u>2012</u>	<u>2012</u>
Numerário		
- Caixa	2.655	2.758
	<u>2.655</u>	<u>2.758</u>
Depósitos bancários		
- Depósitos à ordem	8.500.965	9.505.091
- Depósitos a prazo	6.000.000	7.500.000
- Outros depósitos	9.897	8.080
	<u>14.510.862</u>	<u>17.013.171</u>
Caixa e equivalentes de caixa (ativo)	<u><u>14.513.518</u></u>	<u><u>17.015.929</u></u>
Equivalentes de caixa (passivo)	<u><u>-</u></u>	<u><u>-</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2013, a totalidade dos excedentes de tesouraria da empresa, estavam aplicados em Certificados Especiais de Dívida de Curto Prazo (CEDIC), com maturidade em 1 de abril de 2014. Os mesmos são apresentados no Balanço, na rubrica Caixa e depósitos bancários, pelo facto de poderem ser desmobilizados a qualquer momento.

Os outros recebimentos / pagamentos incluídos nos fluxos de caixa das atividades operacionais referem-se, fundamentalmente, a reembolsos de Imposto sobre o Valor Acrescentado, recebimento de subsídios à exploração e outros recebimentos e pagamentos não enquadráveis na atividade operacional.

Em 31 de dezembro de 2013, as linhas de crédito autorizadas mas não utilizadas ascendem a €8.250.000 (2012: €5.500.000)

6 Ativos fixos tangíveis

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
31 de dezembro de 2011								
Custo de aquisição	71.940.412	260.209.651	7.867.836	634.758	887.359	1.521.467	8.783.841	351.845.324
Depreciações acumuladas	-	(51.626.111)	(7.047.606)	(633.070)	(705.991)	(1.431.299)	-	(61.444.076)
Imparidade Acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	71.940.412	208.583.540	820.230	1.688	181.368	90.168	8.783.841	290.401.247
Movimentos no exercício:								
Adições	3.857	92.229	-	22.990	16.203	9.459	10.813.823	10.958.561
Transferências e abates	(1.025)	5.918.041	(138.951)	(17.750)	(9.473)	(1.587)	(5.917.955)	(168.700)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	4.758.267	-	-	-	-	-	4.758.267
Depreciação - exercício	-	(5.841.168)	(542.501)	(4.078)	(66.622)	(25.508)	-	(6.479.877)
Depreciação- transf. e abates	-	21	138.951	17.750	9.473	1.587	-	167.782
Valor líquido	71.943.244	213.510.930	277.729	20.600	130.949	74.118	13.679.710	299.637.280
31 de dezembro de 2012								
Custo de aquisição	71.943.244	270.978.188	7.728.885	639.998	894.088	1.529.339	13.679.710	367.393.451
Depreciações acumuladas	-	(57.468.183)	(7.451.156)	(619.398)	(763.139)	(1.455.221)	-	(67.757.097)
Imparidade Acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	71.943.244	213.510.004	277.729	20.600	130.949	74.118	13.679.710	299.636.354

(i) Ver Nota 8.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 os movimentos registados em rubricas do ativo fixo tangível foram como segue:

	Terrenos	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento transporte	Equipamento administrativo	Outros	Ativos em curso	Total
1 de janeiro de 2013								
Custo de aquisição	71.943.244	270.978.188	7.728.885	639.998	894.088	1.529.339	13.679.710	367.393.451
Depreciações acumuladas	-	- 57.468.183,24	(7.451.156)	(619.398)	(763.139)	(1.455.221)	-	(67.757.097)
Imparidade Acumulada	-	-	-	-	-	-	-	-
Valor líquido	71.943.244	213.510.004	277.729	20.600	130.949	74.118	13.679.710	299.636.354
Movimentos no exercício:								
Adições	-	17.427	-	-	23.172	29.986	12.676.446	12.747.032
Transferências e abates	-	63.831	-	-	-	(718)	(63.831)	(718)
Reversões de ativos de concessões (i)	-	1.240.411	-	-	-	-	-	1.240.411
Depreciação - exercício	-	(5.640.263)	(105.760)	(5.748)	(64.834)	(24.813)	-	(5.841.417)
Depreciação- transf. e abates	-	-	-	-	-	718	-	718
Reforço imparidade - exercício	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	208.518.293	171.970	14.852	89.287	79.291	26.292.325	307.109.262
31 de dezembro de 2013								
Custo de aquisição	71.943.244	272.299.857	7.728.885	639.998	917.261	1.558.607	26.292.325	381.380.177
Depreciações acumuladas	-	(63.108.446)	(7.556.916)	(625.146)	(827.973)	(1.479.316)	-	(73.597.797)
Imparidade Acumulada	-	(673.118)	-	-	-	-	-	(673.118)
Valor líquido	71.943.244	208.518.293	171.970	14.852	89.287	79.291	26.292.325	307.109.262

(i) Ver Nota 8

As reversões de ativos de concessões e/ou licenças no exercício de 2013 analisam-se como segue:

	BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A.	DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.	Total reversões
Valor de aquisição / avaliação	357.806	1.068.962	1.426.769
Amortizações acumuladas	(186.357)	-	(186.357)
	171.449		1.240.411

(i) Refere-se à reversão antecipada dos bens da concessão BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A., por insolvência do concessionário. De acordo com o contrato de concessão, a declaração de insolvência é uma das causas de extinção da concessão, pelo que, nas circunstâncias, por deliberação de 2 de maio de 2013, o Conselho de Administração da APA, S.A. fez operar a rescisão contratual da concessão.

(ii) Refere-se à posse administrativa dos armazéns de comerciantes da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A.. Estes não se encontravam registados nas Demonstrações Financeiras da APA, pelo facto dos mesmos não se enquadrarem no conceito de atividade portuária. Assim, de acordo com o estabelecido na Nota 3.6, o correspondente reconhecimento apenas ocorre no momento em que os mesmos revertem para a Empresa. O valor pelo qual os edificadros deste concessionário foram registados nas Demonstrações financeira da Empresa resultam de uma avaliação interna, efetuada por um funcionário com competência para o efeito, a qual levou em consideração as características do imóvel, o seu atual estado de conservação e a sua vida útil estimada.

Os valores mais significativos incluídos na rubrica de "Ativos em curso" referem-se aos seguintes projetos:

	2013	2012
Reconfiguração da barra do porto de Aveiro	25.596.791	13.647.767
ZALI - Zona de atividades logísticas e industriais	500.000	-
Construção oficinas e balneários do porto de Aveiro	84.145	
Plataforma logística de contentores	30.144	30.144
Ampliação esteira do Terminal de Graneis Líquidos	25.498	-
Outros	55.747	1.799
	26.292.325	13.679.710

O gasto com depreciação de ativos fixos tangíveis no exercício de 2013 ascendeu a €5.841.417 (2012: €6.479.877), e está reconhecido na rubrica “Depreciações do exercício” da Demonstração dos Resultados.

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu uma imparidade, no valor de €673.118, relativa aos edificadros de uma concessão de uso privativo, que reverteram para a Empresa no exercício de 2009. Dado o estado de degradação de tais edificadros, foi reconhecida, no exercício de 2013, uma perda por imparidade sobre os mesmos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, não foram capitalizados gastos financeiros.

Até 31 de dezembro de 2010 foram capitalizados encargos financeiros no montante de €491.229.

7 Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento são compostas por terrenos e edifícios com o objetivo de valorização, tendo apresentado a seguinte evolução:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A 1 de janeiro		
Valor bruto	4.169.854	4.178.675
Depreciações acumuladas	-	-
	<u>4.169.854</u>	<u>4.178.675</u>
Movimentos no exercício:		
Aumentos / (Reduções)	(62.699)	(8.821)
	<u>(62.699)</u>	<u>(8.821)</u>
A 31 de dezembro		
Valor bruto	4.107.155	4.169.854
Depreciações acumuladas	-	-
Valor líquido	<u>4.107.155</u>	<u>4.169.854</u>

As propriedades de investimentos referem-se, fundamentalmente, a terrenos disponíveis para venda, localizados nos concelhos de Aveiro e de Ílhavo. Pelo facto de não se encontrarem reunidas as condições estabelecidas nos parágrafos 8 e 9 da NCRF 8 - Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas, assim como os requisitos do Apêndice A da referida norma, estes imóveis foram apresentados no balanço como propriedades de investimento.

A APA, S.A. aplica o modelo de custo para mensurar as propriedades de investimento e a sua divulgação está conforme previsto na alínea e) do parágrafo 79 da Norma Contabilística de Relato Financeiro - Propriedades de Investimento.

A APA, S.A. procedeu à avaliação individual dos bens registados como propriedades de investimento.

Da avaliação resultou o valor global de €7.440.400 (valor contabilístico: €4.107.155), tendo-se igualmente verificado que o valor de avaliação individual de cada bem é superior ao valor contabilístico dos mesmos.

8 Ativos intangíveis

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os movimentos registados em rubricas do ativo intangível foram como segue:

	Software	Concessões	Ativos em curso	Total
A 1 de janeiro de 2012				
Custo de aquisição	752.745	59.506.488	567.100	60.826.333
Amortizações acumuladas	(685.601)	(9.873.723)	-	(10.559.325)
	67.144	49.632.765	567.100	50.267.009
Movimentos no exercício				
Adições	4.625	366.272	-	370.897
Transferências e abates	-	-	-	-
Reversões de ativos de concessões	-	(5.536.384)	-	-
Amortizações - exercício	(64.188)	(2.444.950)	-	(2.509.138)
Amortizações acumuladas - reversões	-	1.412.117	-	1.412.117
Amortizações - transferências e abates	-	-	-	-
	(59.563)	(6.202.945)	-	(726.124)
31 de dezembro de 2012				
Custo de aquisição	757.370	54.336.376	567.100	55.660.846
Amortizações acumuladas	(749.789)	(10.906.557)	-	(11.656.346)
	7.581	43.429.819	567.100	44.004.500
Movimentos no exercício				
Adições	7.840	-	-	7.840
Transferências e abates	-	-	(567.100)	(567.100)
Reversões de ativos de concessões	-	(357.806)	-	-
Amortizações - exercício	(5.930)	(2.307.482)	-	(2.313.411)
Amortizações acumuladas - reversões	-	186.357	-	186.357
	1.910	(2.478.930)	(567.100)	(2.686.314)
31 de dezembro de 2013				
Custo de aquisição	765.210	53.978.570	-	54.743.780
Amortizações acumuladas	(755.718)	(13.027.681)	-	(13.783.399)
	9.491	40.950.889	-	40.960.380

A amortização de ativos intangíveis, no exercício de 2013, ascenderam a €2.313.411 (2012: €2.509.138) está incluída na rubrica Gastos/ Reversões de depreciação e de amortização.

Os ativos intangíveis em curso incluíam um montante de €567.100, relativo a um estudo de viabilidade técnico-financeira para a concessão Terminal Norte (Sector Norte e Graneis Líquidos). Decorrente da intenção da Comunidade Portuária de Aveiro, na qual a Empresa se integra, de implementar um novo modelo de operação portuária que visa garantir a harmonização do atual regime de licenciamento em todo o porto, o referido montante foi levado a gasto no exercício de 2013.

O detalhe das concessões de uso privativo incluídas nas Demonstrações Financeiras da Empresa, na sequência da adoção da política contabilística referida na Nota 3.6 é como segue:

	Concessão 1	Concessão 2	Concessão 3	Concessão 4	Concessão 5	Concessão 6	Total
A 1 de janeiro de 2012							
Custo de aquisição	5.536.384	2.766.694	17.403.374	357.806	32.646.703	795.527	59.506.488
Amortizações acumuladas	(1.279.212)	(368.629)	(1.522.795)	(155.049)	(6.529.307)	(18.730)	(9.873.723)
	<u>4.257.172</u>	<u>2.398.065</u>	<u>15.880.579</u>	<u>202.757</u>	<u>26.117.396</u>	<u>776.797</u>	<u>49.632.765</u>
Movimentos no exercício:							
Adições	-	-	-	-	366.272	-	366.272
Reversões	(5.536.384)	-	-	-	-	-	(5.536.384)
Amortizações - exercício	(132.904)	(172.330)	(435.084)	(17.890)	(1.650.741)	(36.000)	(2.444.951)
Amortização acumulada - reversões	1.412.117	-	-	-	-	-	1.412.117
	<u>(4.257.172)</u>	<u>(172.330)</u>	<u>(435.084)</u>	<u>(17.890)</u>	<u>(1.284.469)</u>	<u>(36.000)</u>	<u>(6.202.946)</u>
31 de dezembro de 2012							
Custo de aquisição	-	2.766.694	17.403.374	357.806	33.012.975	795.527	54.336.376
Amortizações acumuladas	-	(540.960)	(1.957.880)	(172.940)	(8.180.048)	(54.731)	(10.906.557)
	<u>-</u>	<u>2.225.735</u>	<u>15.445.494</u>	<u>184.867</u>	<u>24.832.927</u>	<u>740.797</u>	<u>43.429.819</u>
Movimentos no exercício:							
Adições	-	-	-	-	-	-	-
Reversões	-	-	-	(357.806)	-	-	(357.806)
Amortização - exercício	-	(172.330)	(435.084)	(13.418)	(1.650.649)	(36.000)	(2.307.482)
Amortização acumulada - reversões	-	-	-	186.357	-	-	186.357
	<u>-</u>	<u>(172.330)</u>	<u>(435.084)</u>	<u>(184.867)</u>	<u>(1.650.649)</u>	<u>(36.000)</u>	<u>(2.478.930)</u>
31 de dezembro de 2013							
Custo de aquisição	-	2.766.694	17.403.374	-	33.012.975	795.527	53.978.570
Amortizações acumuladas	-	(713.290)	(2.392.964)	-	(9.830.696)	(90.731)	(13.027.681)
	<u>-</u>	<u>2.053.404</u>	<u>15.010.410</u>	<u>-</u>	<u>23.182.278</u>	<u>704.796</u>	<u>40.950.889</u>

Nota: Os nomes das concessionárias estão protegidos por informação reservada às partes contratantes.

Apresenta-se de seguida quadro com as concessões de uso privativo com ativos que revertem gratuitamente para a APA, S.A. no final do período contratual:

Concessão	Data de início do contrato	Prazo	Bens reversíveis da Concessão	Situação
Navalria - Docas Construções e Reparações Navais, S.A.	01-03-2008	10 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Prio Biocombustíveis, S.A.	22-12-2006	20 anos	Tanques	Ativo
SGPAMAG - Sociedade de Graneis do Parque de Aveiro, Movimentação e Armazenagem de Graneis, S.A.	31-12-2010	20 anos	Edificados e outras construções	Ativo
Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias (Aveiro), S.A.	11-08-2006	20 anos	Silos de armazenagem	Ativo

No que refere à Concessão de serviço público atribuída em 26 de Janeiro de 2001, por um prazo de 25 anos, à Socarpor - Sociedade de Cargas Portuárias, S.A., para a exploração da operação portuária no Terminal Sul, em regime de serviço público, não foi reconhecido qualquer ativo, pelo facto de se perspetivar que no final do período contratual, os atuais bens em uso por este concessionário não terão qualquer valor económico para a APA, S.A.. Adicionalmente, referimos que (i) excluem-se da reversão gratuita os investimentos em equipamentos nos últimos 10 anos, pelos quais a concessionária tem direito a ser indemnizada pelo seu valor contabilístico e (ii) a atual infraestrutura em uso pelo concessionário faz parte integrante do ativo da APA,S.A..

9 Participações Financeiras - método equivalência patrimonial

9.1 Participações Financeiras em empresas subsidiárias

As participações Financeiras em empresas subsidiárias em 31 de dezembro de 2013 e 2012, sua sede social, proporção de capital e sua atividade são como segue:

Empresa	Sede Social	Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
		2013	2012	2013	2012
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	Figueira da Foz	100%	100%	13.309.402	15.027.776
				13.309.402	15.027.776

A Administração do Porto da Figueira da Foz, S. A. ("APFF, S.A."), é uma Sociedade Anónima de capitais exclusivamente públicos, foi criada através do Decreto-Lei 210/2008, de 3 de novembro, tendo

o mesmo entrado em vigor 30 dias após a data da sua publicação. A Empresa foi constituída com um capital social de €50.000, integralmente subscrito e realizado pela APA - Administração do Porto de Aveiro, S.A.. Durante o exercício de 2012, o capital social da Empresa foi aumentado de €50.000 para €10.000.000, mediante a conversão de reservas resultantes da contrapartida da integração no ativo da Empresa, dos bens destacados na esfera do IPTM, ao abrigo do estabelecido no Artigo 8º do Decreto - Lei n.º 210/2008, de 3 de novembro.

A APFF, S.A. tem por objeto a administração do porto da Figueira da Foz, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento e abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

9.2 Informação financeira da participação na empresa subsidiária

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a informação financeira relativa à participação na empresa subsidiária é como segue:

	2013	2012
Ativos		
Não correntes	10.055.000	12.615.019
Correntes	4.264.465	3.637.385
	14.319.465	16.252.404
Passivos		
Não correntes	549.166	766.781
Correntes	460.897	377.440
	1.010.063	1.144.221
Capital Próprio	13.309.402	15.108.183
	13.309.402	15.108.183
Atividade no ano		
Rendimentos	8.952.671	7.183.810
Gastos	10.394.028	9.478.550
Resultado líquido	(1.441.357)	(2.294.740)
% participação detida	100%	100%
	(1.441.357)	(2.294.740)

9.3 Movimentos na participação financeira contabilizada pelo método da equivalência patrimonial

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, os movimentos ocorridos na participação financeira valorizada pelo método da equivalência patrimonial é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Início do exercício	15.027.776	18.290.817
Reforço de capital - Prestações acessórias de capital	106.565	272.482
Ganhos / (Perdas) - Método da equivalência patrimonial (i)	(1.360.950)	(2.375.147)
Outros movimentos no capital	(463.990)	(1.160.375)
Final do exercício	<u>13.309.402</u>	<u>15.027.776</u>

(i) A APFF, S.A. ficou obrigada ao pagamento do subsídio de férias em 2013, relativo ao trabalho prestado no exercício de 2012, após o acórdão do Tribunal Constitucional à Lei do Orçamento de Estado para 2013. Em virtude das contas da APFF, S.A. terem sido encerradas e aprovadas em Assembleia Geral antes do conhecimento desta decisão, este passivo não foi reconhecido nas suas contas individuais. No entanto, pelo facto das Demonstrações Financeiras individuais da APA, S.A. terem sido aprovadas pelo Conselho de Administração em data posterior à data do acórdão acima mencionado, o efeito do pagamento do subsídio de férias em 2013 foi considerado na aplicação do método da equivalência patrimonial, utilizado na valorização desta subsidiária. Assim:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado líquido do exercício da APFF	(1.441.357)	(2.294.740)
Efeito estimado no resultado líquido da APFF, resultante da incorporação da estimativa para subsídio de férias a pagar em 2013, relativa ao trabalho prestado em 2012	80.407	(80.407)
Resultado líquido da APFF ajustado, e considerado para efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial	<u>(1.360.950)</u>	<u>(2.375.147)</u>

Os outros movimentos no capital referem-se às seguintes situações registadas pela subsidiária:

	2013	2012
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF:		
- Subsídios ao investimento (i)	(681.604)	(1.578.742)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento (i)	217.614	418.367
	<u>(463.990)</u>	<u>(1.160.375)</u>

(i) Os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio "Outras variações de capital", sendo subsequentemente creditados na demonstração dos resultados numa base pro-rata da depreciação dos ativos a que estão associados. Durante o exercício de 2013, esta subsidiária registou uma diminuição nos capitais próprios, no montante de €463.990 (2012: diminuição de €1.160.375), relativa a subsídios ao investimento não reembolsáveis, líquido do efeito do correspondente efeito fiscal futuro que lhes está associado, e perdas por imparidade sobre os bens que estes subsídios pretendem subsidiar.

10 Participações Financeiras - outros métodos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os ativos reconhecidos nesta rubrica são como segue:

	% detida	2013	2012
PCI - Parque da Ciência e Inovação, S.A.	1%	22.500	22.500
		<u>22.500</u>	<u>22.500</u>

A PCI tem por objeto a instalação, o desenvolvimento, a promoção e a gestão de um Parque de Ciência e Tecnologia, bem como a prestação dos serviços de apoio necessários à sua atividade, que contribuam para a produção e investigação científica, tecnológica e educativa, como promotor estratégico e operacional da inovação e do empreendedorismo.

Esta participação, adquirida em 2010 pelo montante de €22.500, encontra-se valorizada ao custo por não ser possível determinar com fiabilidade o seu justo valor.

11 Ativos e passivos por impostos diferidos

Os movimentos ocorridos na rubrica de ativos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Ajustamentos de transição - SNC	
	2013	2012
A 1 de janeiro	29.260	43.890
Movimentos no exercício:		
Constituição	-	-
Reversão	(15.734)	(14.630)
	<u>(15.734)</u>	<u>(14.630)</u>
A 31 de dezembro	<u>13.526</u>	<u>29.260</u>

De acordo com o Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, os ajustamentos de conversão com efeitos em capitais próprios, decorrentes da adoção, pela primeira vez, do SNC, que sejam considerados fiscalmente relevantes, resultantes do reconhecimento de ativos concorrem, em partes iguais, para a formação do lucro tributável em 2010 e nos quatro exercícios seguintes, ou seja, até 2014.

Os movimentos ocorridos na rubrica Passivos por impostos diferidos para os exercícios apresentados são como se segue:

	Concessões	
	2013	2012
A 1 de janeiro	899.934	1.036.175
Movimentos no exercício:		
Constituição	180.297	-
Reversão	-	(136.241)
	<u>180.297</u>	<u>(136.241)</u>
A 31 de dezembro	<u>1.080.230</u>	<u>899.934</u>

No que se refere aos ativos das concessões, procede-se ao reconhecimento de passivo por imposto diferido, tendo em consideração a diferença temporária entre o apuramento anual de resultado e a tributação que ocorre no momento da realização efetiva da reversão dos bens. O apuramento anual de resultado decorre da aplicação do justo valor, ainda que baseado nos custos incorridos pelos concessionários, pelo que considerando o n.º 9 do art.º 18.º do CIRC a sua concorrência para a formação do lucro tributável ocorre no período de tributação em que o direito de reversão é exercido. Assim, a tributação em sede de IRC ocorrerá no ano da realização da reversão, ou seja no final do contrato de concessão.

12 Clientes

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a decomposição da rubrica Clientes, é como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes - conta corrente	3.564.911	4.053.131
Clientes de cobrança duvidosa	9.011.735	9.211.279
	<u>12.576.646</u>	<u>13.264.410</u>
Imparidade	(9.011.734)	(9.211.277)
	<u>3.564.911</u>	<u>4.053.133</u>
Total clientes	<u><u>3.564.911</u></u>	<u><u>4.053.133</u></u>

Clientes - conta corrente: nesta rubrica encontram-se registados os saldos a receber de clientes decorrentes das prestações de serviços relacionadas com as atividades desenvolvidas pela Empresa, as quais se encontram detalhadas na Introdução a este anexo.

Imparidade em clientes

	<u>2012</u>	<u>2012</u>
A 1 de Janeiro	9.211.277	6.366.075
Aumento por resultados	2.110.011	976.332
Redução por resultados	<u>(2.309.554)</u>	<u>(253.133)</u>
	<u>(199.542)</u>	<u>723.198</u>
Aumento por capitais próprios	-	2.122.003
Redução por capitais próprios	<u>-</u>	<u>-</u>
A 31 de Dezembro	<u><u>9.011.734</u></u>	<u><u>9.211.277</u></u>

A generalidade dos contratos de concessão de uso privativo obriga o concessionário cargas mínimas anuais, podendo a Empresa, a título de penalidade contratual, cobrar uma taxa adicional por tonelada não movimentada abaixo do mínimo definido contratualmente.

Em exercícios anteriores, por deliberação do Conselho de Administração, foi proposto aos concessionários uma alteração contratual, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2009, no sentido das penalidades deixarem de ter por base a movimentação anual de carga, para passar a ter por referência o acumulado da movimentação ao longo de 5 anos.

Pelo facto de ser convicção do Conselho de Administração que a generalidade dos concessionários iria aceitar a alteração contratual acima mencionada, durante os exercícios de 2009, 2010 e 2011, apesar dalguns não terem cumprido com a movimentação mínima contratual, não foi estimado nem registado nesses exercícios qualquer rendimento proveniente das referidas penalidades.

Contudo, alguns dos concessionários não responderam à proposta acima referida, pelo que, nas circunstâncias, por deliberação do Conselho de Administração de 10 de outubro de 2012, foram revogadas as deliberações anteriores relativas à proposta de alteração contratual, tendo sido calculadas e debitadas aos concessionários, as penalidades contratuais calculadas nos termos dos contratos originais, em vigor à data do encerramento de contas do exercício de 2012.

As penalidades contratuais apuradas, debitadas aos concessionários no final do exercício de 2012 foram como segue:

<u>Penalidade relativa ao exercício de:</u>	<u>Montante</u>
2009	816.121
2010	685.999
2011	619.884
	<u>2.122.003</u>

Por se perspetivar que os mesmos iriam ser reclamados pelos concessionários a quem foram debitados, por prudência, no exercício de 2012 foi reconhecida uma imparidade total sobre tais montantes. De um ponto de vista contabilístico, no exercício de 2012 o registo do rendimento relativo ao débito destas penalidades contratuais, assim como o da imparidade acima mencionada, foi efetuado via resultados transitados, pelo facto das mesmas serem relativas a exercícios anteriores.

Contudo, no decorrer do exercício de 2013, na sequência das negociações entre a Administração da Empresa e a dos concessionários aos quais as referidas penalidades contratuais foram debitadas, foi celebrado um acordo entre as partes, com vista ao recebimento das mesmas. Na data de aprovação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2013, a Empresa já tinha recebido um montante de 1.921.240 Euros relativo a estas penalidades contratuais, existindo um acordo entre as partes no sentido de recebimento do remanescente montante em prestações.

Não foram registadas nem calculadas penalidades contratuais relativas aos exercícios de 2013 e de 2012 pelo facto de já se ter assinado a alteração contratual no sentido das penalidades deixarem de ter por base a movimentação anual de carga, para passar a ter por referência o acumulado da movimentação ao longo de 5 anos.

13 Estado e outros entes públicos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como segue:

	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Imposto s/ rendimento - IRC	486.122	-	-	402.624
Impostos s/ rendimento - IRS	-	91.645	-	62.635
Imposto s/ valor acrescentado - IVA	-	37.142	-	25.899
Contribuições para a segurança social	-	100.171	-	78.290
Outros impostos	-	19.807	-	15.234
	<u>486.122</u>	<u>248.765</u>	<u>-</u>	<u>584.682</u>

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, não existiam dívidas em mora ao Estado.

Para os períodos apresentados o saldo do IRC tem a seguinte decomposição:

	2013	2012
Pagamentos por conta	301.249	122.160
Retenções na fonte	18.712	36.821
IRC - Benefícios fiscais	174.673	-
Estimativa de IRC (ver Nota 30)	(8.512)	(561.604)
Total	<u>486.122</u>	<u>(402.624)</u>

14 Outras contas a receber

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a decomposição da rubrica Outras contas a receber, é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Devedores diversos		
- FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional	33.231	33.231
- Logística CENCYL	41.049	70.992
- Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A.	585	-
- Outros	23.771	24.485
	<u>98.635</u>	<u>128.708</u>
Devedores por acréscimos de rendimentos		
- Juros a receber	18.963	-
	<u>18.963</u>	<u>-</u>
	<u>117.598</u>	<u>128.708</u>

Pelo facto de estarem já reunidas todas as condições para o seu recebimento, foi registado na rubrica de devedores diversos um montante de €74.280 (2012: €104.223) relativo a subsídios atribuídos mas ainda não recebidos (IFDR e FEDER), pelo facto de ser convicção da Administração que existe uma segurança moderada de que o mesmo irá ser efetivamente recebido. A contrapartida deste lançamento foi efetuada na rubrica do capital próprio "Outras variações do capital próprio" (€33.231 - Subsídio ao investimento e €41.048 em "Subsídios à exploração"). Pelo facto da ocorrência do recebimento deste montante estar prevista para o exercício de 2013, o mesmo foi apresentado no balanço como um ativo corrente.

Os devedores por acréscimos de rendimentos referem-se, na sua totalidade, a juros a receber relativos aos depósitos a prazo que a Empresa tem em instituições Financeiras, os quais vencem juros a taxas correntes de mercado.

15 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Empresa tem registado na rubrica Diferimentos os seguintes saldos:

(i) Gastos a reconhecer

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Seguros	53.026	53.193
Materiais de economato, limpeza e combustíveis	137.507	134.510
Outros serviços	10.013	-
	<u><u>200.546</u></u>	<u><u>187.703</u></u>

Os gastos a reconhecer referem-se a pré-pagamentos de serviços contratados e ainda não recebidos e a consumíveis e artigos de economato, os quais são inicialmente diferidos, sendo reconhecidos como gasto à medida que vão sendo consumidos.

(ii) Rendimentos a reconhecer

Corrente

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Subsídios exploração	3.674	59.112
Concessões	3.085.879	3.109.733
	<u><u>3.089.554</u></u>	<u><u>3.168.845</u></u>

Não corrente

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Concessões	33.734.923	36.924.169
	<u><u>33.734.923</u></u>	<u><u>36.924.169</u></u>

Os rendimentos a reconhecer "Subsídios à exploração" resultam dos subsídios recebidos durante o exercício, cujo gasto associado ainda não tinha sido ainda efetivado.

Os rendimentos a reconhecer "Concessões" resultam da aplicação da política contabilística definida na nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica de

Rendimentos a reconhecer, sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, durante o período da concessão.

16 Capital

Conforme previsto no artigo 9º dos Estatutos anexos ao Decreto-Lei nº 339/98, de 3 de novembro, o capital social, integralmente subscrito e realizado, foi inicialmente fixado em €7.292 milhares.

Subsequentemente, o capital passou para €30.000.000, por incorporação de parte da reserva de avaliação, resultante da avaliação patrimonial efetuada em 1999, conforme Despacho nº 96/2001 da Inspeção Geral das Finanças.

O capital social atual, totalmente subscrito e realizado, é constituído por 6.000.000 ações, com o valor nominal de 5 euros cada. As ações são nominativas e revestem a forma escritural.

17 Reservas

Reserva legal

De acordo com os Estatutos da Empresa, anualmente deverá ser transferido para a rubrica de reserva legal, no mínimo, 10% do lucro líquido apurado em cada exercício até que a mesma atinja pelo menos 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital e para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

Outras reservas

As outras reservas incluem:

(i) um montante de €189.766.558 relativo à avaliação patrimonial referida nas Notas 2.1 e 3.3. Esta reserva não é distribuível, podendo ser utilizada para aumentos de capital social ou para absorver resultados transitados negativos.

(ii) um montante de €2.452.127 relativo a reservas não distribuíveis, pelo reconhecimento de ativos por reversão gratuita de bens no final do contrato de concessão de serviço público ou uso privativo de bens dominiais afetos à atividade portuária, de acordo com a política contabilística referida na Nota 3.6.

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2013 e de 2012 nas Outras reservas analisam-se como segue:

	2011	Movimentos no exercício	2012	Movimentos no exercício	2013
Reservas - Avaliação patrimonial	189.766.558	-	189.766.558	-	189.766.558
Reservas - Efeito das concessões	1.941.317	(31.608)	1.909.709	542.418	2.452.127
	<u>191.707.875</u>	<u>(31.608)</u>	<u>191.676.267</u>	<u>542.418</u>	<u>192.218.685</u>

Os efeitos da adoção da política contabilística descrita na Nota 3.6 na rubrica Outras reservas foram os seguintes:

	Reservas - Concessões
1 de janeiro de 2012	1.941.317
Movimentos no exercício:	
- Efeito da reversão de ativos de concessões (ver Nota 18)	(1.311.897)
- Imposto diferido passivo sobre o efeito acima referido	347.653
- Aplicação do resultado líquido de 2011	691.059
- Efeito do imposto diferido passivo sobre as reversões de ativos ocorridas em 2011	241.577
31 de dezembro de 2012	<u>1.909.709</u>
Movimentos no exercício:	
- Efeito da reversão de ativos de concessões (ver Nota 18)	(57.647)
- Imposto diferido passivo sobre o efeito acima referido	13.698
- Aplicação do resultado líquido de 2012	586.367
31 de dezembro de 2013	<u>2.452.127</u>

18 Ajustamentos em ativos financeiros e Outras variações no capital próprio

18.1 Ajustamentos em ativos financeiros

Os ajustamentos em ativos financeiros analisam-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ajustamentos em ativos financeiros no início do exercício:	16.777.978	16.524.004
Aplicação do resultado líquido negativo da APFF de 2012	(2.375.147)	-
Aplicação do resultado líquido positivo da APFF de 2011	-	1.396.006
Movimentos efetuados diretamente nos capitais próprios da APFF (ver Nota 9.3)		
- Subsídios ao investimento	(681.604)	(1.578.742)
- Ajustamentos em subsídios ao investimento	217.614	418.367
Transferência do resultado gerado em 2009 pela APFF de "Resultados transitados" para "Ajustamentos em ativos financeiros"	-	18.344
Ajustamentos em ativos financeiros no final do exercício:	<u>13.938.841</u>	<u>16.777.978</u>

18.2 Outras variações nos capitais próprios

As Outras variações no capital próprio referem-se às seguintes naturezas de movimentos ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012:

	<u>Subsídios ao investimento</u>	<u>Concessões - reversões</u>	<u>Ajustamentos em subsídios</u>	<u>Total</u>
1 de janeiro de 2012	77.974.969	911.610	(20.663.463)	58.223.117
Adições	11.918.075	-	(3.158.290)	8.759.785
Regularização por capital (ver Nota 17)	-	1.311.897	597.132	1.909.029
Regularização por resultados (ver Nota 28)	(2.253.331)	-	-	(2.253.331)
31 de dezembro de 2012	<u>87.639.714</u>	<u>2.223.507</u>	<u>(23.224.621)</u>	<u>66.638.600</u>
Adições	6.512.916	-	-	6.512.916
Regularização por capital (ver Nota 17)	-	57.647	627.685	685.331
Regularização por resultados (ver Nota 28)	(1.920.238)	-	-	(1.920.238)
31 de dezembro de 2013	<u>92.232.391</u>	<u>2.281.154</u>	<u>(22.596.936)</u>	<u>71.916.609</u>

Conforme referido na Nota 3.6, no exercício em que ocorre o fim de uma concessão, o saldo respetivo da conta 553 - Reservas não distribuíveis - Concessões é transferido para a conta 595 - Outras variações no capital próprio - Concessões. Durante o exercício de 2013, ocorreu a reversão dos ativos de duas concessões de uso privativo, pelo que o montante de €57.647 reconhecido na rubrica de "Outras reservas - concessões", relativo a ambas as concessões, foi transferido para a rubrica "Outras variações nos capitais próprios" (ver Nota 17).

Conforme referido na Nota 3.14, os subsídios ao investimento não reembolsáveis são reconhecidos inicialmente na rubrica de capital próprio Outras variações no capital próprio sendo subsequentemente imputados aos rendimentos do período na rubrica "Outros rendimentos e ganhos" de acordo com os gastos de depreciação e amortização dos ativos a que estão associados. Tendo em consideração que a base contabilística e a base fiscal dos subsídios relacionados com ativos são coincidentes, a CNC clarificou que o reconhecimento dos subsídios relacionados com investimentos em ativos no Capital próprio deveria ser líquido do efeito fiscal futuro, mas que esse ajustamento não deveria corresponder ao reconhecimento de um passivo por imposto diferido. Assim, a CNC propôs que no reconhecimento inicial dos subsídios seja utilizada uma conta de "Ajustamento a subsídios" no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de "Outras contas a pagar" no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os "Ajustamentos a subsídios" são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Os movimentos ocorridos no exercício relativos a subsídios atribuídos e/ou a atribuir à Empresa analisam-se como segue:

Componente	2011	Movimentos em 2012		2012	Movimentos em 2013		2013
		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento		Recebido e/ou a receber	Reconhecido como rendimento	
PIDDAC	25.901.899	1.200.000	(749.301)	26.352.599	874.002	(671.335)	26.555.266
FEDER	34.904.497	10.718.075	(907.574)	44.714.999	5.638.914	(907.759)	49.446.154
Propescas	1.195.313	-	(40.628)	1.154.685	-	(40.628)	1.114.058
Fundo de Coesão	15.674.853	-	(539.803)	15.135.049	-	(284.143)	14.850.906
Medida B5-700	179.243	-	(7.831)	171.412	-	(7.831)	163.581
Outros	119.164	-	(8.194)	110.969	-	(8.542)	102.427
	77.974.969	11.918.075	(2.253.331)	87.639.714	6.512.916	(1.920.238)	92.232.391

19 Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 o detalhe das provisões analisa-se como segue:

	Outras provisões
A 1 de janeiro de 2012	
Dotação	238.928
Redução	-
A 31 de dezembro de 2012	238.928
A 1 de janeiro de 2013	238.928
Dotação	-
Redução	-
A 31 de dezembro de 2013	238.928

Em 2012, a APA, S.A. reconheceu uma provisão, no montante de €238.928, de incentivos à aposentação. Este incentivo pretende compensar sete trabalhadores da Empresa, pela perda de benefícios de reforma por aposentação antecipada. Os incentivos serão pagos após a confirmação de saída pela Caixa Geral de Aposentações, pelo que a responsabilidade foi reconhecida na rubrica Provisões do balanço, no passivo corrente. A contrapartida desta provisão foi registada na rubrica de Gastos com o pessoal.

20 Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos empréstimos, quanto ao prazo (corrente e não corrente) e por natureza de empréstimo, no final do exercício, é como segue:

	2013			2012		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários	1.453.632	18.634.087	20.087.719	1.453.632	20.087.721	21.541.353
	1.453.632	18.634.087	20.087.719	1.453.632	20.087.721	21.541.353

Os empréstimos bancários incluem:

(i) Empréstimo Banco Europeu de Investimento

O empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento (BEI), no montante de €25.000.000, resulta de um contrato de financiamento celebrado em 29 de outubro de 2004, que teve por objetivo o financiamento das obras de expansão e aumento de capacidade das infraestruturas do porto de Aveiro.

Em benefício da Empresa, o banco abriu um crédito até ao montante de €30.000.000, tendo sido utilizado um montante de €20.000.000 até 31 de dezembro de 2008 e em novembro de 2010 efetuou uma segunda utilização, no montante de €5.000.000, tendo como objetivo o cofinanciamento do projeto de reconfiguração da barra.

O capital mutuado pelo banco vence juros calculados pela taxa variável do BEI, próxima da taxa Euribor, acrescida de um spread máximo de 0,13%.

Como garantia deste empréstimo, foi assinado um contrato de fiança com o Estado Português.

(ii) Empréstimo BPI - Millennium BCP

A APA, S.A. foi solidariamente responsável, em conjunto com a Administração do Porto de Lisboa, S.A., Administração dos Portos de Setúbal e Sesimbra, S.A., Administração do Porto de Sines S.A., e IPTM, I.P., pela liquidação de um empréstimo contraído pela APP - Associação dos Portos de Portugal (APP) junto de um sindicato bancário em julho de 2000, o qual se destinou a financiar o reembolso antecipado da totalidade do empréstimo obrigacionista APAJP/94. Em 17 de janeiro de 2007, foram negociados empréstimos bancários o Banco BPI e Banco Millennium BCP, com vista ao financiamento do reembolso antecipado do empréstimo atrás referido, ficando, assim, individualizadas as responsabilidades de cada Administração Portuária e da APP.

O empréstimo, contraído pela APA, S.A., no montante global de €2.500.000, consubstanciou-se:

- Taxa de Juro: Euribor a seis meses, acrescida de uma margem de 0,125% ao ano;
- Pagamento de Juros: semestrais e postecipados;
- Reembolso: dezanove prestações semestrais constantes e sucessivas, de capital e juros, tendo-se vencido a primeira doze meses após a assinatura do contrato (janeiro de 2008).

Resultante deste processo, com a contratação do empréstimo relativo à dívida da APP, assumiu, a APA, S.A. em conjunto com as restantes Administrações Portuárias, a posição de Fiadora.

Realça-se no entanto que, em 17 de janeiro de 2012, a APP procedeu à liquidação total antecipada do referido empréstimo, extinguindo-se, portanto, a responsabilidade da APA, S.A. como fiadora perante a dívida em questão.

A maturidade dos empréstimos bancários não correntes é como segue:

Ano	BEI	BPI / BCP	Total
2015	1.190.474	263.158	1.453.632
2016	1.190.474	263.158	1.453.632
2017	1.190.474	131.577	1.322.051
2018 - 2024	14.404.771		14.404.771
	<u>17.976.194</u>	<u>657.893</u>	<u>18.634.087</u>

21 Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, o detalhe da rubrica de Outras contas a pagar é como segue:

Não corrente:

	2013	2012
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	<u>21.969.251</u>	<u>22.627.488</u>

No reconhecimento inicial dos subsídios é utilizada uma conta de “Ajustamento a subsídios” no capital próprio (movimento a débito) por contrapartida de uma conta de “Outras contas a pagar” no passivo (movimento a crédito), por conta do imposto sobre o rendimento a pagar no futuro. Nos períodos subsequentes, os “Ajustamentos a subsídios” são regularizados à medida que os subsídios vão sendo reconhecidos em resultados do período, por contrapartida de Outras contas a pagar.

Corrente:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores investimentos	203.232	30.404
Cauções de fornecedores	309.432	41.621
Credores diversos	44.079	9.925
Outras contas a pagar - Ajustamentos em subsídios	627.685	597.132
Credores por acréscimos de gastos:		
Remunerações a pagar	536.959	521.783
Juros a liquidar	6.812	11.917
Outros	150.057	113.371
	<u>693.827</u>	<u>647.071</u>
	<u><u>1.878.255</u></u>	<u><u>1.326.152</u></u>

Remunerações a pagar - Esta rubrica respeita ao direito ao subsídio de férias e a dias de férias e respetivos encargos obrigatórios, adquiridos pelos trabalhadores em 31 de dezembro de 2013, cujo pagamento irá ocorrer no exercício de 2014.

22 Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos de fornecedores analisam-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Fornecedores - conta corrente	52.788	156.842
Faturas - faturas em receção e conferência	153.745	169.955
	<u><u>206.534</u></u>	<u><u>326.797</u></u>

23 Prestações de serviços

O montante das prestações de serviços reconhecidas na demonstração dos resultados, é detalhado como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prestações de serviços:		
Tarifas de uso do porto - Carga	547.705	855.053
Tarifas de uso do porto - Navio	1.321.557	1.026.546
Amarrar e desamarrar	296.862	229.425
Armazenagem	314.079	254.805
Estacionamento	235.353	142.825
Pilotagem	1.152.206	952.935
Tarifas de uso de equipamento	639.250	401.688
Serviços secundários	13.516	12.905
Total	<u>4.520.528</u>	<u>3.876.182</u>

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na Introdução a este anexo.

Com efeitos a partir de 1 de maio de 2013, por Despacho do Secretário de Estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, a tarifa TUP Carga foi reduzida em 50% face à que se encontrava em vigor a essa data, contribuindo, assim, para o decréscimo ocorrido na prestação de serviços à carga.

24 Subsídio à exploração

O montante dos subsídios à exploração reconhecido na demonstração dos resultados dos exercícios de 2013 e de 2012, é detalhado como segue:

Descrição	Entidade	Recebido e/ou a receber		Reconhecido como rendimento		A reconhecer	
		2012	2013	2012	2013	2012	2013
Projeto Marco Polo II	FEDER	22.554		22.554		-	-
Projeto Proposse	FEDER	25.742		25.742		-	-
Projeto Logística CENCYL	FEDER	78.172	49.975	19.059	46.301	59.112	3.674
		<u>126.467</u>	<u>49.975</u>	<u>67.355</u>	<u>46.301</u>	<u>59.112</u>	<u>3.674</u>

Durante o exercício findo em 31 de dezembro DE 2013, a Empresa recebeu do Feder um montante €20.806, tendo a receber um montante adicional de €41.049, conforme evidenciado na Nota 14.

25 Fornecimentos e serviços externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Serviços especializados:		
Trabalhos especializados	236.734	287.947
Publicidade e propaganda	46.302	31.940
Vigilância e segurança	315.161	328.578
Honorários	62.537	62.863
Comissões	204	545
Conservação e reparação	441.701	312.170
Outros	4.809	1.379
Materiais	54.185	40.797
Energia e fluídos	521.411	495.802
Deslocações, estadas e transportes	17.415	21.354
Serviços diversos:		
Rendas e alugueres	77.441	76.548
Comunicação	69.206	69.565
Seguros	38.498	39.083
Contencioso e notariado	6.900	2.751
Despesas de representação	8.273	6.109
Limpeza, higiene e conforto	40.130	37.065
Outros	43.985	40.290
	<u><u>1.984.891</u></u>	<u><u>1.854.787</u></u>

26 Gastos com o pessoal

Os gastos com pessoal, incorridos durante os exercícios de 2013 e de 2012, foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Remunerações:		
Órgãos sociais	225.525	184.355
Pessoal	3.614.166	3.328.369
	<u>3.839.691</u>	<u>3.512.725</u>
Encargos sobre remunerações	837.884	644.892
Indemnizações	-	279.349
Gastos de ação social	34.500	36.260
Outros	86.863	89.756
	<u>4.798.937</u>	<u>4.562.981</u>

Durante o exercício o número médio de empregados ao serviço da Empresa foi de 104 (2012: 110 funcionários).

As remunerações do pessoal incluem, para além das remunerações base, outras remunerações acessórias, constantes da Portaria n.º 1098/99, de 21 de dezembro.

O acréscimo nos gastos com o pessoal, no montante de €235.956, resulta do efeito conjugado das seguintes alterações:

Na sequência dos Despachos do Secretário de estado das Obras Públicas, Transportes e Comunicações e da Secretaria de Estado da Administração Pública, o disposto no Artigo 27º da Lei n.º 66-B/2012, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2013) não se aplica aos trabalhadores das administrações portuárias, em razão da regulamentação internacional específica. Nas circunstâncias, durante o mês de junho de 2013 foi reposta a referida redução salarial, tendo-se procedido ao processamento e pagamento do efeito da mesma, com efeitos retroativos a 1 de janeiro de 2013.

Em 2012, a APA, S.A. reconheceu indemnizações, no montante de €279.349, de incentivos à aposentação. Estas tiveram como compensar sete trabalhadores da Empresa, pela perda de benefícios de reforma por aposentação antecipada.

27 Outros gastos e perdas

A rubrica Outros gastos e perdas analisa-se como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Impostos (i)	175.436	152.737
Dívidas incobráveis	44.669	-
Gastos e perdas em investimentos não financeiros	62.699	-
Donativos	30.322	38.914
Quotizações	14.050	14.068
Outros (ii)	586.458	55.116
	<u><u>913.634</u></u>	<u><u>260.835</u></u>

(i) Com a extinção do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos (IPTM) através do Decreto-Lei n.º 7/2012, de 17 de Janeiro, a comparticipação de 5% das receitas de exploração de cada porto, exceto serviços de pilotagem, que vinha sendo processada a favor deste Instituto, e que se encontra relevada nesta rubrica, passou, em 2013, a ser processada da seguinte forma:

Comparticipação de 3% à Direção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos (DGRM), de acordo com o estipulado na Portaria n.º 184/2013, de 16 de maio, e;

Estimativa para a comparticipação de 2% que, em conformidade o Decreto-Lei n.º 236/2012, de 31 de outubro, será considerada receita do IMT, I.P. Instituto da Mobilidade e dos Transportes. A estimativa de 2% corresponde ao valor máximo aplicável, cujo Despacho Conjunto ainda não se encontrava publicado na data de encerramento das contas do exercício de 2013. Os impostos e taxas são constituídos pelo IUC - Imposto Único de Circulação, IVA não dedutível e taxas obrigatórias.

(ii) Inclui um montante de €567.100 relativo ao reconhecimento como gasto do estudo de viabilidade técnico-financeira para a concessão Terminal Norte (Sector Norte e Graneis Líquidos). Conforme referido na Nota 8, decorrente da intenção da Comunidade Portuária de Aveiro, na qual a Empresa se integra, de implementar um novo modelo de operação portuária que visa garantir a

harmonização do atual regime de licenciamento em todo o porto, o referido montante foi levado a gasto no exercício de 2013.

28 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica Outros rendimentos e ganhos analisa-se como se segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Rendimentos de ocupações (i)	4.743.725	4.504.812
Amortização de subsídios ao investimento (ver Nota 18)	1.920.238	2.253.331
Rendimentos de concessões (ii)	1.717.815	1.470.185
Concessões a reverter (iii)	3.103.769	3.379.716
Fornecimentos diversos (iv)	575.999	516.628
Venda de inertes	176.181	204.227
Recolha de resíduos	25.628	16.318
Reversão de ativos concessionados (v)	1.178.292	3.309.291
Descontos pronto pagamento obtidos	106.745	134.492
Outros	81.672	289.970
	<u><u>13.630.065</u></u>	<u><u>16.078.970</u></u>

(i) Os rendimentos de ocupações referem-se aos valores faturados pela Empresa ao abrigo de contratos de concessão de uso privativo. De acordo com o estabelecido nos referidos contratos, como contrapartida das parcelas cedidas, a Empresa recebe um montante fixo determinado em função da área concedida.

(ii) Os rendimentos de concessões correspondem aos valores faturados a concessionários de serviço público a operar nas instalações do porto de Aveiro, de acordo com o tarifário definido contratualmente.

(iii) Resultado da aplicação da política contabilística definida na Nota 3.6, no que se refere a ativos de concessões que, no final do período contratual, reverterem gratuitamente para a Empresa. A contrapartida do registo dos ativos é efetuada na rubrica "Rendimentos a reconhecer", sendo o correspondente rendimento reconhecido na demonstração dos resultados, linearmente, na rubrica "Outros rendimentos", durante o período da concessão.

(iv) Os fornecimentos e serviços diversos referem-se, fundamentalmente, ao rendimento proveniente do fornecimento de energia e água a entidades instaladas no porto de Aveiro, assim como a navios.

(v) No decorrer do exercício de 2013, verificou-se a reversão, a favor da Empresa, dos ativos associados à concessão da BEMSECA - Comércio de Bacalhau, S.A. (€109.330) e dos armazéns de comerciantes da DOCAPESCA - Portos e Lotas, S.A. (€1.068.962) (Ver Nota 6).

29 Gastos e rendimentos financeiros

O custo de financiamento líquido em 2013 e 2012 apresenta-se como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Gastos financeiros		
Juros suportados	111.624	253.815
	<u>111.624</u>	<u>253.815</u>
Rendimentos financeiros		
Juros obtidos	157.133	169.497
	<u>157.133</u>	<u>169.497</u>

30 Imposto do exercício

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Imposto s/ rendimento corrente	(8.512)	561.604
Imposto s/ rendimento diferido	(196.031)	(121.611)
Impostos/ rendimentos de anos anteriores	184.403	-
Imposto sobre o rendimento	<u>(20.140)</u>	<u>439.993</u>

A Empresa encontra-se sujeita ao regime especial de tributação de grupo de sociedades, previsto no artigo 69º do Código do Imposto Sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas. Contudo, a Empresa apura e regista o imposto sobre o rendimento tal como se fosse tributada numa ótica individual.

Em Portugal, as Autoridades Fiscais têm a atribuição de rever o cálculo da matéria coletável efetuado pela Empresa, durante um período de quatro, cinco ou seis anos (seis anos para os prejuízos gerados até 2009, quatro anos para os gerados durante os exercícios de 2010 e cinco anos para os gerados no exercício de 2011, 2012 e 2013). Desta forma, é possível que ocorram correções à matéria coletável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Empresa, de que não haverá correções significativas ao imposto sobre o rendimento registado nas Demonstrações Financeiras.

A taxa de imposto adotada na determinação do montante de imposto nas Demonstrações Financeiras é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Taxa de imposto	25,00%	25,00%
Derrama Municipal	1,50%	1,50%
Derrama Estadual (Matéria coletável acima de €3.000.000)	0,00%	3,00%
Taxa média ponderada	<u>26,50%</u>	<u>28,80%</u>

A decomposição do montante de imposto do exercício reconhecido nas Demonstrações Financeiras, é conforme segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Resultado antes de Imposto	555.587	1.172.225
Variações patrimoniais positivas	57.647	3.433.901
Variações patrimoniais negativas	(58.427)	-
	<u>554.806</u>	<u>4.606.126</u>
Taxa de Imposto	26,5%	28,8%
Encargo teórico com IRC	<u>147.024</u>	<u>1.326.603</u>
Gastos não dedutíveis:		
Ajustamentos tributados	461.406	56.844
Amortizações de ativos intangíveis - Concessões	607.927	665.862
Indeminizações por cessação de emprego	-	68.813
Método de equivalência patrimonial	360.652	684.063
Reforço de imparidade em ativos tangíveis e intangíveis	178.376	
Seguros	1.316	
Outros	134.988	10.715
Rendimentos não tributados:		
Reversão de imparidade em ativos tangíveis e intangíveis	-	
Método de equivalência patrimonial	-	-
Reversão de ajustamento tributados	(572.130)	(63.538)
Rendimento de ativos intangíveis - Concessões	(817.758)	(895.629)
Outros	-	-
Utilização de prejuízos fiscais do grupo de exercícios anteriores	-	(881.316)
Prejuízos fiscais sem reconhecimento de ativo por imposto diferido	(346.049)	(434.008)
Imposto s/ rendimento anos anteriores	(184.403)	-
Tributação autónoma	8.512	23.195
	<u>(20.140)</u>	<u>561.604</u>
Imposto s/ rendimento corrente	8.512	561.604
Imposto s/ rendimento diferido	196.031	(121.611)
Imposto s/ rendimento - SIFIDE 2012	(184.403)	-
Imposto s/ rendimento	<u>20.140</u>	<u>439.993</u>
Taxa efetiva de imposto	3,6%	37,5%

Durante o exercício de 2013, a Empresa reconheceu nas suas Demonstrações financeiras o crédito do SIFIDE relativo ao exercício de 2012, nos montantes de €185.403, após validação dos mesmos pela Comissão Certificadora e apresentação da declaração de substituição à declarações de rendimento

desses exercícios. Este crédito fiscal resulta das despesas de investigação e desenvolvimento (I&D) suportadas pela Empresa no exercício de 2012, suscetíveis de ser elegíveis para efeitos do Sistema de Incentivos Fiscais à Investigação e Desenvolvimento Empresarial (SIFIDE) previsto no Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, o qual foi republicado pelo Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho (Código Fiscal ao Investimento). Neste sentido, a Empresa apresentou candidatura à Comissão Certificadora para os Incentivos Fiscais à I&D Empresarial, tendo obtido no exercício de 2013 a declaração comprovativa de que as atividades realizadas corresponderam efetivamente a ações de I&D enquadráveis no SIFIDE.

Os prejuízos fiscais disponíveis podem ser utilizados para cobrir lucros fiscais num período de 4, 5 ou 6 anos, consoante o ano a que dizem respeito. Assim, os prejuízos fiscais disponíveis em 31 de dezembro de 2013, sujeitos a confirmação pela Autoridade Tributária, ascendem a €5.718.860, e podem ser deduzidos aos futuros lucros tributáveis do grupo como segue:

Ano	Valor	Ano limite para utilização
2010	2.163.239	2014
2011	2.517.347	2016
2013	1.038.273	2018
	<u>5.718.860</u>	

A Empresa optou por não proceder ao reconhecimento contabilístico de ativos por impostos diferidos, nomeadamente sobre as perdas fiscais reportáveis e sobre os ajustamentos de valor para além dos limites legais, atendendo à difícil previsão quanto à sua materialização como benefício.

31 Compromissos

Os compromissos assumidos pela Empresa em 31 de dezembro de 2013 ascendem a €143.613 (2012: €9.822.699), essencialmente relativos ao contrato da Empreitada de reconfiguração da barra do Porto de Aveiro.

32 Matérias Ambientais

A Empresa no âmbito do desenvolvimento da sua atividade incorre em diversos encargos de carácter ambiental, os quais, dependendo das suas características, estão a ser capitalizados ou reconhecidos como um gasto nos resultados operacionais do exercício.

Os dispêndios de carácter ambiental incorridos para preservar recursos ou para evitar ou reduzir danos futuros, e que se considera que permitem prolongar a vida ou aumentar a capacidade ou melhorar a segurança ou eficiência de outros ativos detidos pela Empresa, são capitalizados. Durante os exercícios de 2013 e de 2012 a Empresa não capitalizou encargos de carácter ambiental.

Os gastos de carácter ambiental registados nos exercícios de 2013 e de 2012 ascenderam a €46.143 e €55.292, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 não se encontra registado nas Demonstrações Financeiras qualquer passivo de carácter ambiental nem é divulgada qualquer contingência ambiental, por ser convicção da Administração da Empresa que não existem a essa data obrigações ou contingências provenientes de acontecimentos passados de que resultem encargos materialmente relevantes para a Empresa.

33 Partes relacionadas

A Empresa é controlada pelo Estado Português - Direção Geral do Tesouro, que detém 100% do seu capital. Por sua vez, conforme referido na Nota 9, a Empresa detém uma participação representativa do capital social da Administração do Porto da Figueira da Foz, S.A..

(i) Transações com a subsidiária

Durante os exercícios de 2013 e de 2012, as transações mais significativas com a subsidiária foram como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Alienação de ativos fixos tangíveis		
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	-	7.400
	<u>-</u>	<u>7.400</u>
Serviços prestados		
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	93.195	83.736
	<u>93.195</u>	<u>83.736</u>

(ii) Saldos com a subsidiária

No final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, os saldos resultantes de transações efetuadas com a subsidiária são como segue:

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Outras contas a receber		
Administração do Porto da Figueira da Foz, SA	667	-
	<u>667</u>	<u>-</u>

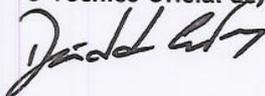
34 Ativos e passivos contingentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa não apresentava qualquer ativo ou passivo que pudesse ser classificado como contingente.

35 Eventos subsequentes

Não são conhecidos eventos posteriores a 31 de dezembro de 2013 que possam influenciar a apresentação e interpretação das Demonstrações Financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2013.

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração

